HÉCTOR LUIS SAINT-PIERRE

FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA GUERRA REVOLUCIONÁRIA

Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Filosofia do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do Prof Dr. João Carlos Kfouri Quartim de Moraes.

Este exemplar corresponde à redação final da tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 29/2/96

Banca:

Prof. Dr: João Carlos K. Quartim de Moraes

Prof. Dr. Antonio Donato Manna

Prof. Dr. Décio Marques Azevedo de Saes

Prof. Dr. René Armand Dreifuss

Prof. Dr. Luis Benedito Lacerda Orlandi

29 de Fevereiro de 1996

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

UNIDADE BC
T/UNICAMP
Sa 24f
27520
667/96
R$ 11,00
26/09/96
CM-00086640-5

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

Sa 24f

Saint-Pierre, Héctor Luis
Fundamentos teóricos da guerra revolucionária / Héctor Luis Saint -Pierre. -- Campinas, SP: [s.n.], 1996.

Orientador: João Carlos Kfouri Quartim de Moares.
Tese(doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Polemologia. 2. Estratégia. 3. Revoluções. 4.Insurreição. 5. Guerrilhas. 6. Terrorismo. 7. Violência -- Aspectos políticos. I. Moraes,João Quartim de, 1941 -- II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

In memoriam:

A Raul Mattarollo, Daniel Muné e Graciela, devorados pela fúria genocida da repressão argentina.

AGRADECIMENTOS

Ao professor João Carlos K. Quartim de Moraes, que me exigiu a seriedade e o rigor acadêmicos que transformaram passos titubeantes e vagas intuições no presente trabalho, pela sua valiosa orientação, sua carinhosa amizade e sua elegante paciência para com minha ignorância historiográfica. Ao coronel Geraldo Lesbat Cavagnari Filho, que me ajudou a encarar sem preconceitos o escabroso tema da guerra e da estratégia, e, na sua pessoa, ao Núcleo de Estudos Estratégicos da Unicamp que, com todos seus pesquisadores e funcionários, me brindou condições ótimas de trabalho. A Eduardo Mei, fiel amigo, que em muitas ocasiões postergou seus compromissos para discutir até a exaustão este trabalho e que, com sua revisão cuidadosa, como já disse em outra parte, ajudou-me a aproximar o dito do que queria dizer. À professora Suzeley Kalil Mathias, querida amiga, pelas pacientes discussões que me obrigaram a ser mais claro. A Iara Beleli pela amizade sincera e o estímulo com que sempre me brindou, até quando nada o justificava. A Paulo C.S Manduca que tornou mais agradável a vida acadêmica. A Marcos Mannucci por sua contenção filosófica nas longas, antigas e improdutivas discussões estimuladas a *mate*, mas sobretudo, pela sua amizade incondicional. A Hugo Russo por suas indicações preciosas e nossos "*internéticos*" encontros filosóficos. Ao Departamento de Estudos Históricos Básicos da Universidade Estadual Paulista, do *campus* de Franca, que me concedeu o tempo necessário para me concentrar. Ao licenciado Ernesto Lopez da Universidad Nacional de Quilmes e aos professores Armando Boito, Francisco Benjamin de Souza Neto e Caio Navarro de Toledo da Unicamp que

com infinita paciência fizeram importantes observações tentando minimizar os defeitos deste trabalho. Ao professor Antonio Manna que, sem o saber, induziu-me a ingressar nesta carreira, por suas demoradas observações.

Não é segredo que toda tese é, no fundo, um trabalho coletivo, ainda assim é dever de consciência eximir todos os mencionados dos erros que, apesar deles, ainda permaneçam e que devem ser imputados exclusivamente a minha teimosia.

Mas, particularmente, e por motivos menos acadêmicos, agradeço a meus abnegados pais por terem me empurrado, sem qualquer consulta, a este mundo de desigualdades, injustiça, violência, mas do qual é difícil partir sem tentar melhorá-lo; a Nancy, amada companheira, por brindar-me a segurança e tranqüilidade afetivas sem as quais, tudo teria sido mais difícil; e a Gastón, filho adorado, que me obriga a pensar no futuro como realidade concreta.

Finaciamentos:

Desde março de 1994, bolsa CNPq-deslocamento.

BALANCES

Los 60 fueron años vitales...
En los 70 y tantos se insinuaba la muerte:
latia en las canciones, en oscuros presagios.
Luego vino el derrumbe...
después surgió la vida como siempre
restrañando traiciones,
inventando otros signos.
Nosotros, los de antes,
seguimos saboreando um gusto de rechazos,
devoramosdistancias, juicios, extrañamientos,
presenciamos caidas, vanas resurrecciones.
Nosotros, los de entonces, eludimos la muerte,
hicimos malabares para reconocernos
nosotros y los pactos
sin resignarnos al odio ni al olvido.

Martha Bernal

ÍNDICE

Introdução.....9

Capítulo I - Da Política à Guerra.

I - Breve história do conceito.....17

II - Engels: a desigualdade econômica na gênese da violência.....26

III - A guerra como objeto filosófico.....29

IV - As revoluções na história da guerra.....35

V - A natureza da guerra.....42

VI - A guerra e a política.....45

Capítulo II - Violência, Moral e Revolução.

I - A violência na sociedade.....49

II - A violência como limite da política.....52

III - Força e violência: as duas faces da mesma moeda.....58

IV - O papel da violência na revolução.....60

V - Autonomia da esfera da política.....66

VI - Questões morais da revolução.....70

a - Considerações de ordem política.....70

b - Considerações de ordem prática.....76

c - A moral do revolucionário.....85

Capítulo III - Insurreição e revolução.

I - Da espontaneidade à planificação estratégica....90
II - Princípios estratégicos da inssurreição....98
1) Ofensiva....98
2) Oportunidade....105
3) Unidade de comando....107
4) Surpresa....109
III - O dispositivo insurrecional....110
1) Estrutura....111
2) Sistema....113
a) Comunicação e propaganda....113
b) Inteligência....117
c) Comando....121

Capítulo IV - Guerrilha e revolução.

I - Teoria da guerrilha....123
II - A guerrilha como mito....125
III - Caracterização definicional....132
1) Irreguralidade....134
a) Ilegalidade....135
2) O intenso compromisso político....139
3) Mobilidade tática....142
4) Caráter telúrico....144
IV - A profundidade do campo....148
V - A função tática da guerrilha....150
VI - O debate latino-americano entre o foquismo e a política de massas....152
VII - Guerrilha urbana e guerrilha rural....155
VIII - Dinâmica da guerrilha....156
IX - O caso da guerrilha de Chiapas....158
1) Nível político: reforma....160
2) Nível estratégico: procura do diálogo....162
3) Nível tático: símbolos e imformática por armas e relações de força....163

Capítulo V - Terrorismo e revolução.

I - Natureza do terrorismo.....166
II - Tipologia do terrorismo.....172
a) Terrorismo indiscriminado ou aleatório.....173
b) Terrorismo discriminatório ou sistemático.....175
III - Função tática do terrorismo.....176

Capítulo VI - Da Guerra à Revolução.

I - Direção política nas relações de força.....179
II - Guerra internacional e guerra revolucionária.....185
III - Fim político e objetivo estratégico na guerra revolucionária.....189

Considerações finais.....199

Bibliografia.....203

INTRODUÇÃO

"é mais agradável e mais útil viver a 'experiências da revolução' do que escrever sobre ela"

Lenin

Um livro que pode ser considerado como o primeiro tratado de história é o de Tucídides: *A história da guerra do Peloponeso*[1]. É interessante notar que aquele que é considerado o pai da historiografia tenha sido atraído por um tema tão trágico como a guerra. Afinal, a humanidade se manteve quase ininterruptamente em estado de guerra, e talvez por isso, seus relatos ocupem a maior parte das páginas da historiografia. Através destas, podemos perceber que a violência tem acompanhado permanentemente o homem no seu andar pelo mundo. Em todas suas versões, ela veio se manifestando como o aspecto mais trágico das atividades humanas: guerras de conquista, de libertação, guerras civis, religiosas, étnicas, de classes sociais têm enlutado a história da humanidade desde seus primórdios.

Diferentemente dos demais animais que matam para comer ou se defender, os motivos alegados pelos homens para justificar seus confrontos são numerosos e variados: a conquista, a razão de Estado, o espaço vital, a vingança, a "supremacia racial", a partilha do mercado, a ordem divina e até a honra são lembrados para justificar tanta violência.

---

[1].- Tucídides morreu por volta de 400 a.C. antes do encerramento da Guerra do Peloponeso; sua única obra conhecida, portanto, jamais foi concluída.

Mas entre todos os motivos, a desigualdade socialmente imposta foi o que chamou mais nossa atenção, porque nos pareceu, do ponto de vista ético, o mais justificável, e do ponto de vista epistemológico, o mais frutífero para rastrear o tipo de guerra que pretendíamos estudar. Primeiramente, porque a desigualdade perpassa quase todas as épocas: podemos reconhecer lutas justificadas por este motivo desde que a sociedade se fundou sobre a desigualdade entre os homens. Assim, é possível constatar historicamente guerras entre senhores e escravos, entre vassalos e suseranos e entre proletários e burgueses. Em segundo lugar, porque a desigualdade não é exclusiva de um país, mas a encontramos em quase todos os lugares do mundo. A desigualdade, como motivo do confronto, ultrapassa as fronteiras nacionais permitindo alianças internacionais tanto entre os favorecidos pela desigualdade, para mantê-la, quanto entre os desfavorecidos, para eliminá-la. Finalmente, porque a desigualdade se amplia, atualmente mais do que nunca[2], também nas relações internacionais, claramente manifesta nos abismos entre o Leste e o Oeste e entre o Norte e o Sul.

Os gregos distinguiam o Πολεμο (Pólemos: a guerra) que eles utilizavam para designar sua luta contra os ξενο (xênos: o outro, os não gregos, o estrangeiro) da Στασι (Stásis, que poderíamos traduzir por guerra civil) que eles reservavam para se referir à luta entre gregos. A partir desta distinção e seguindo os passos de G. Bouthoul[3], que popularizou desde 1945 o termo "Polemologia" para se referir à teoria e filosofia da guerra, poderíamos catalogar nossa tese como polemológica, e dentro deste campo epistêmico, para delimitar seu alcance, considerá-la como um

---

[2].- Como mostra Giovanni Arrighi no seu artigo "A desigualdade mundial na distribuição de renda e o futuro do socialismo" in Emir Sader (org.) *O mundo depois da queda*. R.J., ed. Paz e Terra, 1995.

[3].- Ver de Gaston Bouthoul *As Guerras*, Paris, ed. Payot, 1951; *Traité de polémologie*, Paris, ed. Payot, 1971; *Le Défi de la Guerre* (1740 - 1974), Paris, P.U.F., 1974.

estudo Stasiológico, como uma reflexão filosófica sobre a guerra civil ou sobre as formas e meios que pode assumir uma de suas particulares manifestações. Ela pretende, ainda mais especificamente, alguns dos fundamentos teóricos da *guerra* revolucionária.

Não falamos simplesmente de "teoria da revolução" para evitar frustrar aqueles que esperam dela uma reflexão sobre o conceito de "revolução", sobre seus fundamentos e teorizadores, ou que esperem considerações sobre as tarefas posteriores à tomada do poder: apenas tentaremos analisar o processo que leva a ela. Tampouco pensamos em qualquer processo revolucionário, mas somente tratamos daquele no qual a presença do conflito armado é inevitável, concreta e tragicamente: a guerra. Não qualquer tipo de guerra, mas aquele tipo específico no qual se confrontam as forças sociais separadas pela desigualdade econômica, política e social; aquele tipo de guerra cujo resultado tende a ser um cálculo de "soma zero", a guerra de aniquilamento, a guerra de classes, a guerra revolucionária. Em resumidas contas, tentamos analisar a guerra revolucionária como a mais aguda e explícita expressão da violência dentro da história da luta de classes. Podemos antecipar o recorte de nosso objeto como aquele delimitado pelo cruzamento da teoria da guerra - especialmente clausewitziana - com a teoria da luta de classes, especificamente marxista, à luz da estratégia teórica.

Entretanto, este trabalho não tem a pretensão de ser um estudo técnico sobre a *arte bélica*, mas uma teoria *política* da guerra revolucionária. Com esse objetivo, procuramos superar as considerações puramente técnico-militares para refletir sobre os fundamentos últimos do conflito, a responsabilidade política da concepção estratégica e o controle ético dos meios e procedimentos da tática. Finalmente devemos esclarecer que, embora consideremos a história tanto a fonte quanto a "pedra de toque" da teoria, nosso objetivo não foi historiar as lutas heróicas, as

poucas vitórias e as muitas derrotas das classes exploradas. Mas, pensando nelas, apenas colaborar para ancorar o estudo da teoria da estratégia que, a nosso ver, é o campo epistêmico mais propício para realizar este tipo de estudo. Em outras palavras, procuramos delimitar e desenvolver o estudo da guerra revolucionária dentro do âmbito específico da teoria da estratégia.

No rastreamento histórico procuramos enquadrar tanto as teorias quanto as experiências concretas de guerra revolucionária em função de três focos de análise: o cenário, os meios e o sujeito. A partir desse mapeamento achamos que 1°) as mudanças históricas nos meios de produção produzem novos cenários para a guerra em geral e para a guerra revolucionária em particular aos quais devem se adaptar as estratégias revolucionárias; 2°) conseqüentemente, também se processam progressos científico-tecnológicos desenvolvendo novas técnicas e meios utilizados em todo tipo de guerra, o que determina a adequação de táticas específicas para a guerra revolucionária; 3°) todo desenvolvimento tecnológico introduz alterações nas relações sociais de produção exigindo uma especialização crescente por parte do trabalhador, o que gera novos sujeitos da revolução, conferindo uma caracterização psicológica e de engajamento social diferente.

Acreditamos que há pelo menos três elementos que podemos encontrar em toda luta de classes e portanto em toda guerra revolucionária: 1°) a existência de classes sociais antagonizadas; 2°) a agudização da desigualdade entre elas; e, 3°) a manifestação da violência como relação entre ambas. Em quase todos os fenômenos revolucionários é possível constatar as seguintes caraterísticas: a presença de classes sociais como **causa** do mesmo; a agudização e agravamento da desigualdade como **motivo** desencadeante; a **iniciativa** da ação em mãos da classe explorada; as relações de forças como **cenário** onde se realizam as principais ações; o exercício da violência como **meio**; o aniquilamento do aparelho repressor da classe exploradora

como **objetivo** estratégico; a eliminação das classes como **fim** político; a igualdade como **valor** normativo fundamental. A partir deles propomos uma definição da guerra revolucionária como *o conflito no qual as classes exploradas procuram através da luta armada o desequilíbrio das relações de forças para estabelecer uma situação de igualdade que acabe com as classes sociais.*

Longe de pretender esgotar o tema com este trabalho, limitamo-nos a analisar apenas algumas das muitas variáveis que intervêm numa concepção estratégica, aquelas que consideramos mais importantes para elaborar uma teoria estratégica própria da guerra revolucionária. A abordagem de cada variável foi considerada um capítulo. A ordem em que decidimos dispor os capítulos, embora discutível, não foi aleatória.

O Capítulo I pretende iniciar a discussão sobre a guerra e a revolução. Para isso, ambos conceitos são analisados dentro de um esforço teórico para apreender suas peculiares naturezas. Sem pretender fazer um trabalho especificamente exegético, o conceito de revolução é rastreado desde suas origens gregas. Tentando mostrar as alterações que a história registrou, passamos em revista a compreensão que dele faziam os romanos, especialmente pelos relatos de Políbios, para finalmente, a partir da Revolução Francesa contar com praticamente todas as características com as quais chegou até nós. Depois de mostrar alguns dos campos de reflexão filosófica que se inauguraram em torno da guerra, analisamos algumas revoluções ocorridas na história da guerra, como a introdução da figura do cidadão, o impacto da industrialização e finalmente da arma nuclear. A natureza da guerra é analisada sob a ótica clausewitziana, a partir da qual não é difícil mostrar sua estreita imbricação com a política.

No capítulo II abordamos o tema da violência, tentando exorcizá-la dos preconceitos, fundamentalmente liberais, com que se pretende excluí-la do âmbito do político. Procuramos mostrar que ela não é apenas inerente ao fenômeno político, mas que constitui, em última análise, seu limite definicional, além de ser um meio legítimo de expressão política com o qual as classes dominadas contam para responder à força institucional que as oprime. Achamos imprescindível analisar o fenômeno da violência, não apenas como um ingrediente óbvio da guerra revolucionária, mas também como uma característica permanente na regulação das relações sociais das sociedades de classes. Enquanto tal, a violência, nas suas várias manifestações, se inscreve como um elemento definicional do conflito político. Quando este assume a dimensão de guerra revolucionária - de guerra civil revolucionária - a violência chega a seu paroxismo e as questões morais vêm à tona. Achamos que, ao pensar tanto na guerra em geral quanto na guerra revolucionária em particular, onde a máxima mais importante para a ação é "matar ou morrer", as considerações morais são as primeiras a se impor à reflexão filosófica - talvez menos pela sua importância teórico-elucidativa do que pelo inevitável impacto psicológico que implica pensar na violência desatada nessas guerras. Dentro da reflexão sobre a moral, analisamos a questão da autonomia das esferas da política e da moral e, dentro desta última, procuramos iluminar aqueles aspectos intimamente ligados com a revolução. Dentre estes destacamos tanto os de ordem política quanto prática, sem perder de vista os elementos normativos e de "foro íntimo" que influenciam o comportamento do revolucionário.

Os três capítulos seguintes respondem a outra ordem de questões. Se os dois primeiros nos remetiam a um nível mais abstrato de considerações, estes nos levam a um âmbito que, sem deixar de ser teórico, possui um conteúdo eminentemente concreto. A insurreição, a guerrilha e o terrorismo são formas instrumentais de

veicular a violência revolucionária, ainda assim, neste caso, o critério que comandou a ordem expositiva destes três capítulos pretendeu ir do fenômeno mais amplo e complexo ao mais restrito e simples. A insurreição é um fenômeno que pode incluir como elementos táticos tanto a guerrilha quanto o terrorismo entre muitos outros. A guerrilha freqüentemente faz uso do terrorismo como meio de ação, mas nem todo terrorismo é uma operação da guerrilha e nem toda guerrilha tem como objetivo a insurreição.

No Capítulo III, que trata do tema da insurreição, procuramos analisar a revolução a partir de um conceito mais amplo, pois, como tentaremos mostrar, nem todo movimento insurrecional é revolucionário. Utilizamos alguns exemplos históricos para ilustrar o desenvolvimento da "arte" da insurreição desde seus primórdios espontâneos até a elaboração de complexos planejamentos. Tentamos caracterizar os princípios estratégicos da insurreição, aqueles que sempre devem estar presentes, tanto na análise quanto no planejamento insurrecional, por fazerem a diferença entre a vitória e a derrota. Finalmente, focalizamos a insurreição do ponto de vista do seu dispositivo, procurando iluminar tanto suas características estruturais quanto seus elementos sistêmicos.

O Capítulo IV é dedicado ao tema da guerrilha. Discutimos seus elementos definicionais e algumas de suas características fundamentais. Tentamos mostrar que não é a presença da guerrilha que caracteriza uma guerra como revolucionária. Ela é apenas um meio que pode ser utilizado por uma política revolucionária ou reacionária, e será sempre a definição política que caracterizará a guerrilha e não o contrário. Daí propomos falar de "*tática* de guerrilha" em lugar de "*guerra* de guerrilha", que consideramos uma expressão equívoca. Passamos também brevemente em revista alguns dos debates que ocuparam à intelectualidade de esquerda nas décadas de 60 e 70 na América Latina, como aqueles sobre foquismo,

luta de massas, guerrilha urbana e rural, etc. Finalmente, analisamos um caso atual de utilização da tática de guerrilhas: o levante armado de Chiapas no México.

O terrorismo é o tema que ocupa o Capítulo V. Propomos uma tipologia do terrorismo em função do tipo de vítima escolhido, tentando mostrar qual é o efeito procurado com esta ação. Embora o fenômeno seja muito antigo, acreditamos que ele se apresenta na nossa época, municiado com o requinte das tecnologias nuclear, química e bacteriológica, como alternativas espantosamente próximas. Tentamos analisar as questões teóricas e de fundamentação deste tipo de luta à luz de exemplos muito recentes, o que nos levou a pensar que, dadas as circunstâncias políticas atuais o terrorismo possa vir a ganhar um espaço de ação sem precedentes.

No Capítulo VI, tentamos mostrar que, do ponto de vista das relações de força, podemos definir a estratégia revolucionária como a procura da desestabilização das mesmas. Também analisamos as relações existentes entre o sistema de relações de força internacional e o interno ao Estado, tentando mostrar como se influenciam reciprocamente. Depois de analisar os conceitos de guerra internacional e guerra civil, tentamos enquadrar teoricamente o tema da guerra revolucionária como o cruzamento ou a intersecção entre a teoria da guerra e a teoria da luta de classes. Acreditamos que esse entroncamento teórico já é vislumbrado por Lenin; nós apenas tentamos, a partir dele, explicitá-lo à luz da teoria da estratégia, pois achamos que uma teoria da guerra revolucionária só pode se fundar com solidez nesse cruzamento de teorias.

CAPÍTULO I

DA GUERRA À POLÍTICA

1 - BREVE HISTÓRICO DO CONCEITO.

Nosso objetivo não é analisar o conceito de "revolução", mas apenas aquela fase em que o processo histórico parece despejar todas suas forças procurando uma ruptura institucional, isto é, a guerra revolucionária. A guerra revolucionária é um tipo de guerra civil que, por sua vez, é um caso especial de guerra. A guerra em geral se estabelece entre duas unidades políticas, isto é, entre duas unidades soberanas que tenham a capacidade e a vontade para distinguir, em última instância, as constelações de amigos e inimigos que configuram o mundo político das relações internacionais. A relação entre duas unidades políticas é sempre política, ainda que possa ter características culturais, econômicas ou bélicas. Quando uma unidade política se apresenta como ameaça à existência de outra, entre ambas a relação será de inimizade e o contato predominantemente bélico. Nesse caso a relação entre ambas assumirá a forma da guerra, mas nem por isso deixará de ser política: a guerra é sempre *apenas* um aspecto da política. No caso da guerra civil, o conflito se desenvolve dentro de uma mesma unidade decisória[4], como manifestação extrema de sua pluralidade política. Pela situação de beligerância interna, nenhuma das partes pode reclamar com êxito o monopólio da violência nem a aplicação de uma univocidade jurídica para todo o território nacional. Com efeito, unidade política significa, antes de mais nada, unidade decisória que, amparada pelo monopólio

[4].- Carl Schmitt diz que "A guerra é luta armada entre unidades políticas organizadas, a guerra civil é luta armada no interior de uma unidade organizada (que, embora, precisamente por isso esta-se tornando problemática)" in *El concepto de lo político*, Buenos Aires, Folios Ediciones, 1984, p. 29.

legítimo da violência, consegue aplicar um ordenamento jurídico dentro de um determinado território. Na guerra civil, essa unidade não é reconhecida e a legitimidade do monopólio da força é disputado. Finalmente, na guerra revolucionária está em jogo a composição de classes que detém o poder; são as classes exploradas as que procuram esse monopólio para impor às classes dominantes um sistema jurídico-político que estabeleça a igualdade econômica, política e social.

Embora o termo "revolução", com o sentido que a partir dos modernos (especialmente depois da Revolução Francesa) chegou até nós, parece desconhecido pelos antigos, achamos que alguns conceitos aplicados a fenômenos históricos semelhantes já existiam. De maneira que talvez não seja ocioso recuperar o sentido originário que tinha na Antigüidade Clássica para notar como, com as mudanças históricas, processaram-se algumas alterações conceituais que refletem, não apenas as diferentes alternativas definicionais do fenômeno revolucionário, mas também novas concepções da história, da política, do Estado e da sociedade. Mas também, por outro lado, para reconhecer que alguns elementos fundamentais, tais como a desigualdade econômica e a violência que esta engendra, estão sempre presente nos fenômenos insurrecionais e revolucionários.

Para ajustar nossa "ótica" de análise, partiremos da diferença entre "transformação natural", evolução contínua processada por um movimento lento e circular, e a "subversão política" em sentido estrito, a ruptura no acontecimento normal, ambos sentidos já reconhecidos pelos gregos. O primeiro, o de evolução natural, era freqüentemente referido pelas palavras επιστροφε e αναχιχλοσι que os romanos identificavam com *revolutio* e *conversio*. Em ambos os casos, tanto em grego quanto em latim, estes termos indicam um retorno, uma volta sobre si mesmo, uma restauração do estado inicial. O segundo sentido era expressado por diferentes

termos: επαναστασι por Heródoto e Tucídides; στασι επαναστασι por Aristóteles; νεωτερισμο por Plínio, Demócrito e Plutarco; βιανατροπη para significar a revolta em sentido estrito; os termos latinos correspondentes a estas palavras eram *seditio, motus, defectio, tumultus*. Tucídides utiliza também as expressões μεταβολη πολιτεια e νεωτεριζειν, introduzindo com este último (assim como naquele utilizado por Plínio, Demócrito e Plutarco) o sentido da novidade.

Platão já tinha se deparado[5] com a diferente natureza da guerra e da guerra civil, mas ele apenas reconhecia como guerra aquela travada contra estrangeiros (ξενο), isto é, as lutas entre atenienses e bárbaros. Ele reconhecia a contraposição de Πολεμο (guerra) e Στασι (tumulto, amotinamento, rebelião, guerra civil), mas reservava o termo "guerra" apenas para a luta armada contra os bárbaros que, para Platão, eram "por natureza inimigos (εχθρο)" e, para se referir à luta entre os gregos utilizava a palavra στατει que pode ser traduzida como "discórdia". Para se referir às mudanças de forma de governo, Platão utilizava o termo μεταβολη. Ainda assim, deve se ter bastante cuidado para não confundir com revolução em sentido estrito. Para ele, o Estado podia passar de uma forma de governo a outra por deterioração progressiva, de maneira que a passagem se realizava de forma "natural". Monarquia, tirania, timocracia, oligarquia, poliarquia e democracia eram formas que se sucediam num processo histórico evolutivo degenerativo. Em Platão não fica clara a distinção entre evolução e revolução das formas de governo.

Para Aristóteles a questão da igualdade e da desigualdade está na base de todas as revoltas. Aqueles que são iguais em algum aspecto querem estender essa igualdade para todos os outros aspectos, e aqueles que são desiguais, por exemplo em riqueza, desejam ser desiguais em tudo o mais. Para ele o problema não está na

---

[5] - Platão, *República*, Livro V, Cap. XVI.

igualdade e na desigualdade, mas quando estas pretendem tornar-se absolutas: "Assim, em todas partes a confusão política se deve à desigualdade, porque, em geral, os homens se sublevam para conseguir a igualdade"[6]. E ainda que todos os tipos de desigualdade[7] sejam motivo de subversão, para ele a divisão mais importante é entre virtude e vício e só em segundo lugar entre riqueza e pobreza[8]. Este filósofo considera que as rebeliões podem ter quatro objetivos básicos: 1.- contra o sistema, para implantar outro; 2.- contra os que ocupam cargos no sistema, para substituí-los; 3.- para radicalizar ou moderar o sistema, para que seja mais democrático, por exemplo, ou menos oligárquico; 4.- para abolir algum ponto da Constituição. Do nosso ponto de vista e simplificando ao extremo, consideraríamos revolucionário apenas o primeiro objetivo: o segundo poderia ser considerado "golpe de Estado" e os dois últimos reformas mais ou menos profundas.

Devemos reconhecer que, embora Aristóteles admita que a igualdade e a desigualdade são os motivos fundamentais da sublevação, ele estava pensando na igualdade e na desigualdade entre os "pares", isto é, entre os cidadãos. Não era digno de consideração para ele pensar em uma sublevação de escravos por aqueles motivos, pois no caso destes, a desigualdade era natural: "está claro que, por natureza, uns são livres e outros escravos. E que a estes convém a escravatura, e é justa"[9]. É interessante notar que, assim como pela "cegueira" escravista, Aristóteles não antecipou a teoria do valor em mais de vinte séculos, embora tenha chegado muito perto[10], pelo mesmo motivo ele não consegue perceber a questão da dinâmica

---

[6].- Aristóteles, *A Política*. Livro V, 1, 1301 - b 25.

[7].- Entre os vários tipos de desigualdade que propiciam as subversões Aristóteles não esquece das diferenças raciais. Diz o filósofo que "motivo de discordias é igualmente a falta de homogeneidade racial até que a gente se integra", *ibidem*, L. V, 3, 1303 - a 25.

[8].- *Ibidem*, livro V, 3, 1303 - b 15.

[9].- *Ibidem*, livro I, 5, 1255 - a.

[10].- Aristóteles trata do câmbio, do comercio e da moeda, na *Política*, livro I, Cap. IX. Ver de Karl Marx, *A contribution to the Critique of Political Economy*, Moscou,

social na mudança histórica[11]. Ele rejeita sem maiores argumentos uma tese contrária a sua e que poderia tê-lo auxiliado na sua análise:

> "Para outros tal dominação [escravagista] é um fato contrário a natureza, pois apenas por convenção seria escravo um e senhor o outro, mas em nada difeririam pela sua natureza. Por essa razão tampouco seria coisa justa, *mas um fato de violência.*"[12]

Antes de Aristóteles, outro grego tinha pensado a relação entre as classes sociais e a violência de maneira original, e talvez a ele o estagirita esteja se referindo na última passagem. Com efeito, com seu pensamento dialético, Heráclito de Efeso já tinha penetrado profundamente no desenvolvimento histórico que, para ele, era constante vir-a-ser, eterno fluir. No fragmento 53, dedicado ao Pólemos, ele oferece a primeira reflexão que conhecemos, ainda que muito metafórica, sobre a géneses das classes e suas lutas: "A guerra (Πολεμο) é a origem de todas as coisas e de todas elas é soberana, e a uns ela apresenta-os como Deuses, a outros, como homens; de uns ela faz escravos, de outros, homens livres"[13], colocando em relação

---

Progress Publishers, 1978, nota da página 68. Jean-Pierre Vernant também faz alusão ao fato em *Mito e sociedade na Grécia Antiga*, RJ, UnB / José olimpio, 1992. Ver deste autor o capitulo "a luta de classes", especialmente a nota 9, páginas 12-13.

[11].-Pode-se argumentar, que a contradição entre ricos e pobres não constituia o conflito principal da luta de classes desse modo de produção caracterizado pela produção escravista. Pode-se ainda observar que ricos e pobres não constituiam classes sociais antagônicas (no sentido que Marx deu ao termo a partir da sua análise do capitalismo), já que pertencer a uma classe não depende da riqueza e sim do lugar nas relações de produção. J. P. Vernant percebeu esta situação: "Como pode um marxista falar de uma classe de ricos, de uma classe de pobres? Se a fórmula parece de fato inaplicável à sociedade contemporânea, parece, entretanto, ser a única a definir corretamente a situação que se cria no momento do declínio da cidade grega (...) Nesse momento, a massa de cidadãos que diversifica a multiplicidade de seus estatutos econômicos encontra-se polarizada em dois campos adversos; o grupo dos que, não tendo nada ou pouco, querem utilizar as formas do Estado para taxar os ricos ao máximo, e os que possuem - qualquer que seja a origem de suas fortunas -, decididos a resistir", op. cit., p. 21.

[12].- *Ibidem*, L. I, 3, 1253 - b 20. (énfase nossa).

[13].- Utilizamos a tradução para o portugués oferecida pela editora Fundação Calouste Guilbenkian da tradução do Grego para o Inglês de G. S. Kirk e J. E. Raven: *Os filósofos Pré-socráticos*, Lisboa, 1991, p. 197. Ver também de Jean-Paul Dumont *Les*

direta a violência e a origem da divisão das classes sociais. Vinte e três séculos mais tarde Engels retomará esta relação, mas invertendo a fórmula[14].

No século III de nossa Era, Políbios, em Roma, retomará o tema da formas de governo com pouquíssimas variações do modelo aristotélico. Ele expõe de maneira bastante didática a teoria das formas de governo no livro VI de sua obra magna: *História*. Nesse mesmo livro, ele desenvolve a teoria da dinâmica dos regimes, a αναχυχλοσιErro! A origem da referência não foi encontrada.. Neste autor fica muito mais amarrada a teoria política das formas de governo com a teoria da história anaciclótica[15]. A lei operante no desenvolvimento que obriga a passagem de uma forma para outra é uma lei da natureza. As formas se corrompem "naturalmente", elas vão se transformando em outras em um ciclo que leva "inexoravelmente" ao começo. Políbios achava que conhecendo intimamente a lei da anaciclósis e a história política não seria difícil prever o futuro:

> "A verdade do que acabo de dizer mostrar-se-á com a maior clareza a qualquer pessoa atenta a tais origens, gerações e transformações em sua sucessão natural, pois somente quem percebe como cada espécie surge naturalmente e se desenvolve é capaz de ver quando, como e onde o crescimento, a plenitude, a transformação e o fim deverão presumivelmente ocorrer. E segundo penso, essa explicação pode aplicar-se com sucesso principalmente à constituição romana, porquanto, desde o início, a sua formação e o seu desenvolvimento decorreram de causas naturais."[16]

écoles Présocratiques. Paris. Éditions Gallimard, 1991, p. 78. De J. Burnet, *L'Aurore de la philosophie grecque*. Paris, Payot, 1970, p. 152.

[14].- Para Engels (ver especialmente *Anti-Dühring*. R.J., ed. Paz e Terra, 1976. Segunda Seção) será precisamente a diferença entre possuidores e não possuidores que está na origem da violência. Tratamos deste aspecto mais adiante.

[15].- Ver a este respeito o livro de Norberto Bobbio *A teoria das formas de governo*, Brasília, Ed. UnB, 1985.

[16].- Políbios, *História*, Brasília, ed. UnB, 1985, Livro VI, 4, p. 327.

Não entraremos aqui na descrição da teoria das formas de governo nem na sua dinâmica anaciclótica. Apenas queremos mostrar a força que ainda tem em Políbios a explicação histórica como *necessidade*, como *natureza* que flui *inexoravelmente* a um destino *predeterminado* que coincide com o ponto inicial. Há uma *revolutio*, um *revolvere*, no sentido de voltar ao início depois de um percursso circular. Há uma necessidade histórica opressiva: "Esse é o ciclo pelo qual passam as constituições, o curso natural de suas transformações, de sua desaparição e de seu retorno ao ponto de partida"[17]. A teoria polibiana é a representação da história circular. Ela se opõe à representação judáico-cristã da linearidade histórica, mas também à idéia do progresso que para os modernos será fundamental. Para Políbios, o movimento permanente e inexorável da história é sempre degenerativo, corruptivo. Independentemente de passar por formas consideradas "boas" ou "más", respeitando o paradigma platônico-aristotélico, o modelo polibiano se desenvolve sempre para o pior: "O fato de tudo estar sujeito à decadência e ao desaparecimento é uma verdade a respeito da qual não há necessidade de insistir; a inexorabilidade da natureza basta para convencer-nos disso."[18]

Deve-se destacar o fato de que, embora a decadência seja inevitável e se dê por leis naturais, Políbios reconhece como causas das sedições nas cidades a injustiça, a desigualdade e a falta de liberdade de palavra[19]. São basicamente estes elementos que funcionam como desencadeantes das mudanças históricas na teoria polibiana. Mas surgem também como uma resposta dos cidadãos à degeneração própria do regime. Todo regime, a partir da segunda geração que assume o poder, tem uma tendência para a corrupção e o suborno, fatos estes que criam diferenças de fortunas.

---

[17].- *Ibidem*, livro VI, 9, p. 331.

[18].- *Ibidem*, 57, p. 347.

[19].- *Ibidem*, 9, p. 331. Embora possa se interpretar a "liberdade de palavra" como igualdade política.

Essa desigualdade, que vai aumentando em função do mau governo, gera a conspiração, a sedição, a sublevação e finalmente a derrubada do regime e sua substituição por outro.

A primeira argumentação que encontramos no fim da Idade Média para justificar a insurreição é obra de um teórico da Igreja: Tomás de Aquino. Recuperando a dupla distinção aristotélica das formas de governo pelos critérios quantitativo (quantos governam?) e qualitativo (como governam?), e em função deste último, Tomás de Aquino distinguirá entre governo bom e ruim. Caracterizará o primeiro como aquele no qual o governante visa o bem comum e o segundo como aquele em que governa em proveito próprio ou o faz por usurpação de mandato, ele chamará de rei ao primeiro e ao segundo de tirano. O primeiro será um governo *legítimo* e por isso a obediência ao mesmo é obrigatória, em contrapartida o segundo, por ser *ilegítimo*, deixa a porta aberta para a desobediência civil, isto é, embora condene o regicídio, este autor admitirá, em determinadas situações, o tiranicídio. Nas palavras de Tomás de Aquino, sua famosa justificativa:

> "Estamos obrigados a obedecer ao poder secular na medida em que a ordem da justiça o exige. Portanto, aos que o detêm injustamente ou usurpado, ou mandam o que é injusto, não estamos, como súditos, obrigados a lhe obedecer; a não ser talvez por acidente, para evitar escândalo ou perigo."[20]

Juan de Mariana retomará a classificação das formas de governo pelo critério qualitativo na virada do século XVI para, a partir dela, construir sua justificativa do tiranicídio. A construção desse argumento baseava-se, em primeiro lugar, na possibilidade de distinguir o rei do tirano. Essa distinção tinha sido obscurecida

---

[20].- Tomás de Aquino. *Summa Teológica*, Co-Edição 1980, Escola Superior de Teologia São Lorenço de Bides, etc. , R.S., Segunda Parte da Segunda Parte, vol VI, Questão CIV. Da Obediência, Art. VI, *Ad Tertium*, pag. 2845.

tanto por Maquiavel quanto por Hobbes, para os quais o fundamento da mesma não era intrínseco ao monarca, mas concedida pela valoração dos súditos. Em última instância, para eles "tirano" era o nome dado ao monarca por aqueles que o detestavam. Daí que Mariana recupere o paradigma aristotélico para resolver um problema contemporâneo, e quando, no Cap. VI do livro Primeiro do *De Rege et regis institutione*, se coloca ante a questão "*an tyrannum opprimere fas sit*", ele afirmará que é lícito matar o tirano.[21]

Poder-se-ia dizer que só a partir da Revolução Francesa é que se produzirá uma profunda mudança no significado do conceito de "revolução". Se até esse momento revolução significava basicamente um retorno, uma restauração de uma ordem que tinha sido alterada pelo desgoverno ou como produto de uma administração em benefício do detentor do poder, agora o conceito incorporava a possibilidade da criação de uma ordem totalmente nova. Da procura de uma situação anterior que tinha sido perdida, o revolucionário passa a imaginar a possibilidade de instaurar um governo que sirva para instrumentalizar suas esperanças de uma situação totalmente nova de igualdade e liberdade. Com esta última caracterização, o conceito incorpora a possibilidade da ruptura total do liame histórico. Se seu significado teve desde sempre a carga semântica da violência dos choques sociais, agora ganha o horizonte de liberdade de criação da história futura, quebrando seu submetimento a uma ordem histórica inexorável. As forças revolucionárias não apenas podiam dirigir sua violência para romper com todo o arcaico, mas podiam, através dela, ser artífices do seu próprio futuro como fundantes do absolutamente novo.

---

[21] - Para este particular ver a detalhada análise de João C. K. Quartim de Moraes em *A justificação do tiranicídio no pensamento proto-liberal de Juan de Mariana*, Primeira Versão, IFICH/UNICAMP, número 51, 1993.

II - ENGELS: A DESIGUALDADE ECONÔMICA NA GÊNESE DA VIOLÊNCIA

Deixando de lado os casos patológicos, quase todos os fenômenos de violência são o resultado ou configuram a reação a uma violência original: a violência econômica. Não é casual que um dos primeiros tratados científicos sobre a violência, a "Teoria da Violência" de F. Engels, seja desenvolvido na "Segunda Seção" do *Anti-Dühring*, sob o título geral de "Economia Política". Diferentemente de Heráclito de Efeso, origem da linha sucessória da dialética, que colocava o conflito como a origem das diferenças sociais, para o marxismo, o conflito e a própria violência que o dinamiza não são a origem, mas a resultante da divisão social em classes. Para o pensamento marxista, a primeira violência, o fundamento de todas as violências, não se realiza no plano da força, mas das relações econômicas.[22]

Aquela primeira violência é perpetrada no âmbito da produção e com objetivos econômicos: é *a distribuição desigual da produção*. Essa desigualdade distributiva divide o espectro social em favorecidos e excluídos. A partir desta divisão da sociedade em classes economicamente distinguíveis, a violência é controlável apenas com um forte aparato repressivo. A primeira manifestação da desigualdade distributiva é a propriedade. Para Engels a propriedade não é causada por uma violência expropriatória, mas é apenas fruto de mudanças produzidas nas condições de produção e de troca. Portanto, suas causas são especificamente econômicas e em momento algum intervém a violência. Pelo contrário, a violência terá como causa a existência da propriedade: "a violência poderá, sem duvida alguma, transformar o

---

[22] - "Qualquer operário socialista - diz Engels - sabe perfeitamente que a força ampara a exploração, mas que não lhe dá origem, que a sua exploração tem a raiz nas relações entre o capital e o trabalho assalariado e que estas relações tiveram a sua origem num terreno puramente econômico, e não na simples violência". Friedrich Engels, *Anti-Dühring*, RJ, ed. Paz e Terra, 1976, p 132.

estado possessório, mas, entretanto, não engendrará nunca a instituição da propriedade."[23]

Dada essa divisão da sociedade, a classe dos beneficiados pela distribuição desigual da riquesa - os proprietários e exploradores - canalizará a violência como força institucional para manter o *status quo* e preservar sua propriedade. A classe exploradora, enquanto dominante, se esforçará para evitar que os desfavorecidos pela distribuição consigam, como diria Engels, "transformar o estado possessório" que caracteriza essa sociedade. Esse esforço se materializará no uso da violência, na formação de um poder armado destinado a proteger os interesses da classe privilegiada. Mas esse poder não pode surgir como uma "organização armada espontânea" do seio da sociedade, mas como "força pública especial", pois, como adverte Engels. "Esta força pública especial se faz necessária porque desde a divisão da sociedade em classes é já impossível uma organização armada espontânea da população."[24] É a força que Lenin denominará "destacamentos especiais de homens armados"[25] em oposição à população organizada e espontaneamente armada. A presença dessas formações denuncia a existência do Estado. Este não é um artifício externo à sociedade nem uma de suas caraterísticas inevitáveis. Ele surge do seio da sociedade como garantia da ordem violenta imposta pela divisão social em classes. Como diz Engels:

> "O Estado não é, portanto, de modo nenhum, um poder imposto de fora à sociedade; tampouco é 'a realidade da idéia moral', 'a imagem e a realidade da razão', como Hegel afirma. É, isso sim, um produto da sociedade em determinada etapa de desenvolvimento; é a admissão de

---

[23].- Friedrich Engels. *Anti-Dühring*. ed. cit., p 140.

[24].- F. Engels: *El origen de la familia, la propiedad privada y el Estado*, Buenos Aires. ed. Cartago. 1988, p 163.

[25].- V. I. Lenine: *"O Estado e a Revolução"* in *Obras Escolhidas*, SP, ed. Alfa-Omega, 1980, V. 2, p 228.

> que esta sociedade se envolveu numa contradição insolúvel consigo mesma, se cindiu em contrários inconciliáveis que ela é impotente para banir. Mas para que estes contrários, classes com interesses econômicos em conflito, não se devorem e à sociedade numa luta infrutífera, tornou-se necessário um poder, que aparentemente está acima da sociedade, que abafe o conflito e o mantenha dentro dos limites da 'ordem'; e este poder, nascido da sociedade mas que se coloca acima dela, e que cada vez mais se aliena dela, é o Estado."[26]

Se o Estado é a organização e administração da força repressora, sua manifestação é, simultaneamente, produto e denúncia da existência de contradições inconciliáveis no seio da sociedade: "O Estado surge precisamente onde, quando e na medida em que as contradições de classe objetivamente não podem ser conciliadas. E inversamente: a existência do Estado prova que as contradições de classe são inconciliáveis".[27] Colocado assim, temos a impressão de que o Estado funcionaria como árbitro entre as classes antagônicas procurando o equilíbrio e a harmonia entre elas. Porém, a única harmonia possível baseia-se na igualdade distributiva[28]. Esta eliminaria, de uma vez, a cisão social, a existência de classes e, concomitantemente, o fundamento do próprio Estado. A função deste é justamente reprimir a violência desencadeada pela desigualdade distributiva que lhe é inerente. Daí que o Estado não funcione para toda a sociedade, pelo menos não no mesmo sentido, mas que esteja a serviço apenas de uma das classes, obviamente os favorecidos pela distribuição da produção. Como diz Engels:

---

[26].- F. Engels, op. cit., p 162. A tradução foi tomada da citação de Lenin, op. cit., p.226.

[27].- V. I. Lenin, op. cit., p 226.

[28].- Como observou Décio Saes, "A aspiração a uma distribuição igualitária da riqueza é um elemento ideológico próprio às classes dominadas de todos os modos de produção (escravista, feudal, capitalista); em suma, um invariante ideológico das classes dominadas" in *Estado e democracia: ensaios teóricos*. Campinas, ed. Unicamp, IFCH, Coleção Trajetória 1, 1994, p 162.

"Como o Estado nasceu da necessidade de conter os antagonismos de classe, e como ele, porém, ao mesmo tempo, nasceu no meio do conflito destas classes, ele é, em regra, o Estado da classe mais poderosa, economicamente dominante, a qual por meio dele se torna também a classe politicamente dominante e assim adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida. (...) o Estado representativo é o instrumento de que se serve o capital para explorar o trabalho assalariado."[29]

III - A GUERRA COMO TEMA FILOSÓFICO.

As reflexões filosóficas sobre a guerra mostram um amplo espectro de interesses que aqui apenas poderíamos enumerar. A relação entre a guerra e a ética é um dos aspectos do debate que preocupa a Filosofia da Guerra. Uma das questões principais consiste em determinar se todas as guerras são injustas ou se todas ou algumas podem ser consideradas justas. Em que casos a guerra é moralmente justificável ou condenável. Que critérios determinam a justiça ou a injustiça das guerras, e em que medida eles poderiam ser universalizáveis.

O objetivo da *teoria da guerra justa*, por exemplo, era determinar os critérios de legitimidade da guerra. Esta teoria era abonada pelo jus-naturalismo que se interessava pelo *dever ser* do direito da guerra, com um forte conteúdo moralista. Diferentemente, o positivismo jurídico (que recusa o *dever ser* para se interessar apenas pelo *ser* do direito), observando o estado de guerra permanente entre as nações, percebeu que não havia cânones internacionais que permitissem distinguir as guerras justas das injustas. Tomando a guerra como dada, para o positivismo o problema jurídico consistiu em desenvolver um sistema de normas que a

[29].- F. Engels, op. cit., p 164. A tradução foi tomada da citação de Lenin, op. cit., p 230.

regulamentasse. Como observa Norberto Bobbio[30], não bastava que a guerra fosse legítima, ela também deveria ser regulamentada com o objetivo de limitar seus efeitos nocivos, isto é, ela *devia ser legal*.

A relação da guerra com o direito engloba um conjunto variado de questões. "A lei pode evitar a guerra": esta é a palavra de ordem dos pacifistas. Eles acreditam que dispositivos legais poderiam diminuir e até acabar com todas as guerras. Porém, tais dispositivos foram criados e guerras continuam ocorrendo. Recusam-se a discutir qualquer legislação que vise a criação de normas para regular as guerras, aduzindo que dessa maneira as admitiriam. Por sua vez, os que propõem esta discussão argumentam que, sendo inevitável a existência da guerra, o mais razoável é tentar "humanizá-la" com uma jurisprudência adequada. Quem, em que condições, em que medida e, especialmente, com que forças essa legislação poderia ser aplicada, são questões recolocadas em cada conflito internacional[31].

Se a inevitabilidade da guerra se deve à natureza especificamente belicosa do homem, é outra questão que ocupou espaço nas considerações sobre a guerra. Há quem afirme que a natureza do homem é pacífica e que a inclinação belicosa é de índole patológica. Também foi objeto de reflexão se a própria essência da humanidade não seria precisamente essa atitude belicosa, isto é, o elemento que

---

[30].- Norberto Bobbio. *El problema de la guerrra y las vias de la paz*. Barcelona, ed. Gedisa, 1982. Ver especialmente o artigo "*Derecho y guerra*".

[31].- Sem dúvida, esta é uma questão que se coloca cada vez que a Organização das Nações Unidas (ONU) tenta intervir em uma guerra. Os casos mais recentes, como os de Ruanda, Somália e ex-Iugoslávia, levaram esta organização a uma crise sem precedentes. O mais paradoxal é a idéia de contar com uma força para "impor a paz" em regiões de conflitos armados. Com efeito, a paz é o resultado e objetivo da guerra, pois é justamente a modalidade de retorno à paz que caracteriza a guerra, sendo que a "paz imposta" é precisamente seu limite. Se a idéia da ONU é impor a paz, ela transforma-se automaticamente em parte beligerante. Quando um dos beligerantes não quer a paz, a guerra continua. Assim, a função da força da ONU não deveria ir além de observar e garantir a cessação das hostilidades na linha de frente quando os beligerantes decidissem deter a guerra. Impor a paz é o objetivo almejado por todo beligerante, nunca de uma força de paz.

diferenciaria o homem dos demais animais. Sobre a consideração da guerra como elemento distintivo da especie humana, Gaston Bouthoul[32] acredita contar com argumentos suficientes para mostrar que, de um ponto de vista polemológico, não há razão para distinguir entre a guerra humana e a guerra de outros animais e, portanto, a vocação polêmica não seria específica do homem. Sem estar discutindo diretamente com este autor, mas assumindo uma posição contrária à que ele defende, lembramos a observação de Trotsky:

> "Quando falamos, sem brincar com as palavras, de *guerra*, compreendemos um confronto sistemático de grupos humanos organizados pelo Estado e que utilizam os meios técnicos de que dispõem em nome de propósitos fixados pelo poder político que os representa. É absolutamente evidente que nada semelhante existe à margem da sociedade humana. Se a *luta* é própria de tudo o que vive, a *guerra* por sua vez é um fenômeno puramente histórico e humano. Quem não perceba isto, encontra-se muito longe do umbral mesmo do problema"[33].

Independentemente da guerra ser especificamente humana ou não, o certo é que, quando estudamos a história da humanidade, logo percebemos que ela é uma seqüência quase ininterrupta de guerras. A guerra é o primeiro fenômeno humano e o mais referido pela historiografia. O rótulo de "paz" é dado equivocamente às efêmeras tréguas que acontecem como *lapsos* históricos. Sua utilização retórica é freqüente nos discursos políticos. Também aparece como *telos* utópico em quase todas as Filosofias da História. Seja como for, a questão filosófica dirá respeito à natureza da guerra e à possibilidade da paz, e, quanto a esta, quase todos os filósofos que tratam do tema coincidem em afirmar que dependerá daquela. Com efeito, como

---

[32] - Gaston Bothoul, *O fenômeno guerra*, Lisboa, ed. Estúdios Cor., 1966.

[33] - León Trotsky, "Hablar para no decir nada" in *Escritos militares*. Buenos Aires, ed. Amaicha, 1973, p. 181.

indica Irving Horowitz[34], é a partir do conhecimento da natureza da guerra e de suas causas, e em referência à compreensão que cada filosofia tem da guerra, que resultarão as propostas de caminhos para a paz.

Norberto Bobbio[35], por exemplo, afirma que as concepções filosóficas, em última análise, podem reduzir-se a três posições básicas que determinariam três alternativas possíveis para a paz. A primeira seria a de Saint-Simon, Comte, Spencer e os livre-cambistas. Para esta visão, o fato determinante é constituído pelo advento da sociedade industrial. Esta degrada as virtudes militares e exalta as do técnico e do cientista. Os Estados se abririam reciprocamente através do comércio. O caminho de Kant não era econômico, mas político: a concórdia dos impérios, a antecipação do pacifismo democrático do século XIX. Desde sua visão eurocêntrica, ele imaginava a possibilidade de acordos a partir do centro da Europa para a periferia: se os "grandes" concordassem os pequenos não teriam outra opção que assegurar a paz mundial[36]. Por último, Bobbio considera a via do socialismo democrático da Segunda Internacional. Para esta posição a guerra era o produto dos antagonismo entre os Estados capitalistas na luta por mercados. A paz adviria quando a crise inevitável de todo o sistema social permitisse o surgimento das sociedades socialistas.

Para Alfred Whitehead[37], entretanto, em consonância com seu neoplatonismo, a guerra surge do conflito entre o permanente e a mudança, entre o processo e o real. Para ele, só se pode obter a paz quando o meio social, unido ao organismo humano, produz formas mais altas de civilização: a paz acaba sendo uma questão teológica.

---

[34].- Irving Horowitz. *The Idea of war and peace in contemporary Philosophy*, N.Y., Paine-Whitman Publishers, 1957.

[35].- Norberto Bobbio, Op. cit., pp. 111 e ss.

[36].- Ver de Immanuel Kant. "A paz perpétua" in *A paz perpétua e outro opúsculos*, Lisboa, Edições 70, 1988.

[37].- Alfred N Whitehead. *Adventures of Ideas*. N.Y., 1933.

Também imbuído de uma visão teológica se encontra Jacques Maritain[38]. Para este tomista a idéia de uma paz mundial está interligada à questão do governo mundial. Uma vez que distingue matéria e razão, ele afirmará que do ponto de vista material não há solução para a guerra. Por outro lado, afirma que política é razão coletiva. Daí sua proposta de paz através do governo de uma elite intelectual. Esta deveria procurar desenvolver uma comunidade mundial auto-suficiente, articulando as ciências morais e jurídicas. O governo mundial também é proposto pelo neoplatônico G. Santayana[39], porém, na sua visão aristocratizante, a paz é o resultado da imposição de uma força mundial. A paz que deseja este autor é a *Pax* Imperial, cuja administração ficaria a cargo de uma confiante aristocracia intelectual. Ele imaginava que eram precisamente os Estados Unidos os únicos que reuniam as condições materiais e morais para impor essa *Pax* ao resto do mundo[40].

Para B. Russell, "Está na natureza do homem estar em conflito contra algo"[41], e, conforme esse "algo", ele distingue três tipos de guerra: a do homem contra a natureza, a do homem contra outros homens, e a guerra interior. Se esta última não é resolvida, aquelas não serão obtidas. A paz universal só se logra através da harmonia consigo mesmo, logo, a paz mundial repousa na solução da patologia da alma individual. Assim ele descarta as causas econômicas como promotoras da guerra. No seu "Mundo Feliz" só há lugar para uma força armada, e aquele impulso natural à guerra deve ser superado por um impulso mais forte para a harmonia. O Estado suprime a violência interna e promove a externa. Suprime o conflito econômico

---

[38].- Jaques Maritain. *Man and State*. Chicago. Chicago Press, 1951.

[39].- George Santayana. *The life of Reason: or the Phases of Human Progress*, N.Y., 1954.

[40].- Compare-se esta posição com o discurso do então presidente dos Estados Unidos, George Bush, para o povo norte-americano por ocasião da Guerra do Golfo, na qual os americanos comandaram a Força Internacional de Intervenção: "Somos os únicos com capacidade moral e força para restabelecer a democracia no mundo."

[41].- B. Russell. *New hopes for a changing world*, N.Y., 1951, p. 13.

interno e promove o internacional. Só uma organização supranacional poderia evitar a guerra entre os homens, uma autoridade mundial que monopolizasse a totalidade das armas de destruição. A este governo mundial se chegaria através de uma guerra de grande escala. Finalmente, frente à possibilidade de um holocausto nuclear, propõe uma comissão neutra para tentar um *modus vivendi* entre capitalismo e socialismo.

Para Lenin, por outro lado, o que determina a justiça ou injustiça da guerra são os objetivos que ela trata de alcançar. Depende da análise das forças históricas comprometidas no conflito: se retardam ou promovem um sistema econômico mais elevado e a liberdade humana. Para ele a paz e a guerra não dependem da "natureza do homem", elas estão relacionadas ao funcionamento real do mundo material, sujeito a leis. Sem uma mudança radical do modelo econômico, a paz só pode ser efêmera:

> "as alianças (...), seja qual for a forma que assumam, seja de uma coalisão imperialista contra outra, ou de uma aliança geral que abarque *todas* as potências imperialistas, só podem ser, *inevitavelmente*, "tréguas" entre guerras. As alianças pacíficas preparam as guerras e por sua vez surgem das guerras, conciliando-se mutuamente, gerando uma sucessão de formas de luta pacífica e não pacífica sobre *uma mesma* base de vínculos imperialistas e de relações recíprocas entre a economia e a política mundiais."[42]

Para Lenin, como para toda a tradição marxista, a luta de classes constitui a raiz e a medula da guerra, onde a paz só seria lograda com a mais ampla complementação de uma economia e uma política socialista. Para ele, o estabelecimento da paz mundial requereria a substituição do reino da concorrência

---

[42] - V.I. Lenin. "*O Imperialismo, fase superior do capitalismo*" in *Obras escolhidas*, vol. I, op. cit., pp. 664-665.

pelo reino da cooperação. Só através da igualdade econômica poder-se-ia realizar o sonho do federalismo: a substituição das nações-Estados por uma comunidade de homens. Consonante com o pensamento marxista de Lenin, Trotsky acha que o fundamento da guerra deve ser buscado não na natureza biológica do homem, mas na "natureza" social da burguesia. Para ele, depois da revolução mundial e com o advento do comunismo "as guerra passarão a ser não apenas inúteis, mas também impossíveis."[43]

IV - AS REVOLUÇÕES NA HISTÓRIA DA GUERRA.

Alguns autores falam de revoluções, em sentido amplo, em diversas áreas, como a economia, a literatura, as comunicações, a ciência, etc. Até com respeito à arte da guerra se identificam "revoluções", como as indicadas por Gaston Bouthoul[44]. Para este autor, três são as datas de importantes mutações no desenvolvimento da teoria da guerra: 1775, com a irrupção do povo e da ideologia tanto na política quanto na guerra; 1914, com a aplicação bélica do poderio industrial; e 1945, com a utilização da arma nuclear. Concordamos com este autor na importância histórica atribuída às duas primeiras revoluções, mas acreditamos que, em relação à terceira, ele não percebeu a magnitude da mudança que a arma nuclear introduzia na própria natureza da guerra.

A primeira revolução é marcada pela sublevação da população de uma colônia ultra-marina contra o monarca na metrópole européia: é a guerra da independência norte-americana (1775-1783). Esta novidade estratégica se consolidaria com o

---

[43] - L. Trotsky. "*Hablar para no decir nada*", op. cit., p. 181.

[44] - Gaston Bouthoul e René Carrére. *O desafio da Guerra*. RJ, ed. Biblioteca do Exército, 1979, pp. 68-69.

aparecimento da figura do cidadão, e com este o desenvolvimento dos exércitos nacionais, que provocaria alterações definitivas na concepção estratégica da época. Este fato não passou inadvertido por Clausewitz:

> "Enquanto se colocavam todas as esperanças em, segundo a visão tradicional, uma força militar muito limitada, uma força que ninguém imaginara fez a sua aparição em 1793. A guerra tornou-se subitamente de novo uma questão do povo e de um povo de 30 milhões de habitantes que se consideravam todos como cidadãos do Estado."[45]

Até aquele momento, a estratégia corrente nos exércitos feudais era a manobra, o cerco, a posição; guerras tipicamente de desgaste nas quais se evitava o confronto direto e a decisão, fundamentalmente pela falta de confiança no soldado mercenário que constituia o grosso dos exércitos. Com a aparição da figura do cidadão moderno e a adoção do sistema de recrutamento universal, introduz-se um componente fundamental na formação moral da tropa: a "idéia" de nação e o "amor pela pátria", um motivo suficiente para justificar a morte em combate. Este elemento, aparentemente supérfluo e talvez por isso freqüentemente negligenciado, permitiu desenvolver a estratégia que procurava a decisão da guerra através do combate, da batalha final e decisiva: o "rolo compressor" que caraterizou a revolução estratégica introduzida pelo exército napoleônico.

Foi precisamente a figura do cidadão moderno livre-contratante o conteúdo histórico que faltou na teoria maquiaveliana da guerra. Com efeito, Maquiavel tinha antecipado *teoricamente*, com sua formulação do exército nacional[46], o fundamento da estratégia napoleônica (fazendo a necessária ressalva pela pouca importância que

---

[45].- Carl von Clausewitz. *Da Guerra*. S.P.,ed. Martins Fontes, 1979, p. 772.

[46].- Ver de Maquiavel especialmente *O príncipe* e *A arte da guerra*.

o florentino deu à artilharia[47]). Ele pretendia extirpar do Exército os corpos de mercenários e de tropas estrangeiras por serem pouco confiáveis para procurar a decisão pelo combate. Como diz Eduardo Mei, "O Exército proposto por Machiavelli teria portanto um caráter popular. Ele seria formado basicamente pela Infantaria composta por camponeses que lutariam para defender suas terras dos invasores estrangeiros e da cobiça dos seus conterrâneos poderosos."[48] Lamentavelmente para a Itália, naquele momento a concepção estratégica maquiaveliana não pôde ser posta em prática: o mundo teria que esperar alguns séculos e uma revolução burguesa para poder contar com a figura plenamente desenvolvida do cidadão livre, a carne, o sangue e os ossos do projeto maquiaveliano de exército nacional.

Devemos concordar também com Gaston Bouthoul na importância concedida às alterações introduzidas pelo desenvolvimento industrial na Primeira Guerra Mundial, não apenas por ser a "guerra da indústria", mas pela incorporação de inúmeros avanços técnicos na arte da guerra. Ainda assim, devemos reconhecer como contrapartida, a importância da guerra como "parturiente" do próprio desenvolvimento industrial.[49] O aumento da capacidade de tiro da Primeira Grande Guerra paralisou o avanço dos grandes exércitos e fixou as frentes de combate, constituindo a "guerra de trincheiras" que a caracterizaria. A arte da guerra esperaria

---

[47].-Este aspecto é notado, entre outros, por Félix Gilber. Ver deste autor "Macchiavelli: the renaissance of the art of war" in Peter Paret (ed.). *Makers of Modern Strategy*. New Jersey, Princeton University Press, 1986.

[48].- Eduardo Mei. "Nicolò Macchiavelli: a ordem e a violência", in *Premissas*, caderno número 6, abril de 1994. Campinas, UNICAMP, Núcleo de Estudos Estratégicos, p. 12.

[49].- Foi a partir das necessidades tecnológicas dos engenheiros napoleônicos para lograr o canhão de uma única peça, que eles desenvolveram o torno que permitiu construir cilindros perfeitos. A partir da calibragem correta dos cilindros, pôde ser construída a primeira bomba de sucção utilizada para retirar a água que inundava as minas de carvão na Grã-Bretanha. Finalmente, a partir da bomba de vácuo, todos os elementos necessários para a construção da máquina a vapor estavam ao alcance do engenho, da iniciativa e das necessidades das novas classes emergentes.

pouco tempo nas trincheiras, antes que o desenvolvimento tecnológico lhe fornecesse as armas que tornariam ineficaz esse tipo de defesa e a projetassem para novas formas de luta.

Todavía, discordamos do autor com respeito à importância que ele concede à introdução do armamento nuclear na estratégia da guerra contemporânea, diminuindo a magnitude do impacto desta sobre a teoria da guerra em particular, mas também sobre a teoria política em geral. Na realidade, a incorporação desta nova arma, com a possibilidade de destruição total, não apenas do inimigo, mas virtualmente de toda forma de vida sobre a face da Terra, provocou uma mudança radical na própria **natureza** da guerra. Se até o aparecimento do armamento nuclear o objetivo de toda estratégia podia se caraterizar positivamente, desde que sua qualidade consistia na capacidade de vencer, isto é, não apenas de impor sua vontade política, mas de maneira que os custos da vitória fossem suportáveis. O fato novo que introduz o armamento nuclear é que dificilmente uma vitória - se assim pudesse ser chamada - chegaria a compensar os custos dessa guerra. Como diz o general Beaufre, "Com a arma nuclear se produz um fenômeno inteiramente novo: qualquer que seja o resultado da luta, vencedor e vencido - se existirem ainda tais distinções - teriam de pagar o preço exorbitante das destruições atômicas, por não poder se proteger eficazmente delas".[50] Se o objetivo "natural" da guerra é impor a vontade ao inimigo[51], e as armas apenas os meios para consegui-lo, a utilização do poder nuclear como meio anula aquele objetivo: *é impossível impor nossa vontade a um morto*. Aliás, considerando o equilíbrio nuclear, assim como a proliferação e distribuição de artefatos nucleares ameaçando praticamente todo o mundo, o objetivo político da guerra é duplamente negado. Não apenas porque é impossível

[50].- General Andre Beaufre, Disuasión y Estratégia, Buenos aires, Editorial Pleamar, 1980, p 22.

[51].-Ver de Clausewitz, op. cit., especialmente livro I, cap. 1.

impor a nossa vontade a um morto, como dissemos acima, mas também, porque *é impossível que um morto imponha sua vontade a quem quer que seja.* Assim, a arma nuclear mostra-se ineficaz como instrumento da política: até sua aparição os fins políticos eram procurados através da vitória militar, mas com ela, a vitória - se existir algo semelhante na guerra atômica - é sempre incerta, inviabilizando a guerra como instrumento da política. Nas palavras de Beaufre, "daí que se trate de alcançar o objetivo político, não pela vitória militar, capacidade positiva que tornou-se demasiado perigosa, (...) mas, através de uma capacidade negativa que permita evitar a grande prova de força."[52]

O armamento nuclear anula a guerra como meio da política. Se a guerra, como queria Clausewitz e admitiu o marxismo-leninismo[53], é a "continuação da política por outros meios", sua natureza não pode fugir dos limites definicionais da política, isto é, a guerra, enquanto manifestação da política, deverá manter em todas suas características a essência desta. Com efeito, como poderíamos manter a definição clausewitziana da guerra se esta, pela utilização de determinados meios nucleares, negasse a política?

Precisamente pela incomensurabilidade do poder de destruição da arma atômica, a guerra nuclear se inviabiliza como meio da política. De maneira tal que a aparição da tecnologia nuclear para fins bélicos cria um abismo conceitual tanto na natureza da guerra quanto da política. O impacto provocado pela arma nuclear e a possibilidade virtual de destruição total sobre a teoria da estratégia foi o que se

---

[52].- *Idem ibidem*, p 22.

[53].- Para avaliar o impacto da teoria da guerra de Clausewitz no pensamento marxista ver a antologia organizada por Clemente Ancona intitulada *Clausewitz en el pensamiento marxista*. Buenos Aires, ed. Cuadernos de Pasado y Presente, número 75, 1979.

denominou "estratégia da dissuasão"[54]. Esta estratégia foi a que dominou, durante a segunda metade de nosso século, o panorama teórico das relações de forças mundiais. A dissuasão forneceu uma "tensa paz" ou a chamada "guerra fria", apenas crivada por guerras de baixa e média intensidade e várias revoluções e guerras de libertação na periferia das grandes potências. A possibilidade da mútua destruição manteve paralisado o gatilho nuclear das duas superpotências. Como diz o General Beaufre: "Essa contradição fundamental entre a enormidade do perigo e o benefício do risco é uma das caraterísticas essenciais de nossa época."[55]

Em resumo, a introdução da arma nuclear, a nosso ver, não constitui uma "revolução" na arte da guerra, como pretende Bouthoul, mas a negação conceitual da mesma enquanto manifestação da política por meios bélicos. A função instrumental do armamento nuclear é de ameaça. Trata-se basicamente de dissuadir o inimigo de utilizar o seu armamento nuclear, através da ameaça de retaliação. Portanto, se a guerra é a instrumentalização da política, como pretende Clausewitz, a ameaça de utilização desse tipo de armamento denuncia a política terrorista das grandes potências nuclearizadas. Essa situação internacional, que torna qualquer Estado não nuclearizado refém político dos que possuem armamento nuclear, justifica o conceito de "equilíbrio do terror" que definiu as relações internacionais nas últimas décadas. Hoje, depois da queda do Muro e da dissolução do mundo bi-polar em que a dissuasão nuclear reinava soberana, a ameaça nuclear continua. Não apenas pelas milhares de ogivas distribuídas por vários continentes (estas, pelo menos em princípio, oficialmente controladas, e que poderiam ser utilizadas no fragor dos

---

[54].- Entre os que estudaram este aspecto da introdução da arma nuclear - o chamado "equilíbrio do terror", que em última análise foi a razão nestes últimos 40 anos de "relaltiva paz mundial" -, destacamos o general Beaufre. Ver deste *Disuasión y estratégia*, Buenos Aires, ed. Pleamar, 1980 e de Raymond aron, *Penser la Guerre, Clausewitz - L'Age européen*, Paris, Éditions Gallimard, 1976, e *Paix et Guerre entre les Nations*, Paris, Éditions Calmann-Lévy, 1962.

[55].- Gal. Beaufre. Op. cit., p. 18.

conflitos que arrefecem as relações de forças em várias regiões do mundo), mas principalmente, pelo descontrole efetivo sobre a totalidade do armamento nuclear, que fornece a possibilidade de, através da corrupção, o crime organizado comercializar material nuclear.[56]

Por outro lado, algo que Gaston Bothoul parece não levar na devida conta e que nós, em compensação, consideramos um fato relevante na história da guerra, foi a transformação da população civil em alvo militar[57]. Foi na Espanha, durante a guerra civil (1936-1939)[58], que foram testadas as novas técnicas e táticas de combate empregadas posteriormente em vasta escala durante a Segunda Guerra Mundial. Embora todas cruéis, entre elas se destaca a tática da "cortina de bombas", não apenas pela sua brutalidade - genialmente captada na pintura "Guernica" por Pablo Picasso -, mas fundamentalmente por incluir entre os alvos preferenciais a população civil. Não nos interessa discutir aqui as conseqüências éticas, nem o efeito militar dessa tática nem sequer as considerações técnicas dela decorrentes. Chamamos a atenção apenas para a ampliação do "teatro de guerra", abarcando agora também os centros densamente povoados, mas principalmente, para a crescente indiferenciação

---

[56].- Na sua guerra de libertação nacional, para citar um exemplo, os tchechenos ameaçaram a Rússia com ataques terroristas nucleares em seu território, e o mais aterrador é que nem o governo nem as forças armadas russas têm condições de saber com certeza absoluta se trata-se de um blefe ou se de fato os guerrilheiros tchechenos possuem algum artefato nuclear. Esta vez foi na Rússia, mas amanhã pode ser em qualquer outra parte. As ogivas nucleares hoje parecem estar disponíveis no mercado, ao alcace de qualquer grupo terrorista relativamente bem financiado. Se isto acontecer, pela primeira vez na história (e a situação da Tchechênia talvez seja o caso) o terrorismo deixará de ter uma função meramente tática e poderá visar objetivos estratégicos.

[57].- Não estamos esquecendo aqui as guerras religiosas nem as étnicas, onde o extermínio da população civil se impõe como fim político. Porém, como objetivo tático, posterior as convenções que regulamentaram e "humanizaram" as guerras modernas, a primeira vez que se utilizaram dessa tática de maneira sistemática, foi no bombardeio à feira de Guernica, pela técnica da "cortina de bombas" executada pela aeronáutica alemã.

[58].- Sobre a revolução civil espanhola, recomendamos a leitura de Raymond Carr, *La tragedia española, la guerra civil en perpectiva*, Madrid, Alianza Editorial, 1986.

entre o campo civil e o militar na guerra contemporânea[59]. A experiência nazi-fascista durante a guerra civil espanhola da tática de bombardeamento aéreo de cidades, que fora posteriormente utilizada em larga escala por ambos os lados do conflito durante a Segunda Guerra[60], teve seu paroxismo convencional nos bombardeios aliados sobre Dresden em fevereiro de 1945 e o nuclear sobre Hiroshima e Nagasaki.

V.- A NATUREZA DA GUERRA

Clausewitz estudou e expôs a guerra focalizando a sua natureza, procurando sua essência através da sua radicalização conceitual. Seu intento foi fazer uma *teoria* da guerra, para o que ele achou imprescindível analisá-la na sua forma absoluta. Para Clausewitz a teoria tem o objetivo "de dar o primeiro lugar à forma absoluta da guerra como a um ponto de referência, de modo que aquele que quer aprender

---

[59] - Discordamos de Hannah Arendt quando ela afirma que "as sementes da guerra total se desenvolveram a partir da Primeira Guerra Mundial, quando a distinção entre soldados e civis deixou de ser respeitada, por ser inconsistente com as armas então usadas" (*Da revolução*, op. cit., p. 12.) Eric Hobsbawm é menos enfático que Arendt, reconhecendo que os civis não constituiam, ainda, o objetivo específico da guerra: "A Primeira Guerra Mundial foi a primeira que atingiu especificamente as populações civis do inimigo, *embora os civis não fossem ainda o alvo principal dos canhões e das bombas*" ("Barbárie: o guia do usuário" in Emir Sader (org.) *O mundo depois da queda*, R.J., Paz e Terra, 1995, p. 19. Ênfase nossa.). Dissemos que discordamos de Arendt porque na Primeira Guerra Mundial a população civil ainda não constituía um objetivo militar: os combates se desenvolviam no limite do campo de batalha contra as forças armadas inimigas. Por outro lado, o bombardeio aéreo alemão sobre Guernica foi o primeiro desse tipo e seu objetivo foi claramente atingir a população civil, por isso foi num domingo e, principalmente, sobre uma feira.

[60] - Normalmente, durante o desenvolvimento de uma guerra, tanto as táticas quanto os meios de combate, vão sendo copiados e adaptados pelos exércitos enfrentados. No final da guerra quase sempre o desenvolvimento tecnológico bélico é aplicado paralelamente em ambos lados da linha de frente. Trotsky tinha percebido este aspeto durante a guerra civil na Rússia: "Finalmente pode se dizer que como conseqüência de uma longa guerra civil os métodos militares de ambos campos se aproximam (...) Quando se combate durante muito tempo os inimigos acabam por aprender um do outro: rejeitam o inútil e remedeiam as carências", "Guerrilla y Ejército Regular", in *Escritos Militares...*, Buenos Aires, Ediciones Amaicha, 1973, p. 122.

alguma coisa em teoria nunca se habitue a perdê-lo de vista."[61] Ele adverte permanentemente que, assim considerada, *a guerra absoluta nunca deve ser confundida com sua aparição concreta e histórica.* A consideração da guerra na sua natureza (a essência da guerra, como ele mesmo diz) pode nos auxiliar a compreender, a conduzir e evitar as guerras históricas, mas devemos observar o preceito metodológico de nunca confundi-la com a própria realidade. A guerra, considerada na sua natureza essencial, aproxima-se conceitualmente do que Max Weber denominou "Tipos-Ideais"[62], isto é, instrumentos conceituais que auxiliam na compreensão dos fenômenos concretos, na sua ordenação e sua classificação.

A primeira definição que Clausewitz nos oferece da guerra é totalmente despossuída de características conjunturais: "*A guerra é pois um acto de violência destinado a forçar o adversário a submeter-se à nossa vontade.*"[63] Aqui aparecem apenas dois sujeitos, dois inimigos que combatem para impor a vontade um ao outro, para que prevaleça a vontade do vitorioso. Desta maneira, Clausewitz poderá analisar a guerra na sua natureza como um duelo, pois, em última análise, para este autor, a guerra é um duelo generalizado: "A guerra nada mais é que um duelo a uma vasta escala."[64]. Nesta primeira definição da guerra aparecem apenas dois elementos definicionais: o meio, que é o uso de violência física, e o fim, que é impor a nossa vontade ao inimigo. O que promove a guerra, seu fim, é a prevalência de uma vontade sobre outra. Para lograr esse fim deve-se desarmar o inimigo, "sendo este

---

[61].- Carl von Clausewitz, Op. cit., p. 709.

[62].- Max Weber desenvolve sua teoria dos "tipo-ideais" especialmente no seu artigo "La 'objetividad' cognoscitiva de la ciencia social y de la política social (1904)" in *Ensayos sobre metodología sociológica*, Buenos Aires, Amorrortu editores, 1982. Analisamos o tema dos "tipos-ideais" propondo uma exaustiva classificação dos mesmos no livro *Max Weber: entre a paixão e a razão*, Campinas, Ed. UNICAMP, 1991, especialmente nas pp. 67-87.

[63].- C. von Clausewitz. Op. cit., p. 73. (itálicos do autor).

[64].- *Ibidem*, p. 73.

desarmamento, por definição, o objetivo propriamente dito das operações de guerra"[65], isto é, deveremos retirar dele sua capacidade e vontade de resistência; como a resistência é um ato de violência (é o primeiro ato de violência[66]), só conseguiremos este objetivo aplicando uma violência maior e contrária àquela que o inimigo oferece para resistir a nossa vontade. O objetivo natural da guerra, como afirma nosso autor, é o aniquilamento do inimigo, isto é, o princípio absoluto que move ambas partes de uma guerra é o "princípio puro de hostilidade". Mas este objetivo se realiza apenas no plano "ideal" da guerra absoluta. No plano empírico da realização da guerra, esse princípio, comum a ambas as partes, se limita e atenua, dando lugar a ações de força limitadas e controladas: "Não há, portanto, dois elementos mutuamente destrutivos que entram em colisão, mas antes tensões entre dois elementos ainda separados que se descarregam em pequenos choques espaçados."[67]

Nestas passagens citadas podemos notar a distinção que para Clausewitz existe entre "fim" e "objetivo": o fim *da* guerra é a imposição de nossa vontade, o objetivo *na* guerra é desarmar o inimigo para poder realizar o fim da mesma. Esta distinção é importante para compreender a relação que para este autor existe entre a política e a estratégia, pois, como veremos, a primeira se vinculará estreitamente ao fim da guerra, já que é a política que o determina, enquanto que a segunda se relaciona com o objetivo da guerra, já que é a estratégia - decidida a criar as condições que possibilitem a realização do fim político - que o definirá conforme as condições objetivas e a extensão dos recursos bélicos a disposição. Não discutiremos aqui

---

[65].- *Ibidem*.

[66].- Para Clausewitz, a primeira violência não é realizada por quem tem a iniciativa na guerra, mas por aquele que resiste a iniciativa: o invasor não utilizaria da violência se o invadido se deixase invadir "pacificamente", isto é, se não oferecesse resistência à invasão

[67].- Clausewitz, op. cit., p. 707.

todos os aspectos que concernem ao estudo da guerra, não nos deteremos para analisar seus elementos: pouco ou nada teríamos a agregar ao dito pelo autor. Todavia, penetrando nas considerações técnicas, correríamos o risco de tornar pesada a marcha de nosso raciocínio. Agora analisaremos a imbricação da guerra e da política, que é o que convém ao nosso trabalho. Para isso, deter-nos-emos no livro VIII *Da Guerra*, intitulado "O plano da guerra".

VI - A GUERRA E A POLÍTICA

Freqüentemente ouvimos falar do fim ou do restabelecimento das relações políticas entre dois Estados quando estes se declaram reciprocamente inimigos e começam a realizar hostilidades. Como se o começo das hostilidades, do relacionamento bélico, fosse a negação da política. Hannah Arendt, como veremos no capítulo sobre a violência, parece simpatizar com esta posição. No fundo desta concepção encontra-se a idéia de que a violência é refratária à política, e que esta cessaria quando aquela começasse. Deste ponto de vista, começadas as ações bélicas, a condução das mesmas ficariam a cargo e responsabilidade da "lógica" específica da guerra. Daí expressões do tipo: "dadas as circunstâncias e em conformidade com a lógica da guerra, não cabiam outras medidas", ou "pela exigência da lógica da guerra tivemos que utilizar esses meios". Como se a guerra tivesse uma "inteligência" interna e autônoma da vontade dos homens, de maneira tal que, uma vez iniciadas as hostilidades, as operações bélicas saíssem do controle da política e seguissem uma ordem intrínseca à própria guerra. Dentro desta visão, os governantes tornar-se-iam reféns dos rumos que pudessem tomar os acontecimentos militares. Aqueles apenas decidiriam abandonar os caminhos diplomáticos e declarar a guerra, e nisto consistiria o seu último ato de governo. A

partir dele, tudo seguiria o rumo "lógico" que o *Nomos* do deus Marte ditasse. Apenas os generais teriam a compreensão técnica dos acontecimentos e poderiam decidir e se responsabilizar pelos mesmos. Contra esta visão é que Clemenceau lançou sua célebre máxima: "A guerra é demasiado séria para deixá-la em mãos dos generais."

Recorre-se à guerra como substituição ou reforço da ação diplomática quando esta mostra-se impotente para fazer prevalecer certos interesses do Estado no âmbito internacional[68]. A diplomacia é apenas um dos instrumentos das relações interestatais e, quando ela não é eficaz, é auxiliada pela força. A guerra realiza esta substituição na esfera dos meios, mas a decisão sobre os objetivos e os meios do Estado permanece prerrogativa do chefe de Estado e na sua esfera de competência, que é a política. Em última análise, a política, enquanto vontade e inteligência do Estado[69], é quem determina qual o meio mais eficaz para atingir seus interesses, se os meios pacíficos da diplomacia ou os violentos da guerra. Se de fato a política cessasse quando a guerra se iniciasse, isto é, se a estratégia assumisse todo o controle das relações com a outra parte, toda guerra, para usar o conceito de Clausewitz, seria "absoluta", onde se imporia o aniquilamento total do inimigo. Com efeito, se a política calasse, como pretendia Hannah Arendt[70], quando iniciadas as operações bélicas, quem procuraria a negociação, e por que meios, para pôr fim à guerra? Ora, se a guerra fosse apenas a substituição da política todo conflito acabaria necessariamente com a eliminação de um dos lados.

---

[68] - Ver de Raymond Aron, *Paz e Guerra entre as Nações*, Brasília, ed. UnB, 1986, especialmente a primeira parte, caps. I e II.

[69] - Na nossa época, o Estado é a representação do sujeito da política internacional, mas poderia ser outro sujeito, pois houve política antes da criação moderna do Estado e, provavelmente, haverá política depois de que toda forma de Estado tenha desaparecido da face da Terra. O Estado é apenas *uma* das possíveis representações do sujeito político, mas de forma alguma a única.

Analisada do ponto de vista puramente conceitual, isto é, na sua radicalidade *idealtípica*, uma das leis que comanda a guerra é a de "ascensão aos extremos". Esta lei expressa a tendência a reagir a uma ação violenta com outra de maior intensidade. Colocada na relação dialética de dois adversários, esta lei levaria cada um ao exercício de toda a potência, a aplicar todos os recursos disponíveis até eliminar definitivamente o inimigo. Mas quando passamos do âmbito da especulação teórica para o histórico, devemos incorporar à compreensão do fenômeno da guerra uma série de fatores (históricos, geográficos, sociológicos, econômicos, psicológicos, climáticos, etc.) que funcionam como atenuantes daquela lei. Poderíamos dizer que, quando a guerra é considerada não na sua essência, na radicalidade do conceito, mas na sua existência concreta, ela é o resultado de uma decisão sobre uma série de fatores que a influenciam, "em que - diz Clausewitz - a dedução lógica rigorosa se perde muito freqüentemente e se torna um instrumento inútil e ineficaz do cérebro"[71] e que, portanto, essa decisão só pode ser política. A política não apenas decide quando passar da diplomacia para a guerra, mas também quando negociar seu fim, assim como quais serão os meios empregados e até que ponto. Com respeito à tese que defende a autonomia da guerra com relação à política, vejamos a afirmação de Clausewitz que, em função de sua relevância, reproduzimos por extenso:

> "a guerra nada mais é senão a continuação das relações políticas, com o complemento de outros meios. Dizemos que se lhe juntam, novos meios,

---

[70].- Hannah Arendt. *Da Revolução*, S.P., ed. Ática, 1988, especialmente na Introdução. Retomamos esta questão no próximo capítulo, no ponto II.

[71].- Clausewitz. Op. cit., p. 709. Esta sentença mantém uma notável atualidade nesta época em que se repetem incansavelmente as desastradas substituições do gênio político-militar pela "inteligência" fria e racional dos computadores. O caso mais emblemático foi a administração racional que o chamado "Grupo de Michigan" praticou na Guerra de Vietnã: segundo todos os cálculos, os americanos estariam ganhando a guerra. Só que esqueceram dois pequenos detalhes: primeiro que a guerra não é virtual, mas real; não se ganha nas telas do compurtador, mas no campo de batalha; segundo e principal, que *a guerra é sempre política*

para afirmar ao mesmo tempo que a guerra em si não faz cessar essas relações políticas, que ela não as transforma em qualquer coisa de inteiramente diferente, mas que estas continuam a existir na sua essência, quaisquer que sejam os meios de que elas se servem, e que os principais filamentos que correm através dos acontecimentos de guerra e aos quais elas se ligam não são mais que contornos duma política que se prossegue através da guerra até a paz."[72]

[72] - *Ibidem*, p. 737.

CAPÍTULO II

VIOLÊNCIA, MORAL E REVOLUÇÃO

I - A VIOLÊNCIA NA SOCIEDADE

Um dos elementos mais característicos das sociedades contemporâneas é a disseminação generalizada e incontida da violência. Ela se infiltra em todas as esferas sociais determinando um peculiar relacionamento entre os homens. Desde manifestações de auto-agressão velada, como as úlceras de origem nervosa, as depressões, neuroses e o *stress* até as manifestações coletivas, como greves, distúrbios estudantis, movimento dos "sem terra", golpes de Estado, revoluções e guerras, a violência ocupa a maior parte dos informativos até caracterizar, na sua forma mais grotesca, a estética de certo tipo de jornalismo sensacionalista.

O fenômeno da violência é muito complexo. Suas manifestações são múltiplas e variadas. Ocupam um leque que vai do abuso tributário até o feroz encontro bélico, da agressividade incontida das torcidas de futebol até os massacres perpetrados por grupos de "justiceiros", da punição "pedagógica" até a violência sexual. O trânsito das grandes cidades contemporâneas parece a arena de um reeditado circo romano onde, por uma sorte de catarse coletiva, o cidadão comum encarna a violência cuja canalização pela política lhe é negada.

Há uma outra violência que fica nos limites da política e às vezes se confunde com ela. Trata-se de uma forma de violência que vem se manifestando cada vez mais em alguns países de vários continentes. É a violência organizada e criminosa perpetrada por marginais fora da lei, mas cujos contornos muitas vezes se diluem, sendo mesmo integrada por policiais e até militares. Ela está constituída por bandos,

muitas vezes quantitativa e qualitativamente melhor armados que as forças legais de repressão. Suas armas são compradas com o fruto do delito tanto no próprio país como fora dele. Em alguns desses países, a importação clandestina do armamento está garantida pela corrupção dos próprios órgãos fiscalizadores. Outras vezes suas armas provêm do assalto aos destacamentos policiais ou do roubo "consentido" nas próprias Forças Armadas nacionais. A partir dessa organização armada, vários tipos de delitos são perpetrados no que se convencionou chamar de "crime organizado". Do "jogo do bicho" até seqüestros, do tráfico de drogas a roubo a bancos, não há crime que fique fora do âmbito de atuação do bando. Normalmente se encastelam em regiões de difícil acesso para as forças da ordem onde montam seu comando de operações. Algumas vezes essas regiões são densamente povoadas, como é o caso das favelas do Rio de Janeiro. Nesses casos, a organização criminosa impõe sua própria ordem na sua zona de influência. Determina tanto a lei quanto as punições e, quando é o caso, as recompensas, realiza benfeitorias, domina o crédito, e garante a segurança coletiva de sua região. Sua presença e prestígio se desenvolvem proporcionalmente à omissão e ausência do Estado no local.

A reflexão sobre este tipo de violência é freqüentemente negligenciada pelas considerações políticas, dado que seu objetivo nunca foi a tomada do poder. Ainda assim, na medida em que foi se organizando e sua capacidade econômica e poder de fogo aumentou, começou a exercer influência sobre o Poder Judiciário, subornando juízes ou ajudando-os a se eleger nos casos em que o judiciário é eletivo (como nos Estados Unidos), destruindo provas, amedrontando ou executando testemunhas, subornando, neutralizando ou eliminando as forças policiais. Finalmente, elegem seus próprios representantes no Legislativo como maneira de facilitar seus negócios. Mas ainda assim, seu objetivo estratégico não é tomar o poder político, mas apenas

controlar certos territórios para realizar seus "negócios" sem disputá-los com as Forças Armadas nacionais.

Às vezes certos atos violentos dificultam sua classificação, ficando numa região onde o político e o delitivo não comportam contornos nítidos. Referimo-nos a certos atos que, em si mesmos, seriam enquadrados como delitivos, como, por exemplo, o roubo a um banco ou um seqüestro seguido de pedido de resgate, mas que, analisados de uma ótica mais ampla, se encaixam como meios dentro de uma ação que, na sua totalidade, se caracteriza como claramente política. Na história recente constatamos casos em que a guerrilha cometeu delitos para arrecadar fundos necessários para financiar a via armada, o que por outros meios não poderia conseguir. Os roubos a bancos e os seqüestros seguidos de resgate, realizados por comandos guerrilheiros nas décadas dos 60 e 70, foram bastante freqüentes em vários países latino-americanos. Os intentos de enquadrá-los juridicamente como crimes comuns não conseguiram ocultar seu verdadeiro caráter político revolucionário. Este caráter, o sentido eminentemente político, o objetivo expresso de disputar o monopólio institucional da força e tomar o poder pela violência desqualificam estes atos como criminosos, inscrevendo-os na esfera do político.

Já na década dos 80 surgiu uma relação muito peculiar entre o narcotráfico e a guerrilha. Na Colômbia, por exemplo, alguns grupos guerrilheiros, dos muitos que ainda lá operam, mantêm com o narcotráfico[73] relações tão ambíguas e dúbias que sua caracterização política se desfigura. Em realidade, funcionam quase como o "braço armado do crime", desenvolvendo um volume de ações orientadas pelos interesses dos traficantes que tornam confusos e certamente secundários, os

[73].- Segundo Jorge Castañeda, "O M-19 manteve contatos com o narco de um ou outro tipo e sabemos agora que os cubanos estavam implicados tanto no narcotráfico como no envio de armas ao M-19". in *La utopía desarmada*. Buenos Aires, ed. Ariel, 1993, p 119.

objetivos políticos do grupo. A relação simbiótica que parte da guerrilha colombiana mantém com o narcotráfico a coloca no limite da política, e muitas vezes fora dela.

Diferentemente deste vínculo, no Peru, o grupo guerrilheiro Sendero Luminoso procurou o financiamento de suas operações através de uma relação de domínio militar sobre o narcotráfico. Com violência ímpar na América Latina, eles impuseram seu controle regional através de um regime de terror. O mesmo terror dirigiram contra o comércio de cocaina para submeter os narcotraficantes a seus objetivos. Através da cobrança de "proteção", eles conseguiram uma fonte de financiamento segura para viabilizar uma guerra prolongada. O Sendero Luminoso modificou, para seu proveito, a relação perversa que estabeleceram os guerrilheiros colombianos com o narcotráfico, mantendo incólumes seus objetivos políticos e sua inclusão inequívoca na esfera do político. Como diz Castañeda, o Sendero é

> "o último movimento que proclama abertamente sua lealdade ao 'marxismo-leninismo-maoísmo', que não se envergonha de se colocar o objetivo de uma revolução comunista e que não vacila em repudiar qualquer idéia de concorrência eleitoral ou de diálogo com as autoridades institucionais existentes."[74]

II - A VIOLÊNCIA COMO LIMITE DA POLÍTICA

Para Hannah Arendt a violência é apenas um fenômeno marginal do campo político.[75] Para ela, a complementariedade das duas definições aristotélicas de homem, como ser político e como ser dotado de fala[76], delimitam o campo específico da política como aquele articulado pela fala; mas como "a violência, ela própria, é

---

[74].- J. Castañeda, Op. cit., p 133.

[75].- Hannah Arendt: *Da revolução*. São Paulo. Ed. Ática/Unb, 1988, p. 15.

[76].- Aristóteles, *A Política*, livro I, 2, 1253 - a, até - 1253 - a 10.

incapaz de se manifestar pela fala" ficaria fora desse campo.[77] Concordamos com Arendt em que a fala articula *também* esse campo, mas devemos reconhecer que ela constitui a articulação de todos os campos, pois, como diria seu antigo professor, M. Heiddegger, a função do *logos* é a articulação do ser[78], sendo que o ser é comum a todos os domínios (como o ser é o que faz com que o ente seja, ele estará em todos os domínios de entes). Se a fala é a articulação do ser em todos os seus domínios, resulta inútil para capturar definicionalmente a especificidade do campo da política.

Por outro lado, não concordamos com a autora que a violência é incapaz de se manifestar pela fala. A violência manifesta-se de muitos modos, sendo a coação física sua forma mais visível e ostensiva, mas não a única nem necessariamente a mais cruel. Os salários de fome, a miséria forçada, os impostos injustos, as retaliações comerciais, o monopólio do conhecimento podem ser formas muito mais sofisticadas de violência, mas não menos desumanas. No discurso airado de um presidente que de sua "altura togada" ataca a "insensatez" das massas famintas, que não "compreendem" a racionalidade de um plano econômico que as condena inexoravelmente à miséria, começa a gestar-se a violência da ação desesperada das massas contra esse plano. A responsabilidade e a origem da violenta demostração de

---

[77] - Compare-se a formulação da H. Arendt com a posição de R. Aron, para quem "...a política, na acepção subjetiva de inteligência do Estado personificado, conduz a guerra porque esta última é apenas um instrumento; a política usa canhões ou notas; ela utiliza-se tanto da violência quanto da palavra." in *Pensar a Guerra, Clausewitz: a era européia*. Brasília, Ed. UnB, 1986. Cap. 4, nota XXIX, p 394.

[78] - Para este autor a fala é a articulação de nossa compreensão do mundo; nossos pensamentos da realidade são compreensíveis na medida em que se articulam lingüisticamente. Talvez possamos dizer que ele antecipa metafisicamente a teoria para a qual o pensamento é linguagem interiorizada, já que para ele "*O fundamento ontológico-existenciário da linguagem é a fala*" e "a fala é a articulação da compreensibilidade" (itálicos no original) *in* Martin Heiddegger, *Ser y Tempo*. México, Fondo de Cultura Económica, 1974, p. 179. Em uma etapa mais mística, quando escreve *Carta sobre o Humanismo*, ele diz que "a palavra é a morada do Ser, e o homem seu guardião."

força da explosão da bomba atômica devem ser procuradas na ordem formal para deixá-la cair sobre a população civil de Hiroshima e Nagasaki. Como diz Sorel,

> "Quer a força se apresente sob o aspecto de atos históricos de coerção, ou de opressão fiscal, ou de conquista, ou de legislação do trabalho, quer esteja completamente envolvida na economia, trata-se sempre da força burguesa agindo, com maior ou menor habilidade, para produzir a ordem capitalista."[79]

A violência é a substituição da fala no intento de impor a vontade a outro quando a persuasão é insuficiente. Neste sentido, a violência é o limite extremo em que podemos pensar a política. Daí que para pensar a essência da política, procurando sua diferença específica, sejamos obrigados a fazê-lo nesse limite, na sua extrema tensão conceitual. Esta tensão fica manifesta no meio específico da política (mas de maneira alguma o único): o uso da violência.[80] Assim, a violência não apenas pertence ao campo da política, mas constitui seu limite definicional.

Na afirmação em que exclui a violência da política, Hannah Arendt está pensando no campo de concentração[81], onde a violência é absoluta. Concordamos com ela que

> "Onde quer que a violência domine de forma absoluta, como, por exemplo, nos campos de concentração dos regimes totalitários, não apenas a lei - *les lois taisent*, assim se expressou a Revolução Francesa - mas tudo e todos devem permanecer em silêncio."[82]

---

[79].- Georges Sorel. *Reflexões sobre a Violência*, SP, ed. Martins Fontes, 1992, p. 198.

[80].- Max Weber, na sua famosa definição da política, refere esta a seu meio específico que para ele é o uso da violência. A posterior definição do Estado como "o monopólio legítimo da violência sobre um determinado território" é uma decorrência necessária da primeira. Ver deste autor "La política como vocación" in *El político y el científico*. Madrid, Alianza Editorial, 1975 e a "Introducción" de *Economia y Sociedad*. México, Fondo de Cultura Económica, 1979.

[81].- Hannah Arendt. Op.cit., p. 15.

[82].- *Ibidem*, p. 15.

Mas o exemplo pensado pela autora, pelo caráter extremo da violência desatada nos campos de concentração, isto é, pela manifestação pura e simples da mesma, foge ao universo semântico da política, pois aqui a violência não é um meio, mas um fim. Nesse caso há violência, mas, concordamos com a autora em que não há política. Embora a política, no seu limite conceitual, possa ser definida pela violência, a simples presença desta não denota o fenômeno político.[83] Da mesma forma, não podemos dizer que um estupro, um acidente de trânsito ou um "ajuste de contas" entre bandos de marginais armados, por serem violentos, sejam atos políticos. Se a política consiste em tornar nossa vontade soberana, em última instância através da força, é necessário que todos, em alguma medida, consintam em obedecê-la.[84] No caso da violência dos campos de concentração, não se trata de impor a vontade ao outro, mas de acabar com ele. Eram, em realidade, verdadeiros campos de exterminio. Daí que aqueles campos de concentração não tenham sido meios de fazer política (pelo menos diretamente), mas apenas de eliminar inimigos. Por um argumento análogo, a bomba atômica se desqualifica como instrumento da política ao eliminar o objetivo político: não há como impor nossa vontade aos mortos.

---

[83].- Max Weber oferece uma definição nominal do conceito de política sem referência aos objetivos aos quais esta se devota. Diz ele, "Por política entenderemos apenas a direção ou a influência na direção de uma associação política, isto é, no nosso tempo, de um Estado" ("La política como vocación" in *El político y el científico*. Madrid, Alianza Editorial, 1975, p. 82) e agrega mais adiante (p. 84) "Política significará, para nós, a aspiração (*Streben*) a participar no poder e influir na distribuição do poder entre os diferentes Estados ou, dentro de um mesmo Estado, entre os diferentes grupos de homens que o compuserem."

[84].- Na teoria política de Max Weber o fenômeno da dominação é central e ele a definia como a probabilidade de obter obediência a uma ordem, o que significa, por parte de quem obedece, o reconhecimento da legitimidade desse mandato e seu consentimento em aceitá-lo. Ver do autor *Economia y Sociedade*. Op. cit., especialmente na Introdução (p. 43 e ss.) e o Capítulo IX particularmente pp. 695 a 701.

Para Arendt a violência tem uma função original na formação do campo político. A violência, para ela, é pré-política, fundante do político e exterior a ele. Ela diz:

> "A lenda falou claramente: toda a fraternidade de que os seres humanos possam ser possuidores nasceu do fratricídio; qualquer que seja o grau de organização política que os homens possam ter atingido, teve sua origem no crime. Essa convicção de que, no princípio, houve um crime - da qual a expressão "estado de Natureza" é apenas uma paráfrase teoricamente purificada - manteve, ao longo dos séculos, a mesma explícita plausibilidade, em relação às questões humanas, que a primeira frase de São João, "No princípio era o Verbo", teve para os problemas de salvação."[85]

A beleza desta passagem só é comparável a sua verdade. Talvez menos histórica que logicamente e, com toda certeza metaforicamente, pensar a gênese da ordem política nos obriga a imaginar uma situação prévia de conturbação violenta. A simples idéia de formação social implica a violência. Formar, dar forma, é, em algum sentido, violentar um estado originalmente amorfo. A idéia de "estado de Natureza", como situação anterior ao contrato social através do qual se ingressa na ordem social, bastante comum nos séculos XVII e XVIII, não foge a esta regra. Hobbes descrevia o estado de natureza como um estágio no qual, seja por competição, insegurança ou glória, os homens tornavam-se inimigos, esforçando-se mutuamente em se destruir ou subjugar, determinando assim, uma situação de guerra de todos contra todos:

> "É por isso manifesto que durante o tempo em que os homens vivem sem um poder comum que os obrigue a todos ao respeito, estão naquela condição que se chama guerra; e uma guerra de todo homem contra todo homem (...) As noções de bem, e de mal, justiça e injustiça, não têm lugar

---

[85]. - *Ibidem*, p. 16

aí. Onde não há poder comum, não há lei. Onde não há lei, não há justiça."[86]

A passagem do estado de natureza para o ordenamento social é também um ato violento. Mas engana-se quem pense com Arendt que a partir do contrato social e do ingresso dos homens no âmbito do "político" cessa a violência. Muda a forma de se manifestar: se no estado de natureza fazia-se em regime de "livre concorrência", depois do contrato a violência manifestar-se-á em regime de monopólio. É precisamente a partir deste monopólio que podemos definir a situação contratual. Sem a existência dessa força monopolizada a idéia de sociedade se desvanece. O uso da violência não fica além das fronteiras do político. Pelo contrário, concentrada por uma única fonte, constituirá a própria natureza política da sociedade civil. Como afirma Hobbes,

> "O único modo de erigir um poder comum capaz de defendê-los da invasão estrangeira e das injúrias de uns aos outros (assegurando assim que, pela sua própria indústria e pelos frutos da terra, os homens possam se alimentar a si próprios e viver a contento), é conferir todo seu poder e força a um homem, ou a uma assembléia de homens, que possa reduzir todas suas vontades, pela pluralidade de vozes, a uma vontade."[87]

A diferença é que no estado de natureza a violência é anárquica e no estado contratual é institucional. Talvez este fato tenha levado Arendt a pensar que esta violência, por ser institucional, deveria ser racional e, enquanto tal, compreensivamente articulável pela fala, enquanto que aquela, por ser anárquica, seria irracional e manter-se-ia impermeável a todo esforço de articulação. Porém, a violência própria dos regimes totalitários como os nazi-fascistas que emudeceram a nossa autora, não é mais do que uma versão extrema da violência institucional que

---

[86].- Thomas Hobbes. *Leviatán*. Madrid. Editora Nacional, 1983, Cap. XII, pp. 223 e 225.

[87].- *Ibidem*, pp. 266-267.

ela parece admirar pela sua racionalidade. A tese de que a racionalidade ameniza ou elimina a violência ou a crueldade não tem justificativa possível. Foi a racionalidade técnica a serviço da violência genocida que desenvolveu as mais elaboradas máquinas de eliminação física do inimigo, seja este ideológico (comunistas), étnico (ciganos e judeus), ou comportamentais (homossexuais): as câmaras de gases. É compreensível que, para os teóricos liberais, a idéia de uma violência institucional, que ofereça a possibilidade de sua apropriação instrumental para reprimir os reclamos da classe explorada, resulte mais segura e "racional" que a violência incontrolável e revolucionária do povo.

III - FORÇA E VIOLÊNCIA: AS DUAS FACES DA MESMA MOEDA

Hobbes reivindica, na passagem antes citada, todo o poder e força para o soberano. Poder e força, dois elementos freqüentemente confundidos porque ambos concorrem para o exercício de governo. "Trata-se - pensa Arendt - de uma triste reflexão sobre o atual estado da ciência política o fato de que nossa terminologia não distinga entre palavras-chaves tais como 'poder', 'força', 'autoridade', e, finalmente 'violência'."[88] Confusão que a autora atribui ao fato de que "poder, força, autoridade, violência - nada mais são do que palavras a indicar os meios pelos quais o homem governa o homem; são elas consideradas sinônimos por terem a mesma função."[89]

Para Arendt o poder, diferentemente da violência, se relaciona com o número. Poder é a capacidade de agir em uníssono, em comum acordo, o que o torna um fenômeno quantitativo. Por sua vez a violência, para a autora, reveste-se de caráter instrumental. Para ela, o poder é o contrário da violência, a esta se recorre quando

[88].- H. Arendt. Op.cit., p. 23.

[89].- *Ibidem*, p. 23.

não se conta com aquele: "A forma extrema do poder resume-se em Todos contra Um, e a extrema forma de violência é Um contra Todos."[90]

Contrária à posição de H. Arendt, pode se destacar uma corrente filosófica para a qual a violência constitui a própria essência da política, sua verdadeira natureza. Para não ir muito a fundo na gaveta da história poderíamos datar o começo desta maneira de interpretar a política, que passou a ser conhecida como "Filosofia da Força", no século XVI, e poderíamos também nomear, sem qualquer originalidade, mas sem perigo de sermos contestados, Maquiavel como seu fundador. Para esta corrente o eixo fundamental do fenômeno político é o exercício da força guiado pela ótica do Príncipe, do Estado ou dos interesses de classe. Nela encontramos, entre muitos outros, pensadores representantes de posições tão dissímiles como Hobbes, Marx, Weber, Lenin, Trotsky, Carl Schmitt e Raymond Aron. Dentro desta corrente e em oposição radical a Arendt, Georges Sorel propõe uma definição terminológica que distingue força e violência por critérios ideológicos, tornando supérflua a obscuridade "quantitativa" da definição daquela. Vejamos a passagem na qual o apologista da violência tece suas considerações à respeito:

> "Os termos *força* e *violência* são empregados ora ao se falar dos atos da autoridade, ora ao se falar dos atos de revolta. É claro que os dois casos dão lugar a conseqüências bem diferentes. Sou da opinião de que seria mais vantajoso adotar uma terminologia que não resultasse em ambigüidade e de que se deveria reservar o termo *violência* para a segunda acepção. Diríamos portanto que a força tem por objetivo impor a organização de uma certa ordem social na qual uma minoria governa, enquanto a violência tende à destruição dessa ordem. A burguesia empregou a força desde o início dos tempos modernos, enquanto o proletariado reage agora contra ela e contra o Estado pela violência."[91]

---

[90] - *Ibidem*, p. 22.

[91] - Georges Sorel. Op. cit., p. 195.

Embora a violência vise à destruição da ordem, não se deve concluir que ela é em si mesma desordenada. Em outras palavras, não devemos, baseados na formulação de Arendt, supor que, porque a "força" é institucional e racional, a violência - por visar a destruição dessa ordem, e até dessa racionalidade - só possa ser irracional. Pelo contrário, a violência não é necessariamente um transbordo incontrolado das forças reprimidas, ela pode ser *a canalização estratégica* dessas forças com o objetivo meridianamente claro e *racionalmente* deliberado da tomada do poder do Estado. A racionalidade da violência revolucionária não deve ser procurada na sua peculiar natureza (desse ponto de vista não há diferença com a violência institucional: nenhuma violência é racional na sua essência), mas pode ser avaliada nos resultados substantivos de sua aplicação (e nesse caso verificaríamos que o resultado da aplicação da violência institucional é a *manutenção* da "irracionalidade substantiva" da divisão social em classes, enquanto a violência revolucionária visa justamente à *eliminação* dessa irracionalidade) e na adequação dos meios - racionalidade da ação - empregados para a realização dos fins propostos.

IV - O PAPEL DA VIOLÊNCIA NA REVOLUÇÃO.

O fato de que a força de repressão e o fundamento da manutenção da divisão da sociedade em classes estejam concentrados e monopolizados no Estado e que este último, enquanto instrumento de repressão social, por sua vez, satisfaça os interesses da classe econômica e politicamente dominante levou Lenin a corroborar em *O Estado e a Revolução* a afirmação de Marx:

> "Se o Estado é o produto do caráter inconciliável das contradições de classe, se ele é um poder que está *acima* da sociedade e que "*cada vez mais se aliena* da sociedade" então é evidente que a emancipação da classe oprimida é impossível não só sem uma revolução violenta *mas*

> *também sem a destruição* do aparelho do poder do Estado que foi criado pela classe dominante e no qual está encarnada esta 'alienação'."[92]

Aqui Lenin expressa claramente o objetivo estratégico da revolução social: a *destruição* do aparelho de Estado, o que significa que a força revolucionária deverá quebrar ou neutralizar a resistência dos destacamentos especiais armados, atualmente, as Forças Armadas e as polícias. Mas nesta passagem também fica evidente que a classe dos oprimidos não pode esperar que o Estado se extinga "naturalmente", há um claro chamado à ação que só pode ser violenta; suficientemente violenta para anular ou eliminar a força repressiva do aparelho do Estado. Como diria Lenin, "O Estado burguês, segundo Engels, não 'se extingue' mas 'é suprimido' pelo proletariado na revolução. O que se extingue depois desta revolução é o Estado proletário, ou um semi-Estado"[93].

A violência revolucionária deve concentrar-se na eliminação da resistência do Estado burguês, nos destacamentos especiais armados da classe dominante. Aniquilado o aparelho de repressão da classe dominante, esta perde o domínio político e é substituída no papel de dominação pela classe dos oprimidos, como afirma Trotsky, "nesta época de transição histórica, o proletariado faz do poder do Estado e de seu aparato militar o monopólio de sua própria classe"[94]. O Estado assim contituído pela classe antes oprimida pelo poder político e com destacamentos de proletários armados como elemento de repressão, representa um Estado forte e

---

[92].- V. I. Lenine, "*O Estado e a Revolução*", in *Obras Escolhidas* (3 vol.), S.P., ed. Alfa-Omega, 1980, Vol. 2, p. 227.

[93].- *ibidem*, p 234.

[94].- Trotsky L., "El Ejercito Rojo" (discurso pronunciado em 22 de abril de 1918 para o Comitê Central Executivo) in *Escritos Militares*, op. cit., p. 39. Nesse discursso ele diz que: "uma vez que a classe operária tomou o poder na suas mãos, é evidente que deve criar seu exército, seu órgão armado, que a protegerá dos perigos. Mas também do ponto de vista puramente militar não há mais que uma possibilidade: *construir o exército sobre princípios de classe*" (p. 38. Destacado no original).

soberano: a ditadura[95] do proletariado. De uma posição ideológica diferente, C. Schmitt admite que:

> "...do ponto de vista de uma teoria geral do Estado, a ditadura do proletariado (que se identifica com o povo), enquanto transição para uma situação econômica na qual o Estado se extingue, pressupõe o conceito de uma ditadura soberana"[96].

A classe revolucionária precisa exercer soberanamente a ditadura para resolver os problemas emergentes da própria luta na medida em que e conforme apareçam. Foi pensando nisto que Marx, quando analisava as lutas de classes de 1848 a 1850 na França, afirmou que:

> "Uma classe em que se concentram os interesses revolucionários da sociedade encontra imediatamente na sua própria situação, mal se ergue, o conteúdo e o material da sua atividade revolucionária: bater inimigos, *lançar mão de medidas ditadas pela necessidade da luta*; as conseqüências dos seus próprios atos empurram-na para diante"[97]

Enquanto ditadura soberana, a vontade do Estado proletário se manifesta na forma do enunciado imperativo se transformando em lei, e, para executar a mesma, conta *ainda* com um aparelho de repressão armada: o povo armado. Na medida em que realiza seu fim político, a ditadura do proletariado extingue a classe dos

---

[95].- A ditadura é a forma de governo na qual as funções do Executivo e do Legislativo são simultaneamente desempenhadas, seja temporária ou permanentemente, por uma única pessoa, uma assembléia ou uma classe. A característica principal da ditadura é a legislação casuística: a criação de leis para resolver conjunturalmente situações concretas. A lei perde a função reguladora das relações sociais para se conformar instrumentalmente às necessidades do caso. A vontade da ditadura é soberana, manifesta-se sob a forma do enunciado imperativo editando-se como lei. Analisamos de forma mais detida este tema no artigo: "Inimigo e excepcionalidade na teoria da soberania de Carl Schmitt", publicado pela revista *Impulso*, Piracicaba, ed. UNIMEP, Número 9, 1991, pp. 63-77

[96].- Carl Schmitt: *La ditadura*, Madrid, ed. Revista de Occidente, 1968, p 263.

[97].- C. Marx: *As lutas de classes em França* in Marx e Engels: *Obras escolhidas*, op. cit., p 218. O sublinhado é nosso.

possuidores (uma vez que são desapropriados deixam, por definição, de ser a classe dos proprietários) e concomitantemente (não em sentido temporal, mas apenas lógico) elimina a divisão social em classes, o que não significa, para Marx, acabar com as relações sociais burguesas e o direito burguês, pois apenas "Na fase superior da sociedade comunista (...) será possível ultrapassar-se totalmente o estreito horizonte do direito burguês"[98]. Eliminando a divisão de classes, o Estado perde sua razão de ser e seu fundamento. Como diz Marx, "com a abolição das diferenças de classe, desaparecem por si mesmas as desigualdades sociais e políticas que delas emanam"[99]. Por isso o Estado proletário tem apenas um objetivo, *porque a realização do mesmo implica na sua extinção.*

Claro que aquilo que na ordem da análise se dá de uma vez, como um passo na construção geométrica, na ordem histórica estará submetido às leis do tempo. A desapropriação de todos os meios de produção e sua concentração no Estado (a estatização dos meios produtivos), que é condição de possibilidade para eliminar a divisão social em classes, ainda que seja violenta, pode ser realizada pela mudança da ordem jurídica, o que significa submeter-se aos tempos processuais e à consagração pelo tempo da nova ordem[100]. Marx e Engels já o tinham previsto no *Manifesto Comunista*, onde enumeram as medidas que deveriam ser tomadas quando o proletariado assumisse o poder político durante a revolução. Entre essas medidas, podemos ler "1. Expropriação da propriedade fundiária e emprego de suas rendas

---

[98].- K. Marx, "*Crítica ao programa de Gotha*" in op. cit., pp. 214-215.

[99].- *Idem ibidem*, p. 219.

[100].- Em relação ao fato de os revolucionários terem de se submeter, ainda que temporariamente, a uma ordem legal, é interessante lembrar as palavras de Engels no seu prefácio de 6 de março de 1885 ao texto *As lutas de classe em França de 1848 a 1850* de Marx: "A ironia da história põe tudo de cabeça para baixo. Nós, os "revolucionários", os "subversivos", prosperamos muito melhor com os meios legais do que com os ilegais e a subversão. Os partidos da ordem, como eles se intitulam, afundam-se com a legalidade que eles próprios criaram" in Marx e Engels, op. cit., pp. 205-206.

para despesas públicas, 2. Pesado imposto progressivo, 3. Abolição do direito de herança".[101] O que significa que durante algum tempo deverá existir um Estado de Direito: o Estado proletário. Achamos que a estrutura jurídica que dará forma à nova ordem imposta por este Estado transitório se aproxima bastante do que Engels chamou de "Constituição democrática do Estado"[102].

Talvez o mais difícil de compreender seja o papel desempenhado pela ditadura do proletariado no processo revolucionário. Com efeito, como conciliar a idéia de uma ditadura do proletariado com a idéia da "democracia mais completa". A solução proposta por Lenin é que "...o Estado deste período deve necessariamente ser um Estado democrático *de uma maneira nova* (para os proletários e para os não possuidores em geral) e ditatorial *de uma maneira nova* (contra a burguesia)."[103]. A ditadura do proletariado é configurada pela emergência da organização revolucionária armada na manifestação do seu domínio político. Arrebatado das mãos da burguesia, o poder político será entregue democraticamente de "*uma maneira nova*", isto é, *exclusivamente* para as massas que sempre foram excluídas do exercício do poder. Em compensação a burguesia será excluída também de "*uma maneira nova*", pois a ditadura do proletariado não apenas a afastará do âmbito das decisões políticas, mas estas serão tomadas para retirar daquela todo o poder econômico e político que sempre deteve.

---

[101].- Marx e Engels: "*Manifesto do Partido Comunista*" in Marx e Engels, op. cit., vol. I, pp. 124-125. Obviamente, estas medidas foram pensadas para uma conjuntura específica. O próprio Engels se encarrega de fazer esta observação no seu prefácio à edição alemã de 1872 do *Manifesto*: "A aplicação prática deste princípio - diz Engels -, como o próprio *Manifesto* torna claro, dependerá sempre e em toda a parte das circunstâncias históricas existentes, e por isso não se atribui de modo nenhum uma importância especial às medidas revolucionárias propostas no fim do capítulo II" in Marx e Engels, op. cit., p 95.

[102].- F. Engels: "*Princípios Básicos do comunismo*" in Marx e Engels, op. cit., p 86.

[103].- V. I. Lenin, op. cit., p 245.

Mas o exercício pleno e específico dessa ditadura enquanto tal, como já dissemos, é uma prática Executiva-Legislativa. Por isso, Marx vai dizer que a Comuna de Paris não devia ser um corpo parlamentar mas um corpo de trabalho, Executivo e Legislativo ao mesmo tempo, isto é, em lugar de *parlare*, os representantes do povo deveriam se aplicar à *prática simultânea da formulação e execução das leis*. Lenin achava que um governo revolucionário deveria assumir a essência da Comuna de Paris e, para ele, o governo paralelo dos Soviets apresentava essa condição: "É uma ditadura revolucionária, isto é, um poder que se apóia diretamente na conquista revolucionária, na iniciativa imediata das massas populares vinda de baixo, e *não na lei* promulgada por um poder de Estado centralizado"[104]. Como a lei regula as relações sociais, implicitamente demarca a função do Estado, de maneira tal que, na medida em que exerce sua soberania legislativa, a ditadura se auto-delimita: *a lei, manifestação plena de sua vontade, é, simultaneamente, seu limite*. Portanto, o produto do exercício da ditadura do proletariado será uma Constituição que expresse a vontade de classe dos oprimidos e que viabilize seus objetivos. Durante o tempo que vigorar esta Constituição o Estado estará governado pela "democracia mais completa", isto é, pelo acesso democrático ao poder das classes que sempre foram excluídas, e esta democracia permanecerá até que se extinga definitivamente o regime de propriedade privada, o que, para Engels, não acontecerá de repente. Ante a própria pergunta retórica, se "será possível abolir a propriedade privada de um só golpe", Engels responde:

> "Não, do mesmo modo que não se podem fazer aumentar de um só golpe as forças produtivas já existentes tanto quanto necessário para a edificação da comunidade (sociedade comunista). Por isso, a revolução do proletariado, que com toda naturalidade se vai aproximando, só pouco

---

[104].- V. I. Lenin, "Sobre a dualidade de poderes" in op. cit., p 17. (itálicos no original).

a pouco poderá abolir a propriedade privada quando estiver criada a massa de meios de produção necessária para isso"[105]

V - AUTONOMIA DA ESFERA DA POLÍTICA.

A questão da autonomia das esferas da política e da moral fica inusitadamente clara quando comparamos duas máximas correspondentes a cada uma delas. Por um lado, aquela que exige a entrega devotada ao amor ao próximo, ela se expressa no mandato "se batem na tua face, oferece a outra". Esta máxima configura uma ética que Weber denominou "da indignidade"[106], por ser repulsiva para a política. Compare-se com a seguinte máxima que Maquiavel coloca na boca de Castruccio Castracani: "Quando ainda servia a Messer Francisco Guinigi, um colega lhe disse: «Que queres que te dê, para que te possa esbofetear?» Respondeu Castruccio: «Um elmo»"[107]. Todavia, a radicalidade *analítica* com que estas máximas nos ajudam a compreender as diferenças normativas de ambas as posturas, pode nos induzir ao engano de imaginar que a política é absolutamente refratária a qualquer tipo de consideração moral.

A partir da leitura parcial de Maquiavel, muitos pensadores procuraram defender a autonomia das esferas da política e da moral. Todavia, achamos que esta defesa funda-se em um erro: o de pensar a política apenas pela consideração de seus meios. No *Príncipe*, o pensador florentino realiza um giro de 180° no pensamento político precedente com seu explícito objetivo: "é meu desejo escrever coisa útil".[108]

---

[105].- F. Engels, op. cit., p 86.

[106].- Max Weber. "La política como vocación" *in* Op. cit.

[107].- Niccolò Maquiavel. *"A Vida de Castruccio Castracani" in A arte da guerra (e outros escitos)*. Brasília, Ed. UnB, 1982, p 60.

[108].- *Idem*, *"O Príncipe"*, Cap. XV.

Se até aquele momento a Filosofia Política tinha se perguntado pela essência da política, pela natureza da mesma, ele muda a interrogação para a ordem prática da ação política. Naquele texto ele vai propor respostas para as perguntas: "o que fazer para chegar ao poder?", quando o político deseja conquistá-lo, ou ainda "o que fazer para conservá-lo?", quando já foi conquistado.

Desta perspectiva, a fórmula "o fim justifica os meios" tem sentido, já que o fim é definido pela vontade do Príncipe, e ao *técnico* da política cabe apenas adequar os meios que serão julgados pela sua eficácia em satisfazer a vontade do soberano. Mas se aqueles leitores que vêem em Maquiavel o defensor incondicional da autonomia das esferas da política e da moral fizessem uma leitura mais detida dos *Comentários sobre a Primeira Década de Tito Lívio*, onde Maquiavel faz uma clara defesa da República como a forma mais estável de governo, descobririam um autor francamente preocupado com os fins, o que os convenceria de mudar sua opinião sobre o "maquiavelismo" a ele atribuído.

Se retrocedêssemos de Maquiavel uns dois mil anos e lêssemos separadamente o Terceiro Livro da *Ética a Nicômaco* de Aristóteles, correríamos o mesmo perigo: o de cair na interpretação da política como mera adequação de meios a fins, e, coerentemente, com a idéia da autonomia das esferas da ética e da política. Mas basta uma leitura do Livro Primeiro para desfazer esse equívoco. Neste, fica claro que toda a estrutura hierárquica dos fins de todas as artes e ciências da πολι**Erro! A origem da referência não foi encontrada.**; o edifício teleológico da cidade, está orientado pela função arquitetônica da política. Com efeito, se o fim perseguido pelas artes e ciências é um bem específico, todos esses fins, por sua vez, estão coordenados como meios em vista do fim supremo,[109] que é o Bem Comum, entendido não como uma

[109] - O Fim Absoluto ou Supremo é aquele fim que é fim em si mesmo, que já não pode ser pensado como meio para atingir outro fim, mas que é procurado por si mesmo: "Chamamos aquilo que é mais digno de ser perseguido em si mais final que aquilo que é

abstração ou uma "idéia", mas simplesmente como o "o bem-estar de todos os cidadãos". E é precisamente esse Bem Comum o objeto de estudo da Política. Cabe a esta determinar quem deve praticar cada arte e ciência, o que e até que ponto deve ser estudado para satisfazer, enquanto meio, a realização do fim último. Para o Estagirita, portanto, as esferas da ética e da política não apenas não são autônomas, mas o próprio objeto da política é a realização do Bem[110]. Por isso não é casual que uma boa parte dos estudos sobre a política tenham sido ordenados por Aristóteles sob o título de "Ética"[111].

Já no nosso século, Max Weber abordou frontalmente o tema da relação entre a ética e a política[112]. Seu objetivo era encontrar uma ética específica para a ação política que, no seu entender, não poderia ser absoluta. Muitos comentadores defendem a idéia de que para Weber essa ética só poderia ser a "ética da responsabilidade", aquela que manda considerar as conseqüências da ação, porque por elas o ator será responsável. Assim, a "ética da convicção", aquela ética do compromisso que ordena agir conforme o valor último, independentemente das conseqüências que dessa ação possam se seguir, era considerada própria da ação religiosa e imprópria para a política. Entretanto, para Weber, a ação política

---

digno de ser perseguido por causa de outra coisa, e aquilo que nunca é desejável por causa de outra coisa chamamos de mais final que as coisas desejáveis tanto em si quanto por causa de outra coisa, e portanto chamamos absolutamente final aquilo que é sempre desejável em si, e nunca por causa de algo mais". (Aristóteles. *Ética a Nicômaco*, 1097 a).

[110].- "Afirmamos que a finalidade da Ciência Política é a finalidade suprema, e o principal empenho desta ciência é infundir um certo caráter nos cidadãos - por exemplo, torná-los bons e capazes de praticar boas ações" (*Ibidem*, 1099 b).

[111].- No livro *A Política*, Aristóteles define a política, o homem, a cidadania, etc. e realiza um minucioso trabalho classificatório, passando em revista um número muito grande de constituições de sua época. Todavia, é na *Ética a Nicômaco* que ele analisa a política, não apenas na sua relação com a Idéia de Bem Comum (Livro I), mas também do ponto de vista da Teoria da Ação (Livro III especialmente). Acostumamo-nos a analisar o Livro I como um estudo da política tendo em vista sua relação ao Fim, e o Livro III da mesma visando sua relação com os meios.

[112].- Ver especialmente de Max Weber *"La política como vocación" in* Op. cit.

manifesta sua coerência interna na medida em que é orientada em relação à "causa", àqueles valores últimos que atuam intimamente no ator para provocar a "paixão" da qual a política se nutre. Como compatibilizar, então, a "ética da responsabilidade" com a exigência weberiana de orientar a ação política pela "causa"? Acreditamos que circunscrever a ação política à esfera de influência da "ética da responsabilidade" é empobrecer o fenômeno político e o próprio pensamento weberiano. Talvez essa interpretação seja decorrência do esforço positivista por "cientificizar" a política, imaginando que "racionalizar" o fenômeno político o torna mais científico. Mas, por esse caminho, o ingrediente mais importante deste tipo de ação é excluído da análise: a "Causa", que enfileira os atores nos campos opostos de amigos e inimigos, e a "paixão", que vincula aquela com a ação. Daí que tenhamos defendido em outro lugar[113] que o *tipo* de ação que mais se ajusta à política é aquele apresentado por Weber na Introdução de *Economia e Sociedade* e que é "racional com relação a fins nos meios, e racional com relação a valores nos fins" e, para este tipo de ação, nenhuma das duas éticas separadamente se ajusta com precisão, mas talvez uma certa "síntese" de ambas.

Até aqui tentamos mostrar que a moral está intimamente ligada à política, procuraremos analisar agora como a esfera da moral se relaciona com a revolução, tanto no embate pelos Valores Últimos que delimita amigos e inimigos, quanto nas questões práticas de adequação de meios a fins, e também no fenômeno da paixão, que eleva o revolucionário ao limite do heroísmo.

---

[113] - *Max Weber: entre a paixão e a razão*, Campinas, Ed. UNICAMP, 1991, especialmente a Segunda Parte, capítulo 7.

VI.- QUESTÕES MORAIS DA REVOLUÇÃO.

A esfera da moral se relaciona de diversas maneiras com a revolução. Por um lado, tentar revolucionar um sistema econômico, jurídico e político-social, significa também confrontar-se com um sistema de valores. Um processo político é revolucionário, entre outras coisas, porque ele é um meio de impor um novo sistema ético nas relações sociais. Como todo confronto, no caso revolucionário também se trata de um antagonismo valorativo, do embate de cosmovisões excludentes que lutam para impor sua configuração ética. Por outro lado, por ser um meio violento, já que a imposição se resolve pela força, o próprio processo revolucionário é condenado por aquela ética do Bem absoluto[114]. Esta tensão entre a ética e o meio específico da política, configura outro âmbito de relações recíprocas. Finalmente, pode-se analisar a relação entre a moral e a revolução focalizando o que podemos chamar de "paixão revolucionária". Referimo-nos àquela chama íntima que acende o pavio da coragem necessária para instaurar uma nova ordem, para enfrentar o inesperado e arcar com seu custo, ainda que este seja a própria vida. Assim temos várias questões que agrupamos, conforme sua natureza, em três conjuntos que poderíamos chamar de considerações de ordem política, de ordem prática e de moral do revolucionário, respectivamente.

A - Considerações de ordem política

O confronto definitivo pela hegemonia política é sempre, e em última análise, uma questão de interesses de classes que, na esfera ética, são representados em

---

[114].- Max Weber analisa muito bem esta tensão entre a política e a ética absoluta em "A política como vocação" op. cit. Podemos sintetizar sua digressão apenas indicando que é parte da ação política, não apenas a violência, mas também a mentira, a calúnia, a intriga, a conspiração, a dissimulação, etc. quem não compreende que a política não pode prescindir destes meios, quem imagina que é possível chegar ao poder mediante "boas ações" e a compreensão do inimigo, é, como diria Weber, "uma criança, politicamente falando."

termos de valor[115]. Poderíamos admitir o critério schmittiano[116] que define a política pela referência às noções de amigo e inimigo. Mas, só podemos reconhecer o "amigo" na medida em que ele compartilhe e defenda os mesmos valores que para nós são vitais. Da mesma forma, reconhecemos o "inimigo" porque seus valores colocam em risco nossa própria existência.

Ante a ação repressiva das "centúrias negras" (grupos para-militares sob mando do czarismo), Lenin compreendeu que "todos os demais caminhos estavam fechados" e que só restava a luta armada popular; que tinha chegado a hora da tomada de posição iniludível:

> "Não é possível deixar de se comover pelo que acontece agora na Rússia, não é possível deixar de pensar na guerra e na revolução; e aquele que se comove, pensa, **se interessa**, *está na obrigação* de se colocar em um ou outro bando armado. Aqueles da ação ultrapacífica e escrupulosamente legal, podem ser espancados, mutilados ou mortos. A revolução não admite neutros."[117]

---

[115].- Note-se que aqui estamos falando dos valores que representam os interesses da própria classe na esfera ética. Não estamos aludindo dessa forma aos valores como produtos de uma falsa consciência e, enquanto tais, alienantes; aqueles valores que são "plantados" na classe explorada pelos seus exploradores para desviar aquela do caminho dos seus verdadeiros interesses, antagônicos com os deles. A representação ética dos interesses da classe explorada constitui um valor normativo que comanda a ação na sua defesa e contra os valores que representam os interesses da classe exploradora.

[116].- Ver de Carl SCHMITT *El concepto de lo político*, Buenos Aires, Folio Ediciones, 1984. Especialmente nas páginas 22 e ss., ele tenta chegar a uma definição conceitual do "político" utilizando categorias especificamente políticas. Ele procurará delimitar o âmbito do político por uma distinção de fundo nos fenômenos específicos do universo político. Mostrando critérios definidores de outras áreas tentará chegar ao específico da política: "admitamos que no plano moral as distinções de fundo sejam o bom e o mau; no estético, belo e feio; no econômico, rentável e não rentável", do mesmo modo, agrega, "a específica distinção política à qual é possível referir as ações e os motivos políticos é a distinção de *amigo (Freund) e inimigo (Freind)*". Aprofundamos este tema em *"Inimigo e excepcionalidade na teoria da soberania de Carl Schmitt"*, IMPULSO, **Revista de Ciências Sociais**, vol. 5, nº 9. Piracicaba, Ed. UNIMEP, 1991.

[117].- V. I. Lenin, "Las centurias negras y la organización de la insurrección" in *La cuestión militar y el trabajo político en la fuerzas armadas*. Buenos Aires, editorial Ateneo, 1973, pp. 25-26. Destaques no original.

Do ponto de vista ético, o fundamento do critério diferenciador do campo político em agrupamentos de "amigos" e de "inimigos", que representa a própria constelação de interesses de classes comuns ou antagônicos, é a referência aos valores que legitimam a luta na defesa desses interesses.[118] Desta ótica, a luta política é *justificada* pela prevalência dos valores que representam (de maneira clara e não como "falsa consciência") os interesses de uma classe sobre os da outra. É o posicionamento com relação aos valores representativos de um conjunto determinado de interesses que define as personagens da luta. A referência a esses valores delimita as fronteiras da postura política, determina a coerência dessa postura e da cosmovisão. O confronto de visões de mundo excludentes, condicionadas por interesses de classes antagônicas, demarca a frente de combate.

A guerra revolucionária procura, mediante a canalização estratégica das forças desencadeadas pelas contradições sociais, aniquilar o inimigo para impor sua vontade. O combate se deflagra contra um sistema econômico, social e jurídico-institucional, o objetivo é quebrá-lo e substituí-lo por outro. Mas, do ponto de vista ético, o confronto se estabelece contra o elemento ideológico representativo desse sistema, isto é, contra o conjunto das representações valorativas dos interesses da classe dominante: contra a esfera ética que dá suporte e justifica moralmente esse sistema.[119] Deste ponto de vista, o objetivo da revolução é substituir essa moral por

---

[118].- Muitas vezes os interesses que estão em jogo num confronto não são claros e freqüentemente são ocultados ao combatente sob a figura de "valores irrenunciáveis", isto é, na forma de "falsa consciência". Seria difícil tentar explicar por que tantos trabalhadores morreram nas guerras imperialistas defendendo interesses antagônicos aos de sua própria classe. Os debates travados no seio da social-democracia alemã antes da Primeira Guerra Mundial e que acabaram fraturando o partido são prova do confronto entre a defesa de interesses de classe e a idéia de pátria, com as conotações valorativas que implica.

[119].- Normalmente as mudanças estruturais são acompanhadas por alterações ideológicas que consistem em verdadeiras revoluções epistemológicas. Assim, o avanço social das classes mercantis gregas precisou, em determinado momento, alterar a explicação cosmológica que legitimava a antiga ordem política. Concomitantemente, e também pelo florescimento econômico e cultural das cidades costeiras, surgem os primeiros intentos para explicar a origem do cosmos sem recorrer a princípios

outra que fundamentará e justificará um novo sistema. A revolução é necessariamente também uma revolução na estrutura ética da sociedade. Como diz J. Baechler sobre um traço que ele considera constante nos fenômenos revolucionários, eles "apontam sempre contra os valores oficiais. Nesse sentido, um projeto revolucionário é sempre ético no seu fundo."[120]

O problema surge quando admitimos que os valores não são nem universais nem necessários. Para Weber, as históricas guerras pelas quais a humanidade passou são a prova empírica da existência de valores conflitantes, negando assim a universalidade dos mesmos. Ante a falta de uma ética universal e necessária, aplicável em todo tempo e lugar, como defender uma moral sobre a outra? Se fôssemos julgar uma postura política em função dos meios que emprega, chegaríamos à óbvia conclusão de que não há política justificável, já que o meio específico da ação política - a violência - abala qualquer postura ética. Se a atribuição ética dependesse do resultado do confronto, deveríamos admitir que o Bem é uma qualidade exclusiva do vencedor. Mas esta solução não permite explicar a tomada de posição valorativa que fundamenta o próprio confronto. Sendo que nem pelos fins nem pelos meios pode-se avaliar o conjunto valorativo de uma postura

---

transcendentes, especialmente em Mileto. A lógica interna do desenvolvimento comercial exigia mudanças jurídicas e políticas, para as quais foi necessário substituir a fonte de legitimidade do poder da nobreza, de fundamento místico transcendental, por outra explicação imanente (Ver de Benjamin Farrington *Greek Science (its meaning for us)*. London, Penguin Books Ltda., 1953). Coisa parecida aconteceu com a dissolução do mundo feudal e a prolongada agonia da explicação teológica que o fundamentava e legitimava. A revolução moderna completou-se com um projeto epistemológico para encontrar uma fundamentação da ciência moderna que substituísse a epistemologia teológica. Como diz Cassirer, "a mesma trajetória do pensamento que leva a humanidade a uma nova consciência *histórica* de si mesma faz surgir também a nova imagem da *natureza*" (Ernst Cassirer, *El Problema del conocimiento* (4 tomos). México, Ed. Fondo de cultura Económica, 1986, Vol I, p 179).

[120].- J. Baechler. *Los fenómenos revolucionarios*. Barcelona, Ed. Península, 1974, p. 52.

política, propomos um "recuo epistemológico" para outra esfera, diferente da Ética - que se mostrou impotente para este fim - e que a fundamente.

Achamos que o solo propício para esta análise encontra-se no âmbito da Filosofia da História. A partir de uma certa compreensão do sentido da história é que a idéia de Bem e de Mal se configuram. As definições de "sujeito" histórico, de dinâmica e direção da história, de "forças operantes" do processo histórico, determinam uma "visão de mundo", uma *Weltanschauung*. Tendo-se apropriado conceitualmente da idéia de "processo histórico", toma-se posição, o que significa tomar partido por um certo desenvolvimento histórico. Em função dessa posição, ficarão definidas as ações históricas a favor ou contra esse desenvolvimento, serão um Bem ou um Mal relativamente ao mesmo. Só a partir dessa posição, dessa *Weltanschauung*, é possível definir o que seja *para nós* "revolução". Por isso, duvidamos das definições pretensamente "objetivas", "sociológicas", do conceito de "revolução". Consideramos que é sobre uma determinada concepção da história que o conceito de revolução ganha sua estatura epistêmica, a saber, a teoria da luta de classes. A partir dessa mesma concepção da história é que pode ser analisada a questão da moralidade da violência revolucionária.

Tanto nas guerras quanto nos confrontos sociais, freqüentemente, ambos os lados da contenda se acusam de imoralidade nos seus princípios ou nos seus métodos. Embora os métodos possam ser os mesmos, os princípios, a julgar pela existência do confronto, não apenas pertencem a constelações valorativas diferentes, mas também antagônicas. Mas, como observou Karl Kautsky, a moralidade ou imoralidade de um ato se julga através da moral na qual o ator se desenvolveu e não de outra. A poligamia, por exemplo, que é condenada, não apenas moralmente, mas inclusive juridicamente, em algumas culturas, é vista com absoluta naturalidade e até

como símbolo de *status* social em outras. Por isso, "a imoralidade pode ser sempre e unicamente um desvio da própria moral, jamais da alheia."[121]

Porém, quando uma classe dominante, para poder conservar a situação de domínio, começa a transgredir as regras morais que ela mesma impõe na sua condição de domínio ao resto da sociedade, a crise moral se instala no poder e as justificativas éticas que legitimavam o mesmo começam a se deteriorar. Esse é o momento, como diria Hipólito Solari Yrigoyen, em que "os princípios éticos [são] substituídos pelas necessidades da estratégia."[122] Para poder manter, ainda assim, a aparência de moralidade que o posto de comando exige, eles têm de recorrer ao cinismo à hipocrisia e à mentira tentando ocultar o grau de corrupção dos que reservam para si o papel de fonte de normatividade social. Mas dificilmente conseguem impedir que seja percebido pelos dominados que, indignados pela pressão da classe dominante, se elevam, com sua fúria revolucionária, para se impor socialmente. Diz Kautsky:

> "se a crescente contradição entre as condições sociais cambiantes e a moral estancada se expressa nas classes conservadoras, isto é dominantes, em crescente imoralidade, hipocrisia e cinismo, que normalmente correm junto com um debilitamento dos instintos sociais, obtêm-se resultados totalmente distintos nas classes em ascenso e exploradas, cujos interesses estão no mais completo contraste com a base social que criou a moral dominante. Elas não têm a mínima razão para se sujeitar a esta, mas sim todas as razões para se opor. Quanto mais conscientes ficam de seu antagonismo com a ordenação social dominante, tanto mais fortemente cresce também sua indignação moral; tanto mais contrapõem à antiga moral tradicional uma nova, que querem efetivar como moral de toda a sociedade. Deste modo surge nas classes ascendentes um ideal moral que

[121].- Karl Kautsky. *Ética y concepción materialista de la história*. Córdoba, Cuadernos de Pasado y Presente, 1975, p. 129.

[122].- Hipólito Solari Yrigoyen. *Los años crueles*. Buenos Aires, Ed. Bruguera, 1984, p. 27.

fica cada vez mais audaz na medida em que estas classes cobram mais força."[123]

Deste ponto de vista, a revolução, como forma plena do confronto da classe explorada contra a classe dominante, representa também um confronto no âmbito ético. O confronto de interesses das classes é representado, dentro da esfera ética, como um antagonismo valorativo. Deste ponto de vista, a luta de classes é acompanhada pelo crescimento de uma moral renovadora, abonada na sua indignação pela incoerência de uma falsa moral desviada e opressiva, contra a qual se agiganta com *legítima* violência para esmagá-la e se instalar no seu lugar. Violência legitima, porque amparada eticamente na moral corretiva dos desvios que a classe dominante cometeu *contra sua própria moral*. Tínhamos afirmado que a revolução é sempre uma revolução *da* moral, agora, do ponto de vista da teoria marxista da luta de classes, podemos agregar que a revolução *é sempre* moral.

B - Considerações de ordem prática.

Max Weber delimitava o âmbito próprio da política por referência a seu meio específico, que para ele era o uso da violência.[124] Como ato político, a revolução não apenas não se exime desse uso, mas o radicaliza até suas últimas conseqüências. Lenin advertia que "o desenvolvimento pacífico de qualquer revolução em geral é uma coisa extraordinariamente rara e difícil, pois a revolução é a maior agudização das contradições de classe."[125] Mas essa violência política fica ainda mais caracterizada quando concordamos com Lenin em que uma das expressões que pode assumir a revolução é a guerra civil:

---

[123] - K. Kautsky. Op.cit., pp. 129-130.

[124] - Max Weber. "A política como vocação" op.cit., p. 83; ver também *Economia y Sociedad*, México, Fondo de Cultura Económica, 1979.

[125] - V.I. Lenin, "*A Revolução Russa e a Guerra Civil*", in *Obras Escolhidas* (3 vol.), São Paulo, ed. Alfa-Omega, 1980. Vol 2, p. 213.

> "...a guerra civil é a forma mais aguda da luta de classes, quando uma série de choques e combates econômicos e políticos, repetindo-se, acumulando-se, agudizando-se, conduz à transformação deste choques em luta de armas na mão de uma classe contra outra classe."[126]

Na guerra civil, as forças sociais se enfrentam em um paroxismo de violência cujo fim é a imposição da vontade de um dos contendores sobre o outro. O objetivo dessa guerra é o aniquilamento do inimigo, o de cada combatente, a morte do próximo. Esse próximo que é nosso compatriota, cujos ancestrais estão sepultados na mesma terra que os nossos, que fala nossa própria língua e compartilha nossa cultura, mas cujos interesses de classe e os valores políticos que os justificam o colocaram inequivocamente do outro lado do infranqueável abismo da inimizade. Profundo abismo que transforma nosso próximo no "outro", no "estrangeiro", no "inimigo mortal", na viva ameaça de nosso modo de ser e de nossas aspirações. Abismo espantoso que suspende as considerações de ordem ética e que impõe a morte, já não como possibilidade existencial, mas como obrigação: "matar ou morrer". Nestas condições a eficácia dos preceitos morais torna-se quase nula, como afirma Trotsky "a guerra civil, forma culminante da luta de classes, suprime violentamente todos os laços morais entre as classes adversas."[127] A revolução, enquanto radicalização da política, significa a luta até a morte pela hegemonia de uma determinada configuração de valores, e, como diz este autor, "uma luta a morte não pode ser concebida sem astúcia de guerra; em outros termos, sem a mentira e o engano."[128] Mas, que moral pode justificar a morte, a mentira, a conspiração, o engano como meio, ainda que seja para atingir os fins mais nobres? Trotsky responderia a esta questão com a seguinte afirmação:

---

[126] - *Idem ibidem*, p. 208.

[127] - Leon Trotsky. *Moral e revolução*. RJ. Ed. Paz e Terra, 1978, p. 14.

[128] - *Ibidem*. p. 44.

"acreditar que necessariamente se atua mal quando se atua com violência, ainda que se trate de atos de violência revolucionária, e que por essa razão os comunistas não deveriam se dedicar a "exaltar" a luta armada e a glorificar as tropas revolucionárias, é uma filosofia digna de puritanos e de solteironas do Exército de Salvação."[129]

A partir da compreensão da história como o desenvolvimento da luta de classes, cuja direção leva à dissolução definitiva do conflito originário com o advento de uma sociedade sem exploração e o fim das classes sociais, poder-se-ia definir revolução[130] como toda mudança substantiva e violenta do sistema econômico-social e político-institucional que viabilize esse destino para a humanidade. Pelo contrário a contra-revolução será toda mudança substantiva que retarde ou inviabilize esse destino. Deste ponto de vista, podemos caracterizar a revolução como toda luta que aumente a capacidade produtiva do homem para satisfazer suas próprias necessidades e que diminua a exploração do homem pelo homem. Nas palavras de Trotsky "do ponto de vista do marxismo, que exprime os interesses históricos do proletariado, o fim está justificado se levar ao reforço do poder do homem sobre a natureza[131] e à supressão do poder do homem sobre o homem."[132]

---

[129].- L. Trotsky. "El camino del Ejército Rojo" in *Escritos Militares. Ejército. Milicias, Guerrillas*. Buenos Aires. Ed. Amaicha. 1973. p. 17.

[130].- Ver no capítulo I deste trabalho o ponto "Breve história do conceito" onde procuramos recuperar o conceito desde seus origens na Antiga Grécia. embora, para Hannah Arendt, por exemplo. "A questão social só começou a desempenhar um papel revolucionário quando, na Idade Moderna, e não antes, os homens começaram a duvidar que a pobreza fosse inerente à condição humana" (*Da Revolução*. op.cit., p. 18), e mais adiante (p. 23) agrega que "O conceito de revolução, inextricavelmente ligado à noção de que o curso da história começa subitamente de um novo rumo, de que uma história inteiramente nova, uma história nunca antes conhecida ou narrada está para se desenrolar, era desconhecido antes das duas grandes revoluções no final do século XVIII."

[131].- Hoje, esta proposição deve ser considerada tendo em conta as condições ecológicas do planeta. Desde que as análises científicas mostraram a possibilidade concreta da destruição irreversível de toda forma de vida sobre a face da Terra, o poder do homem sobre a natureza transformou-se num perigo para todo projeto político. Daí que os partidos de esquerda contemporâneos mostrem sua preocupação sobre este tema

Vários anos antes de que as palavras de Trotsky fossem publicadas, Lenin analisava,[133] no verão de 1905, os acontecimentos revolucionários desencadeados com a insurreição de Odessa e o caso do encouraçado Potenkin. Além de recomendar o estudo das questões militares para aperfeiçoar a revolução em curso, nesse documento ele define a orientação política pela qual a social-democracia deveria aceitar, sem sentimentalismos, a inevitabilidade da guerra para acabar com a exploração das classes dominantes e opressoras. Para balizar essa orientação, Lenin procura diferenciar as guerras em função da legitimidade de sua natureza:

> "Há a guerra como aventura que serve aos interesses duma dinastia e aos apetites de um bando de salteadores, que satisfaz as ambições dos heróis do lucro capitalista. Mas há também a guerra - que é a única guerra *legítima* na sociedade capitalista - contra os opressores e escravisadores do povo. Só os utópicos ou os filisteus podem condenar por princípio tal guerra."[134]

Com efeito, há guerras cujos objetivos são tão mesquinhos que se tornam inconfessáveis. Nelas, pouco conta a vida dos homens que deixam seu sangue no campo de batalha para definir a distribuição de um mercado do qual, talvez, nem façam parte, ou para garantir o lucro de empresas que pouco tem a ver com a "Razão de Estado" proclamada. Possivelmente nem imaginam que com seu sacrifício na guerra fortalecem a garra que na paz os oprime, aquela garra que não apenas os explora e reprime, mas que, ocultando sua verdadeira face de inimigo de classe, conclama o "patriotismo" para arrastá-los à guerra. Quem poderá sequer sugerir que

---

nas plataformas políticas apresentadas, procurando limitá-lo e ordená-lo. Obviamente esta observação não visa criticar a afirmação de Trotsky, mas atualizá-la - naquele momento ainda se acreditava que as riquezas naturais eram inesgotáveis.

[132].- L. Trotsky, *Moral e Revolução*. RJ. Ed. Paz e Terra ,1978, p. 50.

[133].- Ver V.I. Lenin em "Exército Revolucionário e Governo Revolucionário", originalmente publicado no *Proletari* Nº 7, de 10 de julho de 1905. Nossa versão foi reproduzida de *La cuestión militar y el trabajo político en las fuerzas armadas*, op.cit.

[134].- *Ibidem*, p. 15.

a guerra travada contra esse estado de coisas, a verdadeira guerra revolucionária, aquela destinada a acabar com essa garra e que faz desse objetivo sua bandeira, ainda que através da violência mais furiosa, possa merecer a mesma condenação ética que aquela? Poder-se-á contestar: "objetivamente os meios são igualmente violentos e, portanto, igualmente condenáveis", porém, "objetivamente", num caso se mata para aumentar a exploração, a injustiça e a desigualdade, no outro, mata-se para libertar da exploração, para impor a justiça e distribuir riqueza e possibilidades. Como diria Trotsky: "Quem quer o fim quer os meios. E o ato de violência revolucionária é o meio para libertar os trabalhadores."[135] Equiparar a violência revolucionária com a violência imperialista e repressiva do lucro é querer comparar a violência do carrasco que executa a condenação à morte de um criminoso com a violência com que este executou suas vitimas.

Na luta de classes, os dois lados usam, dentro dos limites que sua moral impõe, de todos os meios a seu dispor para vencer o inimigo e impor sua vontade. Como diz Engels:

> "...afirmamos que, até hoje, todas as teorias morais foram, em última instância, produtos da situação econômica das sociedades em que foram formuladas. E, como até o dia de hoje a sociedade se desenvolveu sempre por antagonismos de classe, a moral foi também, sempre e forçosamente, uma moral de classe, nalguns casos, construída para justificar a hegemonia e os interesses da classe dominante, noutros, quando a classe oprimida se torna bastante poderosa para rebelar-se contra a classe opressora, a moral é construída para defender e legitimar a rebelião e os interesses do futuro em geral, e da classe oprimida, em particular."[136]

---

[135] - L. Trotsky. *"El camino del Ejército Rojo"*, op. cit., p. 17.

[136] - F. Engels. *Anti-Dühring*. RJ, Ed. Paz e Terra, 1976, p. 79.

Ainda assim, a classe dominante, que controla os meios de comunicação e propaganda oficiais, sempre tenta mostrar as camadas revolucionárias como "revoltosos", "desordeiros" e "criminosos", como as "forças do mal" que querem acabar com a tranqüilidade pública, com a ordem e a paz . Através da propaganda de massas, ela atua sobre o chamado "nível psicossocial" tentando desfigurar as características políticas e ideológicas da contenda. Com mensagens cuidadosamente elaboradas, ocultam as históricas reivindicações econômico-políticas, enquadrando as manifestações moralmente. Como denunciava Marighella, "A polícia nos acusa de terroristas e assaltantes, mas não somos outra coisa que revolucionários que lutam a mão armada contra a atual ditadura militar brasileira e o imperialismo norte-americano."[137] O objetivo visado com a criminalização da ação revolucionária é esvaziar o confronto de qualquer conteúdo político que possa aglutinar as massas de um lado da luta ideológica, isto é, nas fileiras revolucionárias. Para evitar essa coagulação social, a reação impõe sua visão: por um lado o Bem, representado pelo Estado e as Forças Armadas oficiais; por outro, o Mal, representado pelos partidos de esquerda e suas vanguardas revolucionárias[138].

Essa propaganda visa menos a explicar a situação de confronto ou justificar a ação armada das tropas das classes dominantes do que desencadear o terror social. O objetivo deste terrorismo é, por um lado, evitar que as classes trabalhadoras

---

[137] - Carlos Marighela. "Llamamiento" in *Acción Libertadora*. Paris, Ed. François Maspero, 1970, p. 69.

[138] - "Roban y matan", martelava a propaganda da ditadura pelas redes de TVs argentinas, referindo-se à ação da guerrilha, enquanto apresentavam obscuros desenhos diabólicos que representavam os guerrilheiros. Hoje sabe-se que as auto-tituladas "forças legais" mataram mais de 30.000 pessoas durante a repressão, que prisioneiras grávidas eram mantidas vivas até dar a luz para entregar seus filhos a militares "legais" que não podiam tê-los, que famílias inteiras foram covardemente executadas e suas propriedades vendidas para financiar grupos para-militares na "justa" luta contra o "terrorismo". Tudo por uma luta entre o Bem e o Mal que a Igreja Católica não demorou em santificar.

compreendam a necessidade de assumir decididamente a luta armada,[139] e por outro, cortar o apoio logístico que os grupos armados precisam assegurar no seio da sociedade.[140] Do ponto de vista jurídico, o objetivo deste estratagema consiste em não reconhecer o outro lado como inimigo político, mantendo-o sobre o manto da criminalidade. De sua perspectiva liberal, Raymond Aron não pôde deixar de reconhecer que:

> "Os rebeldes não-organizados não têm qualquer proteção legal; a autoridade legítima os trata como criminosos - e precisa tratá-los assim na medida em que deseja manter-se. Se os rebeldes se organizam e passam a exercer autoridade sobre uma parte do território, adquirem certos direitos de beligerância; a situação se transforma em guerra civil e, na prática, tende a desaparecer a distinção entre "autoridade legítima" e os "rebeldes". Surgem em cena dois governos rivais, e o resultado do conflito decidirá a legalidade ou ilegalidade dos beligerantes".[141]

---

[139]. - O objetivo do terrorismo propagandístico consiste em dissociar o confronto armado das lutas sociais. O inimigo não é o povo, nem uma parte dele, ele é apresentado como uma *infiltração alienígena* no meio do povo. Se o cidadão pretende segurança é melhor não ser confundido com esse inimigo e para ser confundido não precisa de muito esforço: durante a repressão argentina esse inimigo era definido como "todo aquele que apóia a subversão ou com ela simpatiza ou que 'potencialmente' possa vir a apoiar ou simpatizar", isto é, todo o mundo. Como reação psicológica a este terrorismo a sociedade se defendia com o famoso "*no te metás*", no sentido de "isso não é comigo". Quando algum vizinho do bairro era "seqüestrado" pela repressão, ainda que fosse conhecido desde sua infância e reconhecido pela sua retidão de caráter e moral, o comentário era "*por algo será...*", como se acreditasse na infalibilidade do regime.

[140]. - Mao Tzé-Tung afirmava que tendo apoio logístico a revolução não será destruída. Conhecendo esta máxima, a repressão argentina tratou de invertê-la: destruindo o apoio logístico, a revolução acabará. Ante a impossibilidade de enfrentar diretamente um inimigo que explorava a "profundidade" do teatro de guerra, que aparecia, batia com espetacularidade e sumia rapidamente no tecido social sem apresentar combate, as forças armadas "oficiais" começaram a dizimar as organizações guerrilheiras de "fora para dentro", isto é, partindo dos círculos mais afastados de simpatizantes, que pelas suas atividades não clandestinas permaneciam na "superfície". Com esta sanguinolenta sistemática de terror (a maior parte das 30.000 vítimas da repressão estava neste nível superficial de comprometimento e muitos deles não tinham qualquer vínculo com os grupos revolucionários), as forças "legais" conseguiram destruir as bases logísticas das organizações revolucionárias, retirando toda sua capacidade operativa até o aniquilamento total.

[141]. Raymond Aron, *Paz e Guerra entre as Nações*, Brasília, UnB, 1986, p. 170.

Com efeito, a criminalização do combatente revolucionário, em princípio, visa evitar o reconhecimento da situação de beligerância por parte dos organismos internacionais, o que poderia provocar pressões externas para aplicar as normas da convenção de Genebra, especialmente sobre o tratamento dado aos prisioneiros de guerra, o que obstaculizaria o trabalho de inteligência baseado fundamentalmente na prática sistemática da tortura para obter informações.

De qualquer modo, o comportamento ético da classe trabalhadora, quando orientado pelas idéias de justiça social, igualdade, liberdade, paz, segurança, trabalho, fraternidade, normalmente funciona como um empecilho tático para o confronto ou para a consolidação definitiva da revolução, algumas vezes na hora de aplicar o castigo reparador, e quase sempre na hora da negociação. Este fato já tinha sido notado por Engels quando reconheceu amargurado que "a classe operária vitoriosa procede sempre demasiado generosamente com seus inimigos derrotados, e estes a presentearão logo com todas as ignomínias que eles nunca se esquecem de cometer quando vencem."[142] Relatando os acontecimentos insurrecionais de Junho de 1848 na França, Engels comenta que depois de uma luta heróica de cinco dias, a revolução foi esmagada. Mas a burguesia não se conformou com a vitória militar sobre os trabalhadores. Em suas palavras,

> "entre os prisioneiros indefesos houve então um massacre, como jamais se vira desde os dias das guerras civis que prepararam a queda da República romana. Pela primeira vez a burguesia mostrava até que grau de crueldade podia chegar na vingança, logo que o proletariado a ousasse afrontá-la."[143]

---

[142] - F. Engels. "Os Bakuninistas em ação", em nota prévia acrescentada na reedição de 1894, in Marx, Engels e Lenin. *Escritos Militares*. SP, Global editora, 1981, p. 138.

[143] - F. Engels. *Introdução à "A guerra civil na França"* de Marx, in Marx e Engels. *Obras Escolhidas*. Lisboa, Ed. Avante!, 1982.

A fórmula "o fim justifica os meios" pode ser analisada de dois pontos de vista. Por uma lado, no sentido de que o fim "santifica" os meios empregados na sua realização. Desta ótica, podemos considerar a matança perpetrada pelas cruzadas no Oriente Médio como um "santo genocídio", já que o objetivo visado era um fim "santo." Por outro lado, podemos considerar que o fim justifica os meios no sentido da adequação instrumental destes para a realização daquele. Apenas podemos determinar a adequação dos meios tendo em vista o fim para o qual estes estão sendo utilizados. Deste ponto de vista podemos nos perguntar se o genocídio dos índios norte-americanos foi um meio adequado para o desenvolvimento do capitalismo nesse país. No âmbito da política apenas este último sentido parece ter significação.

Assim podemos nos perguntar se o Fim da revolução justifica os meios violentos que ela exige. Mas também podemos nos perguntar primeiramente se esse Fim é justificável e o que poderia justificá-lo. Novamente devemos tomar posição ante a Filosofia da História. Se acreditamos que a desigualdade está na base de quase todos os conflitos e as guerras, que ela é a fonte principal da violência social, que apenas acabando com ela será possível pacificar as relações sociais e que isso seria bom para o desenvolvimento da humanidade e, por outro lado, se achamos que só a vitória da revolução poderá impor a igualdade econômica, política e social, então poderíamos dizer que a revolução é um fin justificável. Mas, se perguntássemos a Trotsky se esse fim histórico, por sua vez, justifica qualquer forma de luta como meio de realização, ele responde:

> "são admissíveis e obrigatórios apenas os meios que aumentam a coesão do proletariado, inflamam sua consciência com um ódio inextinguível para com toda forma de opressão, ensinam-lhe a desprezar a moral oficial e seus arautos democráticos, dão-lhe plena consciência de sua missão

> histórica e aumentam sua coragem e sua abnegação. Donde se conclui, afinal, que nem todos os meios são válidos."[144]

"Che" Guevara agregaria: "nossos soldados têm que ser assim: um povo sem ódio não pode triunfar sobre um inimigo brutal."[145]

C - A moral do revolucionário

Todo processo histórico revolucionário se caracteriza pela ocorrência de fatos heróicos imortalizados plasticamente pelos artistas e biograficamente pelos historiadores e poetas. Todos concordam em reconhecer a existência de uma forte convicção interior que leva o revolucionário a colocar sua vida a serviço da revolução, a subordinar sua vida à "causa". Como se compreendesse o "sentido" íntimo da história e o percebesse mais importante que seus próprios projetos existenciais. Uma força interior que o impulsiona sobre seus desejos, inclinações, projetos pessoais e o eleva a um patamar próximo do sacerdócio, que o conduz com tranqüilidade estóica ao patíbulo da história e a "oferecer o peito às balas" na defesa de valores irredutíveis e inegociáveis. Com seu inocultável romantismo, "Che" Guevara falava da morte do revolucionário:

> "Em qualquer lugar que nos surpreenda a morte, bem vinda seja, sempre que o nosso grito de guerra, tenha chegado a um ouvido receptivo, e outra mão se estenda para empunhar nossas armas, e outros homens se prestem a entonar os cantos lutuosos com as rajadas das metralhadoras e novos gritos de guerra e de vitória."[146]

Embora as probabilidades de morrer durante um processo revolucionário sejam plausíveis, parece haver um prazer compensatório (além de uma certa estética

---

[144] - *Ibidem*, p. 51.

[145] - "Che" Guevara. *Obras completas* (Tomo I). Buenos Aires, Ed. Metropolitanas, 1984, p. 73.

[146] - "Che" Guevara. Op. cit., p. 76.

tanática) em se sentir partícipe da própria história: "Nem todos chegarão: alguns se afogarão ao longo do caminho - reconhecia Trotsky. Mas participar desse movimento com os olhos bem abertos, com a máxima tensão da vontade, esta já é por si a suprema satisfação moral que pode ser dada a um ser pensante."[147]

Talvez se trate daquela "paixão revolucionária" que tanto cantam os poetas, cuja embriaguez leva à renúncia dos prazeres mundanos na esperança incerta de um mundo melhor ou, pelo menos, a morte heróica no intento.[148] Nada mais anti-biológico que aquela máxima pichada nos muros das cidades latino-americanas na década de 70: "Livres ou mortos, jamais escravos."[149] Mas também nada mais humano que a superação ética da instância biológica na defesa de princípios irrenunciáveis, ante os quais, a vida é apenas um prosaico meio de realização. A importância da compreensão deste fato para a explicação do "fervor" revolucionário já tinha sido levantada por Engels: "Sempre que se trata de uma transformação completa da organização social são as próprias massas que devem estar metidas nela, têm de ter compreendido já o que está em causa, porque é que dão o sangue e a vida."[150]

---

[147].- L. Trotsky. Op. cit., p. 55.

[148].- É chamativa a mórbida excitação com que os militantes revolucionários argentinos da década do 70 perguntavam sobre as experiências de tortura dos companheiros que haviam passado pelo "interrogatório". A idéia da morte parecia rondar as suas cabeças como o teste ideal de seu valor ou de sua confiança na "causa" ou, talvez, apenas esperavam trivializá-la para não temê-la.

[149].- Após a derrota da resistência popular pela férrea reação da ditadura argentina, em fins dos 70, lembro de ver uma dessas pichações em algum bairro da periferia de Buenos Aires, conservada pelo respeito aos mortos e algo deteriorada pela inclemência do tempo. Refletindo sobre minha *vida* na clandestinidade e a da "condução", preservada na Europa, cheguei a conclusão que o que nos manteve vivos foi a inversão da fórmula original pela prosaica "Livres ou escravos, jamais mortos". Nesse momento me senti tomado por uma profunda culpa, ao pensar que, dado o compromisso revolucionário, permanecer vivo era um ato de traição.

[150].- F. Engels. *"Introdução"* a *"As Lutas de Classes em França"* de Marx. Op. cit., vol. I, pp. 203-204.

Moral revolucionária e consciência revolucionária parecem ser interdependentes. Por um lado, a compreensão ética (que não é necessariamente racional) do "Ideal Moral" revolucionário, isto é, a percepção do confronto ético subjacente ao processo, a visão do nascimento de uma concepção valorativa nova, incorruptível e libertadora, surgindo das ruínas da moral da classe opressora, impõe uma atitude revolucionária com força normativa: aceitar o Ideal Moral significa assumir com obediência os imperativos morais decorrentes daquele: assumir um ideal é agir conforme a ele. A própria idéia do Bem determina o que seja agir corretamente. Quem aceita o Bem, obriga-se ao Bem. Quem aceita a revolução como ideal moral deve assumir um comportamento revolucionário, dentro dos limites objetivos. Deverá considerar as tarefas que exige a revolução, não apenas como as mais importantes a serem realizadas, mas como aquelas que lhe permitem se realizar eticamente, e por isso, dão sentido e coerência a sua vida.

Por outro lado, a compreensão (necessariamente racional) do processo histórico como o desenvolvimento da luta de classes, torna consciente, para quem se comprometa com a classe dominada, a necessidade de participar da corrente histórica como fator "acelerante" do desencadeamento do fim, isto é, a eliminação da divisão social em classes. A consciência histórica é a compreensão racional das leis e tendências operantes na sociedade, através da qual poder-se-á formular a estratégia mais adequada para a luta. Essa consciência mostra claramente o acerto da expressão de Lenin "a revolução não admite neutros", exigindo um posicionamento a favor ou contra esse desenvolvimento. Por sua vez, este posicionamento só é definível valorativamente, o que nos recoloca no âmbito da moralidade. A consciência histórica da classe oprimida descobre, através do estudo da história da luta de classes, qual é o fim ao qual deverá ser devotada sua ação e, a moral revolucionária o impõe como valor. A moral revolucionária fornece o fogo necessário para a luta, a

consciência revolucionária aproveita a energia desse fogo da maneira mais eficaz para a realização dos objetivos revolucionários.

Uma primeira referência à aparição histórica deste elemento revolucionário talvez se encontre nos trabalhos de Marx e Engels sobre as lutas camponesas. Especialmente este último, no artigo "As Guerras Camponesas na Alemanha", lembra o compromisso assumido com a virgem Maria em fins do século XV, por Johan Boeheim de Niklashausen de destruir os instrumentos musicais e abandonar o baile e os prazeres sensuais para exortar o povo à penitência. Engels acha que neste precursor encontramos o ascetismo característico das insurreições medievais de tipo religioso e, mais recentemente, do início dos movimentos proletários. Para este autor, a austeridade ascética estabelece o princípio da igualdade espartana contra as classes dominantes : "Para pôr em movimento sua energia revolucionária, para ter consciência da sua posição hostil perante os outros elementos da sociedade, para se concentrar como classe, ela deve começar por desfazer-se de tudo o que possa conciliá-la com a ordem estabelecida."[151]

Para evitar que seja confundido com o ascetismo burguês, como o apregoado pela moral burguesa luterana e os puritanos ingleses, Engels apressa-se em indicar que o que distingue este ascetismo plebeu e proletário é sua forma fanática e violenta. Até queimar na fogueira, "Joãozinho da flauta" predicou que ninguém devia possuir mais que os outros, que todos deviam ganhar o pão com seu esforço, que todos os homens deviam considerar-se irmãos, que não devia existir Papa, nem Imperador, nem Príncipe. Mas o que funcionou como "cimento coadjuvante" da massa foi a exortação à penitência: "a renúncia repentina e total ao gênero de vida

[151] - F. Engels. *"Os movimentos precursores da Grande Guerra Camponesa entre 1476 e 1517"* in Marx, Engels e Lenin, op.cit., pp. 29 e ss.

habitual era capaz de inflamar esta massa camponesa dividida e dispersa, que tinha crescido num ambiente de obediência cega."[152]

Mas há no soldado uma adesão ardorosa pela causa que o torna um feroz guerreiro. Sem ela, seria presa fácil do medo no combate. Maquiavel já tinha observado a importância desse compromisso do soldado com a morte pela defesa da causa e cujo preço não se calcula em dinheiro: apenas a liberdade pode manter acesa aquela chama espiritual que fornece solidez à convicção do soldado e coragem na hora da batalha: "O exército que não tem pela causa por que deve combater uma afeição que transforme cada soldado num partidário entusiasta, tampouco terá coragem para resistir a um inimigo e demonstrar a menor bravura."[153]

Clausewitz dizia que os principais poderes morais são a capacidade do chefe, as virtudes militares do exército e seu sentimento de nacionalidade. Ele reconhecia que este último (entusiasmo, fervor fanático, fé, opinião) "manifesta-se essencialmente na guerra de montanha, em que cada um, incluindo o simples soldado, está entregue a si próprio".[154] Mais adiante diz que esta virtude se faz ainda mais necessária quando o exército tem de enfrentar uma insurreição, "porque neste caso as tropas estão mais dispersas e as partes mais abandonadas a si mesmas." Do ponto de vista da insurreição, pelo fato da dispersão da massa sublevada, deve existir em cada combatente uma forte convicção na vitória, ou na justiça dessa luta, ou na santidade da causa, para mantê-lo espiritualmente unido e subordinado, ainda que fisicamente só e geograficamente isolado.

---

[152].- *Ibidem.*

[153].- Maquiavel. *Comentários sobre a Primeira Década de Tito Lívio.* Brasília, Ed. UnB, 1982, Livro I, Cap. 43.

[154].- Carl von Clausewitz. *Da Guerra.* SP, Ed. Martins Fontes, 1979, p. 215.

CAPITULO III

REVOLUÇÃO E INSURREIÇÃO

I.- DA ESPONTANEIDADE À PLANIFICAÇÃO ESTRATÉGICA

A insurreição não é apenas mais um momento da guerra revolucionária, é o seu momento culminante. Como diz Maximilian Robespierre, "A nação só desenvolve verdadeiramente todas suas forças nos momentos de insurreição."[155] É o momento em que a massa revolucionária do povo, como uma gigantesca onda armada e revoltada, toma a rua e ocupa o Estado, engolindo a seu passo as antigas estruturas e aparelhos de dominação, para deixar o campo limpo e adubado para novas formas de organização social.

Na sua origem histórica, a insurreição era o resultado da reação espontânea a uma situação na qual as autoridades despertavam a indignação das massas. Podia ser condicionada por longos períodos de exploração e de injustiça e, ainda assim, constituir uma situação basicamente aguda. Manifestava-se como o estalido de energias sociais historicamente acumuladas, mas dificilmente alcançava conseqüências políticas consideráveis. Era uma explosão social sem qualquer direção, apenas uma reação. Na sua fase espontânea, por carecer de uma organização prévia que a tornasse notória, surpreendia, com relativa freqüência, a insensível classe dominante. Porém, pela sua inconseqüência, a revolta constituía apenas a oportunidade para que a reação castigasse as massas por sua ousadia com pedagógica crueldade e aperfeiçoasse seu aparato repressivo.

---

[155].- Robespierre. "*Contra la guerra*" in *La razón del Pueblo*. Buenos Aires, ed. La Bastilla. 1972.

Embora as condições objetivas para o estalido insurrecional sejam economicamente determinadas e historicamente dadas, o fator desencadeante pode ser infinitamente variado e circunstancial. Às vezes esse fator é conscientemente provocado por alguma fração do povo que pretende aproveitar essa energia desatada com alguma objetividade, outras vezes é puramente acidental,[156] mas em todos os casos uma parte da massa procura assumir o controle da mesma para imprimir certa direção. Essa direção pode ser assumida por alguém que se destaca pelos seus dotes carismáticos, sejam estes místicos ou militares, ou por um grupo mais ou menos articulado. A liderança é alcançada e legitimada pela capacidade de mando demonstrada no campo religioso, militar, político, etc. Exemplos históricos destas manifestações são as lutas camponesas na Alemanha de fins do século XV e começo do XVI, encabeçadas pelo carisma místico do pastor e músico Johan Boheim de Niklashausen ("Joãozinho da flauta"),[157] os levantes municipalistas espanhóis de 1843 originados por insurreições militares e amplificados pelo sistema chamado "bola de neve" e também conhecido como "efeito dominó;"[158] os acontecimentos de

---

[156] - Max Weber distingue entre causa "adequada" e causa "acidental". A primeira é o que poderíamos chamar de "condições de possibilidade" do efeito, aquela sem a qual o efeito não aconteceria - no caso analisado seria a acumulação social de energia provocada por contradições internas à sociedade. A segunda é aquela que, ainda que possa desencadear o efeito, não é necessária para o mesmo, isto é, sem ela, o efeito ainda seria inevitável. O exemplo que Weber apresenta deste último se ajusta a nosso caso. Ele se refere aos disparos executados entre a multidão reunida às portas do palácio de Berlim e que deram lugar aos acontecimentos revolucionários. Ele diz que, embora estes disparos tenham precipitado os acontecimentos, dado a situação geral européia, estes eram inevitáveis. A "situação geral européia" seria a causa adequada, os disparos, a causa acidental. Ver deste autor o artigo "En polémica con Eduard Mayer" in *Ensayos sobre metodología sociológica*. Buenos Aires, ed. Amorrortu, 1982.

[157] - Ver de Friedrich Engels "*As Guerras Camponesas na Alemanha*" in Marx , Engels e Lenin, *Escritos militares*, S.P., ed. Global, 1981.

[158] - Foram movimentos originados por insurreição dos destacamentos militares que arrastaram atrás de si levantes municipais em direção à capital. O aumento da massa que o movimento criava no seu passo deu origem à expressão "bola de neve". Ver de Karl Marx "*A Revolução Espanhola*", in Marx , Engels e Lenin, *Escritos Militares*, ed. cit.

dezembro de 1905 em Moscou, organizados e dirigidos por uma estrutura político-sindical e militar.[159]

Embora na sua origem camponesa do século XV a insurreição tenha sido uma reação espontânea e inconsciente da massa, sem conseqüências duradouras por falta de direção e objetividade na ação, não deixou de ser uma clara advertência para a classe dominante da perigosa potencialidade de combate da massa enfurecida e insubordinada. Atenta a essa advertência, aquela foi aperfeiçoando seu aparato repressivo para garantir sua posição de dominio, mas, concomitantemente, alguns setores do povo aprenderam, pagando o preço das amargas lições da história, que a eficácia de sua ação dependia da organização e preparação da violência desencadeada.

A insurreição já não podia ser fruto da espontaneidade, pois as forças armadas governamentais foram materialmente muito bem equipadas pela classe dominante, e tática e moralmente treinadas para enfrentar e atirar no povo mal armado e pior adestrado. Os oficiais já não vacilavam em ordenar o avanço sobre a massa, nem os soldados resistiam à ordem. As classes dominantes conseguiram impregnar sua ideologia nas tropas regulares que finalmente identificaram a figura do "inimigo" no povo sublevado. A burguesia revolucionária do século XVIII tinha aprendido muito bem com sua própria ação a forma pela qual se manifestava o perigo para a estabilidade do regime. Já no século XIX, colocou todo seu conhecimento, conquistado na prática revolucionária e sistematizado na teoria contra-revolucionária, a serviço de sua permanência no poder. Ela não seria surpreendida

---

[159] - Ver de V.I. Lenin, "*As lições da insurreição de Mocovo*" in Obras escolhidas, ed. cit., Vol 1. Há versão espanhola: "*Las enseñanzas de la insurrección de Moscú*" in *La cuestión militar y el trabajo político en las Fuerzas Armadas*, Buenos Aires, Anteo, 1973.

com suas próprias armas, tampouco cometeria os mesmos erros que permitiram seu ascenso ao poder.

Aquele orgulhoso exército de cidadãos, criado e desenvolvido para defender a revolução e propagá-la ao resto do mundo, agora se voltava contra o povo em defesa dos privilégios do grupo dominante para confirmar o conhecido adágio espanhol "*cria cuervos y te arrancaran los ojos.*" A burguesia no poder passou a contar com um exército bem armado e melhor disciplinado, com táticas específicas para desbordar as barricadas proletárias e reprimir as manifestações de rua: clara expressão do seu desejo político de se perpetuar como classe dominante. Até reformas urbanísticas, como o alargamento das ruas posterior à Comuna de Paris, foram realizadas para facilitar a repressão à qualquer ousadia do povo. O planejamento estratégico contra-revolucionário, por um lado, e a desorganização das forças populares somada ao menosprezo com que a vanguarda mais esclarecida considerava as questões militares, por outro, contribuíram para que os intentos revolucionários da segunda metade do século XIX na Europa acabassem em sangrentos fracassos. A fé incondicional, o valor heróico, o ódio justificado e a justeza de propósitos já não eram blindagem suficientes contra o tecnologicamente bem desenvolvido braço armado da classe dominante.

Se nas revoluções de 1848 as barricadas proletárias, como símbolo popular da tecnologia de luta insurrecional, mostraram-se ineficazes, depois daquela data, qualquer intento para reeditá-las seria suicídio. Engels já tinha percebido que a época em que a revolução começava com a insurreição tinha acabado.[160] Daí a importância que tanto ele quanto Marx começaram a dar às questões militares.[161]

---

[160] - No "*Prólogo*" à "*Guerra civil na França*" de Marx, *in* Marx e Engels, *Obras Escolhidas*, Lisboa, ed. Avante, (3 vol.) , 1982

[161] - Mais tarde Lenin afirmará: "*Não há outro remédio* que estudar as questões militares, inclusive as de detalhes, em momentos de guerra civil, e o interesse dos

Para enfrentar a burguesia com alguma possibilidade de êxito, a arte da guerra por ela desenvolvida devia ser estudada e aprendida. Para Engels, a insurreição, assim como a guerra, é uma arte. Se não quiser acabar em um desastre total, as forças revolucionárias deverão estar atentas, por um lado, à natureza das partes envolvidas no confronto, seu grau de organização, sua capacidade combativa, seus vínculos políticos, etc., e, por outro, às circunstâncias próprias da ação. Embora um pouco extensa, transcrevemos a passagem onde Engels apresenta esses procedimentos já clássicos da insurreição, não apenas pelo seu valor histórico, mas fundamentalmente pela sua impecável atualidade:

> "Em primeiro lugar, nunca brincar de insurreição a não ser que se esteja completamente preparado para encarar as conseqüências da brincadeira. A insurreição é um cálculo com grandezas muito indefinidas, cujo valor pode mudar todos os dias; as forças adversárias têm toda a vantagem da organização, da disciplina e do hábito da autoridade; a menos que contra elas se tragam fortes probabilidades, se será derrotado e arruinado. Em segundo lugar, uma vez entrado no movimento insurrecional, agir com a maior determinação e na ofensiva. A defensiva é a morte de todo o levantamento armado; está perdido antes de ele próprio se medir com os inimigos. Surpreender os antagonistas enquanto as suas forças estão dispersas, preparar novos êxitos, ainda que pequenos, mas diários; manter o moral ascendente que o primeiro levantamento vitorioso forneceu; reunir, deste modo, do nosso lado, aqueles elementos vacilantes que sempre seguem o impulso mais forte e que sempre procuram o lado mais seguro; obrigar os inimigos a retirar antes de poderem reunir as suas forças contra nós; das palavras de Danton, o maior mestre da política revolucionária até hoje conhecido: *de l'audace, de l'audace, encore de l'audace!*"[162]

---

operários por estas questões é o mais legítimo e saudável dos fenômenos" (itálicos no original), ver "*Las centurias negras y la organización de la insurreción*" *in* V.I.Lenin, *La cuestión militar...* op. cit. , p. 25.

[162].- F. Engels, "*Revolução e contra-revolução na Alemanha*", *in* Marx e Engels, *Obras Escolhidas*, op. cit., pp. 393-394.

As massas insurgentes, conforme os ensinamentos de Engels, devem fustigar permanentemente as tropas reacionárias, mantê-las na defensiva. Deter o avanço insurrecional significa entregar a iniciativa ao inimigo, permitir que reordene suas tropas, concentre suas forças e despeje seu poder de fogo sobre as massas: é a morte certa da insurreição, cujo quartel é a rua e cuja estrutura dificulta manobras defensivas eficazes. O movimento insurrecional deve avançar através de pequenas vitórias quotidianas, pois delas dependerá o espírito combativo das massas. A satisfação dos êxitos permanentes, por pequenos que possam ser, assegura a coesão popular e proporciona o ânimo necessário para continuar na luta. Em compensação, produzem efeitos devastadores nas tropas repressoras que começam a duvidar da certeza da vitória fácil sobre o povo mal armado, a vacilar sobre seu compromisso com uma causa que não sentem como própria, para finalmente se juntar aos esforços populares de insurreição armada. A ameaça de uma cruenta vingança contra os que persistam em combater ajuda a "dissuadir" àqueles "que sempre procuram o lado mais seguro" para desertar do exército governamental e passar a engrossar as fileiras da insurreição com suas armas. A insurreição armada cai como um raio sobre o tecido social, como uma luz que ilumina os contornos dos campos em que se divide o cenário da contenda. Lenin achava que, nesse estágio do confronto armado, devia ficar claro para todo o mundo que não há mais neutralidade, que já não se admitem vacilações. Como diz Lenin,

> "Não basta tomar partido quanto às palavras de ordem políticas: é preciso tomá-lo também com respeito à insurreição armada. Quem esteja contra ela, quem não se prepare para ela, deve ser jogado sem piedade das fileiras dos partidários da revolução, deve ser jogado ao campo dos inimigos, dos traidores ou dos covardes, pois se aproxima o dia em que o

peso dos acontecimentos e das condições da luta nos obrigarão a distinguir amigos e inimigos segundo este princípio."[163]

Analisando os acontecimentos insurrecionais de 1905 na Rússia, Lenin lembraria das indicações de Marx e Engels.[164] Para ele é sob a influência do "desenvolvimento espontâneo dos acontecimentos" que o movimento popular vai amadurecendo até arrebentar na "insurreição geral armada." Embora reconheça a importância do espontaneísmo no desenrolar dos acontecimentos,[165] ele destaca a irrupção organizativa do movimento como um ponto de ruptura na gênese da insurreição. Significava passar das "revoltas," caracterizadas por serem inconscientes, não organizadas e espontâneas para as formas de luta organizadas, conscientes e maduras. Ainda que o espontaneísmo seja um elemento essencial e desencadeante do movimento revolucionário, além de ser uma forma importantíssima de hostilização, a insurreição só será, pela minuciosa preparação que exige, a coroação, a culminação da revolução.

A árdua tarefa que exige a planificação da insurreição levou o revolucionário argentino John William Cooke, quando em 1957 ultimava o "Plano de Ação" para a luta peronista revolucionária contra a reação contra-revolucionária da "Revolução

---

[163].- V. I. Lenin, "*Las enseñanzas de la insurrección de Moscú*" in *La cuestión militar*... Op. cit., pp. 43-44.

[164].- Ver, entre outros trabalhos, "*Exército revolucionário e governo revolucionário*" (publicado originariamente no PROLETARI, Nº 7, de Julho de 1905) e "*As centúrias negras e a organização da insurreição*" (in PROLETARI, Nº 14, de 29 de agosto de 1905). A versão usada aqui foi extraída de *La cuestión militar* ... op. cit..

[165].- Lenin já tinha criticado os vícios espontaneístas em "*Que Fazer?*", op. cit.. Neste texto, no capítulo intitulado "A espontaneidade das massas e a consciência da Social-democracia", ele polemiza com a posição assumida pela *Rabótcheie Dielo*, sobre as greves de 1890 nas quais, segundo ele, aparecem "muito mais clarões de consciência". Aqui já demarca a quebra estratégica no desenvolvimento da luta de classes entre as simples manifestações espontâneas de descontentamento e a preparação sistemática do confronto, ainda que este fosse tipicamente trade-unionista, diz Lenin: "Se os motins eram simplesmente a revolta de oprimidos, as greves sistemáticas representavam já embriões - mas nada mais que embriões - da luta de classes". Nossa versão é das *Obras escolhidas*, São Paulo, editorial Alfa Omega, 1986, Vol. I, p. 101.

Libertadora" de 1955, a afirmar que "Falar da insurreição como um *fato* e não como *culminação de um processo* é procurar outro nome para o golpismo e despojá-la do conteúdo popular que a justifica, a alimenta e assegura seu triunfo."[166] O levante insurrecional devia ser largamente planejado para evitar o choque militarmente desigual com as forças reacionárias. Tanta razão tinham aqueles pensadores, que a insurreição sandinista, já no fim de nosso século, foi programada e organizada cuidadosamente, até nos mínimos detalhes, cinco anos antes de acontecer.[167]

Lenin analisa o desenvolvimento da insurreição como a história da organização da luta revolucionária. Para ele, as revoltas, que são a mais clara manifestação do descontentamento popular, dão lugar à luta de greves organizadas e às manifestações políticas; temperadas ao calor da repressão, estas vão sendo reforçadas ou substituídas pela resistência armada; esta resistência vai se estruturando através dos combates de rua até atingir a luta de barricadas. Mas um passo decisivo para a vitória da insurreição é dado quando parte do exército regular se desprende e passa para o lado da revolução. Isto, porque a partir desses retalhos de exército trazidos para o campo popular pelos desertores, poderá surgir o embrião do exército revolucionário e também porque nada desmoraliza mais um exército que ver suas próprias forças se esfacelando para engrossar as fileiras do inimigo. Em síntese, para Lenin a gênese da insurreição é: "Revoltas - manifestações - combates de rua - unidades de um exército revolucionário: tais são as etapas de desenvolvimento da insurreição popular."[168]

166.- Perón-Cooke. *Correspondencia*, Buenos Aires, Ediciones Parlamento, 1985, vol I , p. 283.

167.- Ver de Humberto Ortega "A Insurreição" *in Crítica Marxista*, SP. ed. Joruês,1986. pp 121-131.

168.- V.I. Lenin. "*Ejército Revolucionario y gobierno revolucionario*" in *La cuestión militar*..., op. cit., p. 11.

Lenin considerava que o moderno exército burguês era a manifestação mais acabada da força. Por isso, para ele, a existência do exército revolucionário indicava a apropriação por parte do povo da ciência guerreira da burguesia. A partir desse núcleo seria possível assegurar a direção militar para maximizar a eficácia das forças revolucionárias e planejar o golpe final que esmagasse as tropas reacionárias para poder consolidar a revolução. Daí a inocultável excitação com que Lenin mostra a importância desse fato: "Foi dado o primeiro passo. Foi cruzado o Rubicon. Ficou gravado nos anais de toda Rússia e do mundo inteiro o passo do exército para o lado da revolução."[169]

Longe de ser um ato meramente espontâneo, a insurreição foi se constituindo em um sofisticadíssimo instrumento da revolução. De um ato quase reativo e inconseqüente, transformou-se em uma complicada arte que combina diferentes partes da sociedade, que domina muitos conhecimentos de diferentes áreas e que planeja minuciosamente os passos futuros para um objetivo claramente definido de antemão. Trataremos agora de analisar alguns dos elementos constitutivos desse instrumento.

II - PRINCÍPIOS ESTRATÉGICOS DA INSURREIÇÃO

1) Ofensiva

O conceito de "insurreição" pode ser aplicado em, pelo menos, dois sentidos diferentes que, do ponto de vista estratégico, apresentam características próprias. Por um lado, por "insurreição" pode se entender um longo processo através do qual se organiza, dinamiza e realiza um amplo movimento de massas, que pode estar

---

[169].- *Ibidem*, p. 10.

composto por várias frentes como a política, a militar, a sindical, a estudantil, as milícias, as guerrilhas, etc. e cujo objetivo final é a tomada do poder. Neste sentido, a insurreição é um fenômeno político que consiste em uma totalidade estratégica que abarca desde a conspiração até o assalto final, a batalha decisiva, incluindo a articulação político-militar das frentes e a formação de um exército insurrecional que procurará, no momento preciso, a decisão pelo combate. Por outro lado, por "insurreição" pode-se entender apenas o momento culminante do assalto final, o exercício político da tomada do poder, a manifestação social da emergência do movimento popular na sua máxima expressão, a revolta, a sublevação, a parte mais visível e virulenta da insurreição. Do ponto de vista estratégico, constitui o desbordamento da força inimiga, a aplicação tática da ofensiva final, é o momento em que a estratégia insurrecional passa da defensiva à ofensiva. Apenas neste segundo sentido deve ser pensada a afirmação de Engels de que "a defensiva é a morte de todo levantamento armado".

Com efeito, enquanto momento tático, a insurreição é uma espiral ascendente na qual cada degrau de violência assumida pelas massas deve levá-las a uma maior consciência e organização da força. Este tipo de luta não admite a defesa estratégica, já que seu objetivo não é conservar mas tomar. Não existe nada parecido a uma "insurreição defensiva", como não há "assalto defensivo", essa idéia só pode resultar do equívoco de pensar a tática insurrecional (neste segundo sentido) como totalidade estratégica (no primeiro sentido), sendo que, em realidade, ela é apenas um meio especificamente ofensivo dentro da estratégia global do movimento insurrecional[170].

---

[170] - Nemo todo levante insurrecional faz parte de uma luta revolucionária. O levante insurrecional espanhol durante a ocupação napoleônica, por exemplo, não o foi. As guerras de libertação podem recorrer à tática insurrecional sem se transformar por isso em guerras revolucionárias, o objetivo daquelas é expulsar do território nacional o invasor, o objetivo destas é o aniquilamento do exército inimigo. Raymond Aron discute estas diferenças e outras muito interesantes em *Penser la Guerre, Clausewitz - L'Âge planétaire*, Paris, Édiotions Gallimard, 1976. Vol II, Cap V.

É claro que no desenrolar dos acontecimentos insurrecionais o movimento pode assumir alternadamente táticas ofensivas e defensivas, no sentido de preservar as próprias forças e atacar as forças inimigas, o que se conhece como "dialética ofensiva-defensiva"[171] pois, como diz Clausewitz "a defesa absoluta contradiz inteiramente o conceito de guerra"[172]. Mas, dentro do planejamento estratégico da ofensiva decisiva, o movimento insurrecional cumpre a função de desequilibrar a relação de forças para propiciar o golpe definitivo, isto é, a decisão pelo combate. As forças insurrecionais não devem sentir como derrotas os eventuais recuos táticos, pois o elemento moral, que mantém coeso e organizado o povo, é muito forte na vitória, mas rapidamente se dilui com as primeiras derrotas.

Tentando evitar o equívoco que possa surgir da ambigüidade do termo propomos a seguinte distinção: quando falarmos de "insurreição" ou de "movimento insurrecional" estaremo-nos referindo ao seu primeiro sentido, isto é, ao seu sentido mais amplo de totalidade estratégica. Caso contrário, quando aludirmos ao seu segundo sentido, propomos falar de "tática insurrecional" ou "momento insurrecional" para referir-nos ao momento específico do assalto final. Achamos que com o método de análise que exporemos a seguir, esta distinção ficará mais clara.

Para analisar o fenômeno da insurreição, assim como para qualquer fenômeno do campo das relações de força, devemos distinguir claramente os níveis em que se manifesta e perguntarnos em cada caso sobre seu comportamento. Os níveis nos quais podemos analisar qualquer fenômeno de força são três: o nível político, o estratégico e o tático. Se analisarmos a guerra insurrecional a partir dos três níveis

---

[171] - Ver de Clausewitz *Da Guerra*, Livros VI e VII. De Mao Tze Tung, "Da Guerra Prolongada" in *Obras escolhidas*, São Paulo, ed. Alfa Omega, 1979. Os agudos comentários de Raymond Aron sobre o pensamento destes dois autores relativos ao tema da dialética "defensiva-ofensiva" encontram-se em *Penser la Guerre...*, ed. cit. Vol II, Cap. III, 2.

[172] - Carl von Clausewitz, op. cit., Livro VI, Cap. 1, pag. 427.

em que se desenvolve, verificaremos que em geral apresenta o seguinte comportamento: *no nível político, é ofensiva*, ela visa tomar o poder e para isso deve assumir a iniciativa política; *no nível estratégico, é defensiva*, dado a desproporção de forças em relação ao exército da classe dominante, ela deve resguardar suas forças e ganhar tempo para que se fortaleçam (trocar espaço por tempo); *no nível tático, é ofensiva*, devem ser evitadas as posições defensivas fixas, que seriam alvo fácil para o maior poder de fogo do inimigo.

Às vezes a estratégia defensiva é erroneamente confundida com a tática defensiva: um povo pode resistir ao invasor dentro da caracterização de uma estratégia defensiva, mas, do ponto de vista tático, ele pode hostilizar permanentemente o inimigo mediante táticas de guerrilhas, sabotagem, terrorismo. isto é, mediante a implementação de táticas ofensivas. De qualquer modo, esta atitude ofensiva não chega a constituir uma estratégia ofensiva nem fixa frente de combate. Ela apenas desgasta e desmoraliza as forças de ocupação, preparando o momento propício para assumir a ofensiva estratégica, passagem que só pode ser realizada, com contadas exceções, com a formação de um exército regular revolucionário. O povo vietnamita é um exemplo antológico de resistência armada ativa.[173]

A parte mais consciente e combativa do povo pode acompanhar uma luta, ainda que prolongada, quando cada passo - grande ou pequeno, pouco importa - consolida visivelmente seu caminho para a vitória final. O valor com que os riscos da luta são enfrentados é proporcional à clareza dos objetivos políticos: como diz Clausewitz, "Como a guerra não é um ato de paixão cega, mas um ato dominado por um desígnio político, o valor desse desígnio determinará a amplitude dos sacrifícios necessários à

[173].- Veja a respeito de Ho Chi Minh *Sobre la Revolución*, México, ed. Siglo Veintiuno, 1973.

sua realização."[174] Os trabalhadores poderão sacrificar seu trabalho no campo ou na fábrica, afastando-se dele, para se somar ao grosso do povo na estrada violenta que conduz ao poder, certos de que retornarão com a vitória revolucionária e uma nova situação social. Porém, um sacrifício bem diferente dá-se quando são obrigados a abandonar seu trabalho para se ocultar da perseguição da contra-ofensiva. No primeiro caso, o sacrifício é a medida do valor, tem o doce sabor da vitória; no segundo é a medida da punição, tem o sabor amargo da derrota.

As forças insurrecionais não têm condições de aplicar a tática de manter posições defensivas fixas contra forças melhor adestradas, armadas e altamente organizadas. *A defensiva é a morte da insurreição.* Por isso, embora a estratégia geral da insurreição só possa ser uma estratégia defensiva - dado a desproporção desfavorável de força -, pela natureza virulenta e instável do movimento de massas, ela só admite o emprego de táticas defensivas móveis ou táticas ofensivas de intensidade de violência crescente até a vitória. Mas não devemos esquecer que o emprego de táticas ofensivas não caracterizam por si uma estratégia ofensiva.

O movimento insurrecional só pode assumir uma estratégia ofensiva com a formação de um exército regular com o qual possa procurar a decisão pelo combate. O importante é que, pela fragilidade das variáveis que intervêm neste tipo de confronto, *a condução da insurreição não pode perder nunca a iniciativa na luta.* Os confrontos precisam ser previamente planejados e avaliados para evitar derrotas: deve-se dar combate com a certeza da vitória. Este princípio foi formulado também por "Che" Guevara ao afirmar que "um princípio fundamental é que não se deve dar, de maneira alguma, batalha que não se ganhe, combate ou escaramuça que não se

[174] - Carl von Clausewitz, op. cit., Livro I, Cap. II, p. 93.

ganhe."[175] Cada combatente revolucionário é muito valioso, seu treinamento é extremamente especializado e normalmente em situação de clandestinidade, o que dificulta seu recrutamento. Por isso deve ser muito bem cuidado.

A guerra revolucionária é uma guerra de movimento em que se revezam passos defensivos e ofensivos desenhando uma "coreografia" bélica que se denominou *minuet*, por analogia com essa dança.[176] Esta característica exige evitar as posições fixas, inclusive os acampamentos guerrilheiros rurais, que devem estar sempre muito bem protegidos pelos acidentes geográficos e contar com planos para se mobilizar rapidamente para outro local previamente determinado, para com isto evitar o confronto quando descobertos pelo inimigo[177]. A chamada "guerra de posição" só pode ter sentido como estratégia, quando o "teatro de guerra" é substituído pela disputa eleitoral democrático-burguesa, onde a cada posição cultural hegemônica "conquistada" corresponde uma concessão política.[178] Na **guerra** revolucionária, dada a correlação de forças normalmente desvantajosa para o campo revolucionário, definir como estratégia o estabelecimento de posições defensivas fixas significa abandonar o objetivo da vitória e optar por uma morte inutilmente heróica. Não é

---

[175] - Ernesto "Che" Guevara. "Esencia de la lucha, estratégia y táctica guerrilleras". *Obras Completas*, ed. cit., Vol 1, p 42.

[176] - *Ibidem*, p 49.

[177] - Apenas em situações muito especiais, e sempre como fundamento *tático*, podem tomar-se posições fixas, por exemplo quando os acidentes geográficos garantam uma defesa tranqüila tornando o lugar inexpugnável. Vejamos a advertência de "Che": "Em primeiro lugar, apenas há posições elásticas, lugares específicos de onde não pode passar o inimigo e lugares de diversão do mesmo. Freqüentemente observamos a surpresa com que este nota que um avanço gradual, superando dificuldades facilmente, encontra-se de pronto ferreamente detido e não há possibilidades de seguir adiante. É que as posições defendidas pelos soldados guerrilheiros, quando conseguiram fazer um estudo aprofundado do terreno, são inexpugnáveis. Não se conta quantos soldados atacam senão quantos soldados podem defendê-la, e uma vez estabelecido esse número se defende contra um batalhão e quase sempre, para não dizer sempre, com êxito. Uma grande tarefa dos chefes é escolher adequadamente o momento e o lugar no qual uma posição será defendida até o final" *Ibidem*, pp. 50-51.

[178] - Aqueles que defendem a guerra de posições como estratégia revolucionária ou não entendem de estratégia ou não desejam a revolução.

por outro motivo que Carlos Marighela defendia enfaticamente que "Em momento algum a guerrilha brasileira deve defender áreas, territórios, regiões, ou qualquer base ou posição fixa."[179] A principal característica das insurreições vitoriosas é a sua mobilidade: morder aqui, ocupar lá, sabotar o sistema de comunicação do inimigo, retirar os combatentes ordenadamente e sumir nas entranhas do povo solidário e, quando o inimigo imaginar que tudo está retornando à normalidade, voltar a golpear, surpreendente e raivosamente, com fúria concentrada. Na medida em que as forças revolucionárias não tenham condições de alcançar a decisão, deve-se evitar que o inimigo a alcance adiando sistematicamente a batalha decisiva.

Do elemento da ofensiva como fundamento tático e momento culminante da insurreição é possível extrair algumas máximas para a ação: Aquele que faz parte de um processo insurrecional deve sentir que está permanentemente avançando na direção certa da conquista de suas reivindicações; sem subestimar o inimigo, deve ser consciente da sua força, da legitimidade de sua luta e da eficácia de seus golpes, infringindo sucessivas derrotas às forças da reação; deve saber do medo respeitoso que sua audácia e coragem despertam nas fileiras inimigas; deve palpitar a emoção de realizar uma missão que supera sua própria existência, de sentir a transcendência de ser o sujeito do destino de um povo e de colocar conscientemente sua mão na roda da história; deve sentir a potência demiúrgica de sua ação revolucionária; deve se sentir compensado pelo sacrifício de entregar, chegado o caso, até a própria vida. Mas *jamais deve imaginar que sua morte pode ser inútil*: a inutilidade da morte do revolucionário esvazia de significado sua vida e sua luta.

---

[179].- Carlos Marighela, "Sobre problemas y principios estratégicos", in *Acción Libertadora*, Paris, ed. François Maspero, 1970, p 30.

2) Oportunidade

O sentido da oportunidade para agir visando um futuro desejado é, como diria Aristóteles,[180] o que distingue o líder natural e o gênio guerreiro. Um exemplo de rendição incondicional à tirania da oportunidade foi dado por Agamenon, que entregou sua amada filha Ifigênia para ser sacrificada pelos sacerdotes, como condição para que soprassem os ventos sem os quais perderia a oportunidade propícia para atacar Tróia. Políbios também destacou a importância da oportunidade na sua obra:

> "Talvez em todos os assuntos humanos devêssemos regular cada um de nossos atos pela oportunidade, pois ela é mais poderosa que qualquer outro fator; isso é especialmente verdadeiro na guerra, pois é nesta que vemos a balança pender mais abruptamente de um lado para outro. Deixar de aproveitar as oportunidades é o maior dos erros."[181]

Para Maquiavel a oportunidade, junto com a fortuna e a *virtù*, constituíam o tripé que garantia e consolidava o êxito do príncipe. De pouco valem a sorte e a *virtù*, ou até mesmo o acúmulo de meios, se não se acerta na escolha da oportunidade para aplicar tudo isso na conquista dos objetivos: "como a sorte varia e os homens permanecem fiéis a seus caminhos, só conseguem ter êxito na medida em que tais caminhos se ajustam às circunstâncias."[182] A oportunidade é a compreensão histórica do momento vivido. É a sensibilidade do ator histórico para perceber a correta maturação dos acontecimentos para colher os frutos esperados.

---

[180].- Aristóteles diz que "quem é capaz de previsão com sua inteligência é um governante por natureza e um chefe natural". Ver deste autor *A Política*, L. I, 2, 1252 - a 30.

[181].- Políbios. *História*, Brasília, ed. UnB, 1985. Livro XXVII, p. 497.

[182].- Maquiavel. *O Príncipe*, op.cit., Cap. XXV, p. 129.

Uma das questões que preocupa o agente histórico, o ator político, é encontrar a fórmula que lhe permita determinar, com alguma pretensão de acerto, a oportunidade propícia, o momento histórico adequado para aplicar sua ação com êxito. Aproveitar a oportunidade é agir na situação em que nossas forças se encontrem na máxima potência e as do inimigo minimizadas, que nossa possibilidade de êxito seja quase absoluta e a de fracasso nula. Com o objetivo de aproveitar a oportunidade tentando aumentar as probabilidades de êxito, algumas máximas foram propostas: o que é bom para nós é ruim para nossos inimigos, e o que é bom para eles é péssimo para nós; devemos levar o combate para o terreno que é mais favorável a nossas forças e evitar aquele propício às forças do inimigo; procuraremos a decisão quando nosso inimigo preferir protelar, mas quando ele decidir atacar, o melhor para nós será postergar o combate.

Se é difícil determinar a oportunidade certa para entrar em combate com exércitos regulares, muito mais o será quando se trata de perceber a situação adequada para uma insurreição que envolve grandes movimentos de massas, normalmente heterogêneos e sem contornos definidos. A importância da determinação do momento propício para lançar a luta insurrecional revolucionária é dimensionada quando admitimos que a ofensiva permanente é o princípio fundamental da tática insurrecional. A necessidade de se manter permanentemente na ofensiva exige o máximo cuidado na eleição da situação em que o plano insurrecional deve ser executado, não apenas pensando no grau de desintegração das forças adversárias e de organização da massa revolucionária, mas fundamentalmente atento à fase ascendente do fervor revolucionário do povo, pois, como diz Humberto Ortega, um dos pecados mortais do movimento revolucionário consiste em tentar a "organização da insurreição armada durante a fase descendente do movimento

revolucionário das massas, e não durante a fase ascendente, ou seja, deixar passar o momento favorável."[183]

Quando a insurreição deixa de ser uma manifestação espontânea das massas, a percepção da maturação social, a determinação do momento exato em que a situação das tensões sociais fornece as condições objetivas para lançar a luta insurrecional com possibilidades de êxito, torna-se um elemento essencial da luta revolucionária. Daí a importância que os revolucionários passaram a dar a este elemento. Vejamos, por exemplo, o que afirma sobre isto John William Cooke:

> "As condições objetivas que demanda uma insurreição geral manifestam-se de uma maneira múltipla, mas podem ser sintetizadas em duas, a saber: a) quando a consciência insurrecional do Povo alcançou seu mais alto nível, isto é, quando não tem mais saída a não ser a insurreição; b) quando esse nível revolucionário popular ótimo coincide com um grau também ótimo de decomposição nas fileiras dos seus inimigos, isto é, quando a capacidade de resistência e de luta de seus adversários chega a seu grau mais baixo."[184]

3) Unidade de comando

A fisionomia heterogênea dos movimentos de massa faz com que o êxito da insurreição dependa da coordenação das operações dos diferentes agrupamentos que fazem parte dela. Muitas vezes a preparação da insurreição inclui a articulação de numerosas frentes, como a guerrilha rural, a guerrilha urbana, as milícias populares, o movimento sindical-operário, o movimento rural-camponês, o movimento estudantil, para o que é necessário um comando político-militar unificado. A

---

[183].- Humberto Ortega. Op.cit., p . 128.

[184].- John William Cooke, carta ao general Perón de Santiago de Chile, onde se encontrava exilado, de 28 de agosto de 1957, in Perón-Cooke, *Corespondencia* (dois tomos), Buenos Aires, Ediciones Parlamento, 1985, Tomo I, pp. 246-316, a citação é das pp. 306-7.

centralização decisória é crucial para garantir o êxito de operações combinadas que requeiram a participação de diferentes frentes. Não há possibilidade de consolidar um triunfo militar sem comando unificado. Às vezes até é possível que uma ou várias vitórias possam fazer acreditar no êxito definitivo da insurreição e, em função da aparente facilidade para percorrer o caminho para a vitória, levem, por excesso de confiança, a "baixar a guarda" descentralizando o comando. Nesse caso, pouco tempo terão os insurgentes para comemorar sua vitória, apenas o necessário para que as forças contra-revolucionárias se reorganizem e avancem a sangue e fogo sobre o povo desarmado e desmobilizado. Não foi outra coisa o que aconteceu na Espanha nos levantes municipalistas de 1873 "comandados" pelos anarquistas que, no momento de consolidar a revolução, em lugar de unificar as forças para realizar uma ofensiva geral com o objetivo de aniquilar as tropas reacionárias que se encontravam em debandada, decidiram colocar em prática seus princípios federalistas que, em termos de defesa, só podiam resultar em um desastre fatal para a revolução. Vejamos como Engels relata os acontecimentos:

> "...o mais importante era impedir a concentração da Guarda Civil, coisa só realizável pela passagem à ofensiva e pela ousadia de sair a campo aberto; (...) além disso, para triunfar não havia outra solução. Mas não. O federalismo dos intransigentes e do seu apêndice bakuninista consistia precisamente em que cada cidade atuasse por conta própria, declarando como fator capital a separação relativa das cidades restantes, em vez de colaboração com elas; isso arruinou qualquer possibilidade de ofensiva geral. O que na guerra camponesa alemã e nos levantes germânicos de 1848 foi um mal inevitável - a atomização e o isolamento das forças revolucionárias, graças aos quais as tropas do governo puderam esmagar uma rebelião após outra - foi proclamado na Espanha princípio da mais sublime sabedoria revolucionária. Bakunin pôde ter essa satisfação."[185]

---

[185] - F. Engels. "*Os bakuninistas em ação*" in MARX, ENGELS e LENIN, *Escritos Militares*, op. cit. p. 143.

4) Surpresa

A surpresa resulta da combinação de duas características: o sigilo e a rapidez.[186] Operar com o elemento surpresa implica em algumas complicações a serem consideradas, em primeiro lugar, a dificuldade de mobilizar grande número de efetivos sob essas duas condições exige operar com pequenos grupos de fácil deslocamento e em regime de clandestinidade; em segundo lugar, embora não seja impossivel, é muito difícil lograr a surpresa no nível político. Neste nível, as posições são claramente manifestas e se passa para o nível da violência física, normalmente, quando os recursos pacíficos foram esgotados. Dificilmente uma declaração de guerra surpreende. Entretanto, é no nível das operações táticas que a surpresa se mostra em toda sua eficácia. Como diz Clausewitz,

> "Na tática a surpresa encontra-se muito mais no seu elemento, pela razão muito natural de que os tempos e as distâncias são mais curtos. Portanto será mais factível, na estratégia, quando suas medidas se encontrem mais próximas ao campo da tática, e mais difícil quanto mais se aproximem ao domínio da política."[187]

A insurreição deve surpreender as forças reacionárias mas não o povo. Daí que este deva ser objeto de um trabalho político prévio de esclarecimento e preparação. Embora Lenin advirtisse que, "alguns meses de revolução educam os cidadãos com mais velocidade e mais a fundo que décadas inteiras de estancamento político"[188], ele colocava como uma das tarefas principais do partido essa educação preparatória das

---

[186].-K. Von Clausewitz. Op. cit., p. 234

[187].- *Ibidem*, p. 235

[188].- V. I. Lenin. "*Ejército revolucionario y gobierno revolucionario*" in *La cuestión militar y el trabajo político en las fuerzas armadas*, Buenos Aires, ed. Anteo, 1973, p. 13.

condições subjetivas para aproveitar o estalo revolucionário. A insurreição é apenas a manifestação explosiva de um longo processo preparatório na adversidade necessária da clandestinidade. "Não é a história de um dia - diz H. Ortega - mas, ao contrário, é fruto de uma preparação constante, por meses ou anos, produto de muitos esforços positivos e negativos à procura do golpe estratégico determinante."[189]

Para levar a cabo esta ação preparatória, normalmente são aproveitadas as próprias estruturas organizativas das massas, como os partidos políticos oposicionistas, os sindicatos não comprometidos com o regime, as estruturas de bairro, as associações, etc. Porém, o trabalho é desenvolvido sob a superfície, subrepticiamente por uma parte da organização insurrecional que atua e permanece na clandestinidade para não ser detectada pelo sistema de inteligência e informação da reação.

III.- O DISPOSITIVO INSURRECIONAL

O dispositivo insurrecional é a estrutura organizativa e operacional da insurreição. É a somatória e articulação de todas as forças socialmente operantes que intervêm positivamente no projeto insurrecional. Uma força será socialmente operante na medida em que um mínimo de articulação interna a torne um "vetor" adequado para expressar a vontade dos seus integrantes. Conforme a inserção social destes (trabalhadores, camponeses, intelectuais, estudantes, militares, etc.) ou a modalidade de expressão do grupo (greves, invasões, manifestações políticas, relações públicas, luta armada, etc.), as forças assumem uma característica

[189].- H. Ortega. op. cit., p. 122.

identificatória. Chamamos "frente" à organização de todas as forças que convergem pela identificação de sua característica. Assim poder-se-á falar de "frente sindical" fazendo referência à organização de todas as forças caracterizadas pela inserção laboral de seus integrantes, independentemente de sua manifestação, que poderá ser, conforme a conjuntura, reivindicatória, política, de relações públicas com os organismos internacionais, e até eventualmente militares. Como "frente política" podemos nos referir à organização das forças especificamente caracterizadas pela sua manifestação política, independentemente da extração social de seus militantes, que poderão ser intelectuais, trabalhadores, estudantes, camponeses, etc.

1) Estrutura do dispositivo insurrecional

A quantidade de frentes que atuam numa insurreição é muito variada, dependendo do grau de complexidade e organização política, sindical e social das massas sublevadas, por um lado, e das necessidades concretas da luta, por outro. A característica específica de cada frente, decorrente de sua inserção nas relações sociais de produção, é essencial na determinação de sua funcionalidade dentro do dispositivo insurrecional. A natureza de cada frente determinará o teatro de operações no qual realizará a tarefa que seja mais adequada, em função da disponibilidade e da capacidade de mobilizar seus meios e recursos.

A correta coordenação das frentes é o que dá ao dispositivo flexibilidade e mobilidade. A versatilidade das frentes e sua articulação operativa permite ao dispositivo estar presente em diferentes lugares, realizando ações de características muito diversas. Pode, sincronizando operações isoladas, distrair o aparato repressor, como pode, realizando-as todas simultaneamente com ampla distribuição territorial, dividi-lo e isolá-lo, mas também pode concentrar todas suas forças em um único golpe para causar grandes estragos ou uma derrota decisiva. Em condições de

inferioridade na relação de forças com um exército maior, Mao defendia a execução da "defensiva estratégica."[190] Resumidamente podemos dizer que se trata basicamente de "dar um passo atrás", induzir o inimigo à perseguição, esperar que o cansaço e a desmoralização tomem conta dele, escolher a unidade das tropas inimigas mais fraca ou com piores condições de travar combate, procurar um terreno propício para a batalha, concentrar as forças num movimento "retirada convergente", e contra-atacar por linhas interiores. Diz Mao: "o objetivo da retirada estratégica é conservar as forças militares e preparar a contra-ofensiva. A retirada é necessária porque não ceder um passo ante o ataque de um inimigo forte significa inevitavelmente por em perigo a existência das próprias forças."[191]

O dispositivo insurrecional pode estar presente de maneiras diferentes em muitos lugares simultaneamente. A frente partidária pode estar agindo politicamente no parlamento enquanto a frente camponesa organiza uma invasão de terra. A frente universitária pode estar realizando uma manifestação estudantil e panfleteando o centro administrativo do país, na mesma hora em que a frente sindical paralisa a produção através de greves. Um comando pode cortar a energia elétrica de uma região por meio de sabotagem nas redes de alimentação, no momento em que está sendo realizado um "panelaço" pelas donas de casa no centro comercial. A frente militar pode estar hostilizando uma delegacia de polícia com ações de milícias ou atacando um destacamento militar com o aparato guerrilheiro. A multiplicidade de características específicas fornece versatilidade ao acionar do dispositivo. A possibilidade de coordenar ações de naturezas muito diferentes nos lugares mais remotos do território lhe brinda, ao mesmo tempo, flexibilidade e coerência.

---

[190].- Mao Tzé Tung. *"Problemas de la guerra revolucionaria en China (diciembre de 1936)"* in *Selección de escritos militares*, Pekin, Ediciones en Lenguas Extranjeras, 1967.

[191].- *Ibidem*, p. 122-123.

Obviamente, a estrutura repressiva da classe dominante tentará, por todos os meios, evitar a soldadura dessas frentes.

A flexibilidade do dispositivo consiste em poder golpear no momento adequado, com o instrumento preciso, no local escolhido e com a força necessária. Com a multiplicidade de frentes e suas diversas especificidades, é possível escolher a hora e a modalidade do golpe, de maneira a procurar o máximo desgaste do aparato repressor com o mínimo risco para o dispositivo insurrecional. É possível combinar operações de forma a pressionar com uma frente, retirar do teatro de operações outra, resistir com uma terceira, pleitear juridicamente o reconhecimento nos organismos internacionais com uma quarta, desenvolver uma política de publicidade com uma quinta, etc. Todos estes são meios que dão maior consistência ao processo revolucionário-insurrecional.

2) Sistemas do dispositivo insurrecional

A coerência do acionar do dispositivo insurrecional é dada pela unidade da ação, pela comunicação, pela inteligência e pela capacidade de mando. A unidade da ação significa direcionar e concentrar o esforço de todas as frentes do dispositivo para satisfazer o fim estratégico, isto é, para realizar o objetivo político claramente determinado. Esta objetividade da ação, por sua vez, só é atingida pela centralização do comando e da decisão. Portanto, o vértice desse dispositivo, se dele se espera eficiência e eficácia, deve estar caracterizado pela univocidade decisória e a unidade de comando.

a) Comunicação e propaganda

As massas são facilmente influenciáveis pela propaganda, tanto positiva quanto negativamente, sua moral é muito sensível às circunstâncias da luta. Daí a

importância de reforçar seu caráter com a conscientização da clareza dos objetivos e das dificuldades emergentes de um confronto prolongado, pois a vitória não será o fruto de um dia, mas de uma longa jornada de luta. Pequenas vitórias iniciais, quando inteligentemente difundidas, dão coesão e força moral ao povo. Por outro lado, a ausência de êxitos ou o que é pior, uma seqüência de vitórias do inimigo, desmoralizam e desmobilizam as massas insurretas, que podem passar rapidamente a uma debandada desorganizada e a um incalculável recuo histórico.

A comunicação é o sistema linfático do dispositivo; ela leva as informações e ordens do centro à periferia e vice-versa. Pela situação de clandestinidade na qual normalmente se move o dispositivo insurrecional, a comunicação deve ser amplamente difundida, desenvolvendo meios caseiros de reprodução de informações, como imprensas manuais (cujas instruções para a construção e manejo devem ser simplificadas), tanto para o serviço de comunicação quanto para o exercício de propaganda e difusão. O que se procura com isto é agilidade para dar rápida resposta com autonomia no lugar que seja necessário, como, por exemplo, os boletins do comando sindical durante uma greve. Mas, por outro lado, para lograr o grau de coerência e unidade política, a comunicação deve ser centralizada. As vitórias de uma frente, as dificuldades de um comando, as negociações de uma greve, os resultados de um apoio internacional, o recuo do aparato da repressão das ruas, devem ser rapidamente divulgados, de forma periódica, para todas as frentes, o que seria impossível sem centralização. Essa divulgação, por sua vez, não pode nem deve ser isenta de análise política: todo e qualquer boletim informativo deve conter orientação política, pois esta facilitará a resolução dos problemas quotidianos periféricos em consonância com a objetividade da coordenação do dispositivo como um todo.

A comunicação pode ser oral ou escrita. No primeiro caso pode ser boca a boca, diretamente, por meio de sistema de rádio ou por meio de qualquer outro meio de telefonia ou comunicação eletrônica. Às vezes a comunicação é apenas visual, como quando por medidas de segurança o contato de controle se realiza apenas dessa maneira, onde determinadas cores de roupas ou a presença ou não de certos adornos (como óculos, chapéus, tênis, casaco, etc.) podem significar uma determinada mensagem. A comunicação oral é mais rápida, econômica e não deixa comprovantes que possam ser capturados e usados pelo inimigo. Por outro lado, ela pode induzir a erros e pode ser, no caso da utilização de rádio ou sistemas de telefonia, facilmente "furada" por escutas do inimigo.

A comunicação escrita pode ser expressa em bilhetes, notas, boletins, informes, jornais, etc. Seu aspecto positivo é a univocidade da informação, evitando possíveis equívocos, e a certeza da cadeia de comando e de responsabilidade. Mas oferece, em contrapartida, o risco de ser encontrada com o portador delatando-o frente às forças da repressão, como também de ser interceptada e alterada. Ainda assim, como diria Marighela, "o guerrilheiro urbano não pode renunciar a instalar a imprensa clandestina."[192] Os boletins, informes e jornais clandestinos têm como maior virtude uma ampla divulgação de informações, análises e "palavras de ordem" e, passando de mão em mão, criam o compromisso da cumplicidade entre o leitor e o dispositivo insurrecional, fortalecendo os laços entre as bases e a condução. Seu inconveniente reside no grande volume de material que representa e, conseqüentemente, as dificuldades para escondê-lo e distribuí-lo.

Uma questão importante no sistema de comunicação é a linguagem a ser utilizada. A composição heterogênea das frentes do dispositivo apresentam

---

[192] - Carlos Marighela. "*Minimanual del guerrillero urbano*" in *Acción Libertadora*, Paris, ed. François Maspero, 1970.

freqüentemente condições culturais muito diversificadas, determinando diferentes possibilidades para assimilar as informações. O fato de algumas destas terem que circular por todas as frentes, faz com que devam ser expressas numa linguagem facilmente compreensível e ao mesmo tempo esclarecedora para todos os níveis de militância. Nesses casos, deve-se procurar manter a linguagem o mais próximo possível do coloquial, abordando seu objeto de maneira clara e direta. A simplicidade da linguagem não significa superficialidade de análise, a mensagem pode convidar o leitor a se aprofundar na compreensão das causas estruturais dos problemas quotidianos que o afligem. Mas, por sua vez, essa linguagem funciona como ferramenta epistêmica dessa compreensão, apresentando, de maneira didática, aqueles conceitos que auxiliarão o militante na apreensão dos fenômenos político-sociais. Normalmente pretende-se que o militante nunca se sinta sozinho e desamparado frente as dificuldades da leitura, daí que a eventual dificuldade na análise dos problemas possa servir como incentivo para a reunião com seus companheiros para discuti-los em grupo.

Por outro lado, muitas informações circulam apenas em determinadas frentes. A especificidade tanto dos problemas quanto das metodologias de cada frente, obrigam a informes também específicos, contendo certo linguajar "técnico" correspondente. Assim, a frente sindical, por exemplo, precisará utilizar certos conceitos que, embora sejam muito conhecidos pelos integrantes dessa frente, podem resultar estranhos ou insignificantes para quem não pertença a ela. Por sua vez, expressões técnicas correntes no âmbito militar podem resultar familiares e necessárias para o exército revolucionário, mas totalmente incompreensíveis ou até chocantes na frente universitária. Daí que seja importante, para informações de circulação restrita, manter a linguagem técnica específica para a frente à qual se destina. Finalmente, quando o objeto visado é a propaganda, no qual a mensagem

não se limita nem a cada frente, nem apenas ao dispositivo, mas que procura atingir a maior parte da sociedade e, se possível, até países onde se procura solidariedade, a comunicação deve incorporar todo o desenvolvimento da tecnologia de *marketing*, o qual, sem desfigurar a fisionomia revolucionária do movimento, busca o efeito desejado.

b) Inteligência

O sistema de informação e inteligência representa o órgão sensível do dispositivo insurrecional. A vitória na guerra depende do grau de conhecimento das próprias forças, das forças e vulnerabilidades do inimigo e das características geográficas, climáticas e sociais do teatro onde serão desenvolvidas as operações. Como diz Mao. "Tudo o que esta fora de nossa consciência é realidade objetiva. Por conseguinte, o que devemos aprender e conhecer compreende tanto a situação do campo inimigo quanto a nossa, e os dois campos devem ser considerados como objeto de nosso estudo."[193] Sem esse conhecimento acurado, até um grande exército será inevitavelmente conduzido à derrota. Através do sistema de informação, a organização obtém todos os dados necessários para ter uma noção o mais exata possível do funcionamento do próprio dispositivo, do meio geográfico e psicossocial no qual ele deve agir, e das características do inimigo. A coordenação da insurreição deve atualizar permanentemente a informação do seu próprio dispositivo, pois em função deste conhecimento ela saberá o que é capaz de realizar e até que ponto pode resistir em cada momento da luta. Este aspecto também foi notado por Mao: "Numa operação militar, a direção e o ponto de assalto devem ser escolhidos tendo em conta

---

[193].- Mao Tzé Tung, "*Problemas estratégicos de la guerra revolucionaria en China*", in op. cit., p 95.

a situação do inimigo, o caráter do terreno e o estado de nossas forças no momento dado."[194] Com esse objetivo a coordenação insurrecional deverá dispor em qualquer momento de uma série de dados: número e situação das frentes; composição numérica e grau de compromisso com a causa dos seus integrantes; sua capacidade operativa e de resistência; a coesão moral dos quadros; situação financeira e administrativa de cada frente; detecção, controle, neutralização e eliminação de eventuais infiltrados; tipos de armas, quantidade e localização das mesmas; enraizamento de cada frente no seu meio; etc.

O reconhecimento do terreno é essencial para o êxito das operações. Tratando-se de guerrilha rural, por exemplo, o domínio do terreno e o aproveitamento dos seus acidentes pode fazer a diferença entre a vitória e a derrota. Os comandos guerrilheiros poderão sumir mimeticamente no meio, aparecer repentinamente para surpreender o inimigo em um acidente geográfico que lhe seja desfavorável, ou fixar uma posição para deter o avanço das tropas regulares.[195] No caso da guerrilha urbana, o conhecimento das ruas, dos prédios, dos terrenos baldios, da localização de fábricas, escolas, hospitais, etc., pode garantir a aproximação, o golpe e a retirada do objetivo visado. Uma mobilização estudantil ou uma manifestação de trabalhadores deverá contar com um bom conhecimento das principais vias de trânsito, os meios disponíveis na área para bloqueá-las se for o caso, meios de transportes para lograr uma rápida concentração, localização de praças, bosques, edifícios públicos, empresas estrangeiras, bancos, vias de acesso alternativas para uma eventual retirada do teatro, lugares previamente determinados para reordenar as forças no caso de que o confronto com o aparato policial exija uma retirada, antecipação dos lugares onde a repressão disporá seu aparato, etc. Na medida em

---

[194].- *Ibidem*, p 89.

[195].- Ver a este respeito de Ernesto "Che" Guevara, *Obras Completas*, Buenos Aires, Ediciones Metropolitanas, 1984.

que todos estes conhecimentos estejam em poder das lideranças, facilitarão o planejamento das operações com maior grau de previsão.

Além do conhecimento geográfico, a liderança deve conhecer a situação social da população no teatro de operações. Deve saber o grau de compromisso que a população da região tem com a causa da insurreição e a simpatia com seus métodos. O levantamento sobre a existência de populares simpatizantes com o regime situacionista ou de familiares de integrantes do aparato repressivo deve antecipar um bom planejamento das ações. De nada adianta uma manifestação de rua em um bairro de população sintonizada com o regime, pois apenas se conseguirá aumentar sua antipatia pela revolução e seus métodos. Muitas vezes é necessário uma preparação psicológica do teatro, uma operação prévia de esclarecimento político que ajude a compreender a necessidade da luta e a correção dos seus métodos e objetivos. A ausência dessa preparação, quando uma população é politicamente ignorante, pode ser fatal, como aconteceu com "Che" Guevara na Bolívia.[196]

Mas não basta ter um conhecimento acurado das próprias forças e do teatro de operações, é necessário também conhecer intimamente o inimigo, sua potência e suas vulnerabilidades, para evitar seus ataques e golpear onde mais dói, pois, como diz Mao, "Há pessoas que são capazes de se conhecer bem a si mesmos mas não a seu adversário; há outras com as quais acontece o contrário. Nem umas nem outras podem resolver os problemas de aprender e aplicar as leis da guerra."[197] São muitas as informações que podem ser obtidas, daí que seja necessário selecioná-las e classificá-las, pois é importante ter muita informação, mas o mais importante é que seja boa. Uma boa informação é aquela que, por um lado, fornece o conhecimento

[196].- "Che" reclamava que quando se dirigia aos camponeses bolivianos parecia estar falando com pedras. Ver de Ernesto "Che" Guevara, *Diario del "Che" em Bolivia*, Argentina, Ediciones Metropolitanas, 1984.

[197].- Mao Tzé Tung. Op. cit., p. 95.

de um fato que o inimigo se esforça por ocultar ou dissimular, seja relativo a sua força (preparação de um operativo repressivo, movimentação de tropas, realização de novas alianças políticas, obtenção de financiamento externo, lançamento de campanhas publicitárias, recebimento de reforço de armamentos ou tropas, etc.) ou a suas vulnerabilidades (reconhecimento de suas linhas de abastecimento, situação moral da tropa, insatisfação salarial da mesma, debilidade das alianças políticas, projeção da imagem nos organismos internacionais, falta de resposta para as necessidades básicas da população, ausência de canais de expressão política, etc.). Por outro lado, uma boa informação depende da confiabilidade da fonte informativa: a questão de quem é o informante e por que meios obteve as informações será decisiva para determinar a seriedade com que será classificada. Uma má informação pode induzir a cometer um erro operativo que conduza à derrota parcial ou total.

As informações sobre a situação do inimigo podem ser classificadas em três grandes grupos: políticas, sociais, e militares. O primeiro grupo classificará todas aquelas informações referidas à projeção política do inimigo, os critérios políticos que orientam suas decisões, sua estrutura e lutas internas pelo poder, a relação destas frações internas com o espectro político nacional, os "sinais" de algum destes grupos procurando um contato com a condução insurrecional, suas relações internacionais, o âmbito de alianças internas e internacionais, etc.

As informações classificadas como sociais são aquelas que procuram retratar a situação e as tendências da sociedade e sua relação com o regime. Conhecer o sentimento da população em relação a situação política, social e econômica é extremamente importante para determinar com precisão o momento exato da maturação da conjuntura para agir sobre ela com alguma probabilidade de êxito. O conhecimento das clivagens sociais, da capacidade de respostas das mesmas, do grau de insatisfação, do apoio ou reprovação ao governo, do grau de consciência política

e organizativa das camadas sociais é crucial para integrá-las organicamente ao dispositivo insurrecional. A sociedade, ou parte dela, não é apenas o teatro da insurreição, mas também sua legitimação e sua logística. A simpatia que os setores sociais tenham pela causa da insurreição os levará a colaborar com ela, seja participando ativamente de atos, manifestações, lutas de rua, etc., seja guardando material insurrecional como armas, documentos, imprensas, etc., como também alojando combatentes clandestinos nas suas casas e até emprestando estas para a construção de "cárceres populares". Saber que bairro é simpatizante e qual hostil pode significar a diferença entre a vida e a morte em caso de procurar proteção durante uma retirada.

As informações classificadas como militares representarão o levantamento de todos os dados disponíveis relativos ao aparelho militar e para-militar da repressão. Sua distribuição territorial, sua estrutura operativa, a condição do seu material bélico, as linhas de abastecimento, a estrutura logística, a localização dos quartéis, o estudo dos mesmos, etc.

c) Comando

A complexidade, estrutural, funcional e operativa do sistema de comando depende do número, variedade e relação das frentes, por um lado, e da especificidade da conjuntura e da situação concreta da luta por outro. Mas, fundamentalmente, o dispositivo insurrecional conta com um comando político, que dá unidade e direção política ao movimento; também com um comando militar para direcionar as forças sublevadas e, subordinando ambos, o comando supremo do dispositivo insurrecional, que é sempre um comando político-militar, que dá unidade política e direção militar a todo o movimento no seu caminho revolucionário. Como diz Lenin,

" O exército revolucionário é imprescindível, porque os grandes problemas históricos só podem se resolver pela força, e a organização da força é, na luta moderna, a organização militar (...) O governo revolucionário é necessário para dar unidade política e organização política à parte do povo levantada em armas. (...) a organização da direção política do povo é tão necessária como a direção militar de suas forças."[198]

[198] - V.I. Lenin. "*Ejército Revolucionario y Gobierno Revolucionario*", in op. cit., pp. 12-13.

CAPITULO IV

GUERRILHA E REVOLUÇÃO

I - A TEORIA DA GUERRILHA

Uma das formas de luta à que pode recorrer a guerra revolucionária é a tática de guerrilha. Porém, nem toda tática de guerrilha é uma guerra revolucionária.[199] As hostilidades de combatentes irregulares que na Espanha foram comandadas por "El Empecinado"[200] contra as tropas de invasão napoleônicas constituiam, metodológica e operacionalmente, uma tática de guerrilha, mas não configuravam um instrumento revolucionário, pois seu objetivo limitava-se a expulsar o invasor e repor a monarquia espanhola no governo. Os rápidos e fulminantes ataques de cavalaria que, comandados por Martin de Güemes, desconcertavam as tropas espanholas no norte argentino no começo do século XIX constituem outro claro exemplo de tática de guerrilha, porém seu objetivo não era revolucionário, mas apenas expulsar o Exército espanhol das terras americanas. O Exército Branco assumiu essa forma de luta para enfrentar o Exército Vermelho durante a guerra civil na Rússia, mas nem

---

[199].- Raymond Aron nota esta distinção na sua crítica ao general Beaufre e sua interpretação da guerra revolucionária. Ele baseia sua crítica, fundamentalmente, no fato de que Beaufre não distingue os níveis político, estratégico e tático, de maneira que, quando analisa a guerra revolucionária o faz a partir dos seus traços meramente táticos. Aron diz que, ao definir a guerra revolucionária, como a "luta de todo um povo." Beaufre está pensando no que Clausewitz chama de armamento do povo e agrega que "Resta dizer que se qualquer guerra revolucionária comporta o armamento do povo, esse, em compensação, não implica aquela." R. Aron. *Pensar a Guerra, Clausewitz*. Brasília, Ed. UnB, 1986, vol. 2, p. 311.

[200].- "El Empecinado" foi o nome de guerra de Juan Marin Diez, líder espanhol que aterrorizou os franceses no caminho que ia de Madri a Zaragoza. Na época, a guerra de guerrilhas na Espanha contava com mais de duzentas guerrilhas locais distribuidas pelas *Asturias, Aragón, Cataluña, Navarra, Castilla*, etc. Sobre a resistência espanhola à invasão napoleônica ver o esclarecedor trabalho de Manuel Moreno Alonso: *La generación española de 1808*, Madrid, Alianza Universidad, 1989.

por isso tornou-se revolucionário. Fulvio Attinà engana-se quando procura caracterizar a tática de guerrilha pelos seus objetivos, já que estes podem ser extraordinariamente variados. Talvez por desconhecer Clausewitz, este autor negligencia o fato de que toda guerra é, na sua natureza, política. Não se compreende que os objetivos do guerrilheiro sejam "mais políticos que militares". Os objetivos de toda guerra, da revolucionária inclusive, são determinados pela política. Ele diz que "os objetivos por ela [a guerrilha] perseguidos são mais políticos que militares. A destruição das instituições existentes e a emancipação social e política das populações são, de fato, os objetivos precípuos dos grupos que recorrem a este tipo de luta armada".[201] Por outro lado, não é a tática que define o tipo de guerra, mas a política que a comanda. Uma guerrilha será revolucionária se estiver a serviço de uma política revolucionária; será de libertação se a serviço de uma política anticolonialista; será religiosa se os motivos políticos que a comandam forem de ordem religioso, etc.

Se a guerrilha não carateriza em si mesma a guerra revolucionária, enquanto tipo especial de guerra ou como força auxiliar do exército regular, podemos rastreá-la desde épocas bem remotas. Apenas como um exemplo ilustrativo desta recorrência histórica, lembramos o ataque colossal de Aníbal que, com quarenta mil infantes, dez mil cavaleiros, além de trinta e sete elefantes encouraçados, cruzou os Alpes surpreendendo o poderio romano. Nada parecia poder deter o valor, a audácia e o gênio estratégico do general. Um a um os cônsules foram caindo ante a força imbatível do cartaginês, até que o cônsul Fábio pôs em prática uma nova tática. Com grupos pequenos de soldados acompanhou o avanço de Aníbal, vigiou suas tropas, aproveitou o desgarramento de parte do exército para atacar, bater e se retirar sem

---

[201].- Fulvio Attinà, verbete "*Guerrilha*" in N. Bobbio, N. Matteucci e G. Pasquino, *Dicionário de Política*, Brasilia, ed. UnB, 1986.

oferecer combate aberto. Cortou as linhas de abastecimento, levando as tropas de Aníbal ao esgotamento e à desmoralização. A execução dessa prática guerreira valeu a Fábio o cognome de "Escudo da República." Embora o sistema de luta empregado por Fábio tivesse sido bem-sucedido, para a cultura romana da época, caracterizada pelo espírito marcial e de conquista, a utilização de uma tática que recusasse o combate direto era considerada um ato de covardia inaceitável para as invencíveis legiões romanas. Como mostra de até que ponto as questões de ordem moral, cultural, histórica e política podem interferir nas decisões estratégicas, o exército romano considerou essa tática humilhante e decidiu erroneamente enfrentar de maneira direta, com suas legiões em formação regular, o exército cartaginês. Aníbal esperou as tropas romanas nas planícies de Cannes, onde montou uma engenhosa armadilha[202] habilmente preparada, na qual caiu o exército de Roma. Nessa famosa batalha, os romanos perderam mais de sessenta mil legionários.

II - A GUERRILHA COMO MITO

No livro *Da guerrilha ao socialismo: a revolução cubana,*[203] Florestan Fernandes[204] analisa um fato que galvanizou a juventude latino-americana na década dos 60 e que ele chamou de "espírito da guerrilha". Com efeito, nessa década e

---

[202].- A tática criada por Aníbal é amplamente conhecida como "batalha do cerco". O cartaginês dispôs seu exército em arco de círculo, conservando sua cavalaria de reserva. O exército romano, animado pela superioridade numérica (contava com 80.000 legionários) atacou pelo centro. Então as alas do dispositivo de Aníbal se fecharam sobre as legiões esmagando-as. Finalmente colocou a cavalaria para perseguir impiedosamente os legionários que fugiam apavorados pela carnificina.

[203].- Florestan Fernandes. *Da guerrilha ao socialismo: a revolução cubana*. SP, T.A. Queiroz, 1979.

[204].- A morte de Florestan Fernandes nos surprendeu quando estas páginas já tinham sido escritas. Ante a irreversibilidade daquele fato que retirou definitivamente das fileiras da esquerda um intelectual de uma conduta política irrepreensível, as críticas a ele dirigidas podem soar mesquinhas. Ainda assim decidimos deixá-las por considerá-las, do ponto de vista teórico, perfeitamente pertinentes. Caiba aqui nossa homengem ao incansável lutador das causas populares.

começo da seguinte a bandeira guerrilheira esteve presente na maior parte das manifestações de protesto nesse período, especialmente as estudantis, não apenas na América Latina, mas também nas ruas de Paris durante maio de 68. O "espírito da guerrilha" representou, até bem depois de desaparecida a figura do guerrilheiro, o próprio espírito da revolução. O assassinato de "Che" Guevara, durante sua prisão na Bolívia, mostrou ao mundo que o sacrifício sublime podia ser o passaporte universal da paixão revolucionária. Sua morte funcionou como um amplificador daquele espírito. Com ela, "Che" personificou esse espírito e sua imagem percorreu o mundo como símbolo universal do inconformismo. Sua heróica morte cristalizou o espírito revolucionário dessa época. Sem se referir diretamente a "Che", Florestan Fernandes constata que "a guerrilha e o guerrilheiro desapareceram, mas o *espírito da guerrilha* dura até hoje, identificando-se com o próprio *espírito da revolução cubana.*"[205]

A nosso ver, com o reconhecimento desse aspecto, Florestan Fernandes coloca o "espírito da guerrilha" para a revolução em uma relação análoga à que tem a "greve geral" para o socialismo em Sorel, isto é, a função de mito. Para Sorel, a greve é "o *mito* no qual o socialismo está contido por inteiro, ou seja, uma organização de imagens capazes de evocar instintivamente todos os sentimentos que correspondem às diversas manifestações da guerra travada pelo socialismo contra a sociedade moderna"[206]. Para este autor, o mito estabelece uma relação gnosiológica (fornece um certo conhecimento), mas não epistêmica (não reúne as caraterísticas do conhecimento científico), com uma totalidade de fatos, sentimentos, projetos, relações de força que seria impossível abarcar pela linguagem. O mito permitiria abordar de maneira intuitiva, numa síntese unitária, clara e indubitável, uma realidade extremamente complexa que, por isso mesmo, resultaria refratária à

---

[205].- *Ibidem*, p. 71.

[206].- George Sorel. *Reflexões sobre a violência*. SP, ed. Martins fontes, 1992, p. 146.

consideração científica. Por isso Sorel enfatiza o fato de que "É preciso recorrer a conjuntos de imagens capazes de evocar *em bloco e por mera intuição*, antes de toda análise reflexiva, a massa dos sentimentos que correspondem às diversas manifestações da guerra travada pelo socialismo contra a sociedade moderna."[207] Mas não devemos concluir que o mito, por ser um fenômeno puramente intuitivo, careça de toda e qualquer eficácia no mundo da ação. Pelo contrário, diferentemente da utopia, que para Sorel é apenas uma construção racional de um futuro a partir dos cascalhos do passado e enquanto tal reacionária, o mito é a construção de um futuro indeterminado no tempo, é a pura possibilidade que se abre à liberdade criadora da classe revolucionária. O mito forneceria unidade e coerência à ação revolucionária no presente. Nas palavras do autor:

> "Devemos julgar os mitos como meios de agir sobre o presente. Toda discussão sobre a maneira de aplicá-los materialmente no curso da história é desprovida de sentido. É apenas o conjunto do mito que importa; suas partes não oferecem interesse senão pelo relevo que dão à idéia contida na construção."[208]

Como um mito soreliano, o "espírito da guerrilha" percorreu o mundo. Por ser essencialmente sintético, ele permitiu o desenvolvimento da ação revolucionária sem necessidade de discutir, pelo menos em princípio, as questões teóricas relativas à revolução e ao socialismo. O mito propagou-se pela América Latina como o fogo na palha seca, despertando a vocação combativa e revolucionária da juventude através do voluntarismo. O mito teve um efeito mobilizador tão forte, e o comprometimento da militância conseguido através dele foi tão eficaz, que muitas considerações estratégicas sobre a revolução foram postergadas pelo mito da invencibilidade guerrilheira, as análises conjunturais foram atropeladas pelas "palavras de ordem", e

---

[207] - *Ibidem*, p. 141. Itálicos no original.

[208] - *Ibidem*, p. 145.

a *práxis* revolucionária foi substituída pelo "tarefismo combativo". Com uma única frase Carlos Marighela expressa a subordinação da teoria e da análise política com relação à ação: "Na organização revolucionária só há missões e tarefas a cumprir."[209] Contra esta posição, lembremos a nota editorial do número 9 da Revista Debate:

> "Medimos hoje claramente, de qualquer modo, aonde levam concepções do gênero 'um revolucionário se forma na prática', que sempre serviram para aprovar a passividade teórica e o empobrecimento do marxismo. Para muitos, ainda hoje, tudo se resolve com o apêlo à 'prática revolucionária' quando não à 'prática armada', sem que mesmo se perguntem se sua própria concepção de prática não seria profundamente idealista..."[210]

A ação assumiu tais dimensões que nunca foi tão repetida a máxima leninista de que "alguns meses de revolução educam os cidadãos com maior velocidade e mais a fundo que décadas inteiras de estancamento político,"[211] tentando encobrir com ela a improvisação irresponsável e esquecendo que Lenin já tinha advertido que,

> "Sem teoria revolucionária não pode haver também movimiento revolucionário. Nunca se insistirá demasiado nesta idéia numa altura em que a prédica em voga do oportunismo aparece acompanhada de uma atração pelas formas mais estreitas da actividade prática." (...) "*só um partido guiado por uma teoria de vanguarda pode desempenhar o papel de combate de vanguarda.*"[212]

---

[209].- Carlos Marighela. "Cuestiones de organización" in *Acción Libertadora*. Paris, ed. François Maspero, 1970, p. 41.

[210].- Revista *Debate. Problemas da revolução brasileira*, número 9, abril de 1972, p. 5. Publicado também no número 2 da revista *Teoria y práctica*, Santiago de Chile, dezembro 1972, p. 13.

[211].- V. I. Lenin. *La cuestión militar y el trabajo político en las Fuerzas Armadas*. Buenos Aires, ed. Anteo, 1973, p. 13.

[212].- V. I. Lenin, "*O que fazer?*", in Obras Escolhidas, ed. cit., Vol I, pp. 96-97. (enfatizado pelo autor).

Talvez aquela exigência pela ação voluntária, temperada pela urgência da hora e o calor dos combates, explique o fato de que a discussão crítica sobre o foquismo só tenha vindo a se realizar mais profunda e consistentemente depois que quase todos os movimentos revolucionários americanos tinham sucumbido ante os contundentes golpes das ditaduras.[213]

Se os mitos são proveitosos e até podem ser necessários para motivar a ação revolucionária, se não se tem presente o fato de serem construções puramente intuitivas, mas nunca epistêmicas, podem levar a graves equívocos quando transplantados ao terreno da análise. Vejamos em um caso concreto o que queremos indicar com esta advertência.

Para Florestan Fernandes, por exemplo, a guerrilha que sob o comando de Fidel Castro derrotou a ditadura de Fulgencio Batista em Cuba não apenas foi um instrumento de ação revolucionária, mas desenvolveu o próprio "espírito guerrilheiro" que, para este autor, "teria de inspirar um partido revolucionário criado depois da conquista do poder, e o que era mais complexo, deveria delimitar até onde chegaria a revolução cubana através do *novo Estado*, da *nova sociedade* e do *novo homem*."[214] Não é nosso propósito aqui avaliar a pertinência histórica desta apreciação, mas, do ponto de vista teórico, temos a impressão de que Florestan Fernandes está pensando na gênese de um "proto-Estado" (como ele mesmo o chama) a partir do desenvolvimento de uma de suas estruturas burocráticas: as Forças Armadas. Para abonar sua posição lembramos um exemplo histórico notável que vem em apoio a essa tese: é o caso do Estado prussiano que se forma em torno

---

[213] - Ver por exemplo o debate travado a respeito do foquismo e da política de massas pelos grupos de esquerda revolucionária no Brasil a partir dos anos 70, imortalizados na revista *Debate*. Feita na compreensível clandestinidade da hora, não constam referências de editorialização, assim como muitos dos autores escrevem, por razões óbvias, com pseudônimos.

[214] - Florestan Fernandes. Op. cit., p. 81. (Itálicos do autor).

do exército comandado por Frederico II. Para compreender este processo de geração do Estado a partir do desenvolvimento de uma de suas estruturas, podemos fazer uma analogia com a estrela de mar que a partir de um dos seus braços pode, através do brotamento, reconstituir a unidade. Do mesmo modo aconteceria, para Florestan Fernandes, com o Estado a partir da guerrilha. E o que há de melhor que a guerrilha, que para o autor é um proto-exército, para imaginar o desenvolvimento do Exército a partir dela, do proto-Estado a partir do Exército[215] e do Estado a partir do proto-Estado, completando a gênese *ex nihilo*, a partir do quase-nada, já que para ele o guerrilheiro *ainda não é político*?

---

[215] - Um pouco mais adiante (p. 85) ele fala de um "contra-estado" (sic), que seria o resultado da institucionalização crescente da organização legal e política guerrilheira e da imposição de uma certa ordem legal dentro do território libertado. Não concordamos com o conceito de "contra-Estado". Resulta-nos difícil compreender a idéia de um Estado dentro de outro, já que concordamos com a definição de Estado pelo exercício do monopólio legítimo da força. Ainda assim, se dentro de um Estado surgisse uma força que visasse pleitear esse monopólio, como é o caso de toda revolução e guerra civil, essa força, na medida em que fosse se institucionalizando, libertando territórios, impondo sua ordem neles, não constituiria um "contra-estado", mas uma organização com pretensões de se transformar em Estado. Outro ângulo para pensar esta questão é a partir da tese leninista exposta em "Sobre a dualidade de poderes" publicado originalmente no Pravda, 28, 9 de abril de 1917, e que Lenin desenvolve em *As tarefas do proletariado na nossa revolução*. Nos primeiros momentos da revolução de 1917, ele detecta uma situação que considera original na história: a existência de dois focos de poder, por um lado o Governo provisório, de corte burguês, que tem em suas mãos os órgãos de poder, por outro, um governo suplementar, dos Sovietes de operários e soldados, que não tem esse poder, mas que conta com a maioria do povo. Ambos se opõem entre si, mas isso não os torna um "contra-Estado", muito pelo contrário, ambos os poderes querem se apropriar dos aparelhos do Estado como um todo para executar suas políticas. Por isso Lenin diz que "esse "entrelaçamento" *não está em condições* de se agüentar muito tempo." ele seria apenas um momento transitório para a ditadura "pura" do proletariado, porque "num Estado - reconhece Lenin - *não podem existir* dois poderes. Um deles tem de ser reduzido a nada"(itálicos do autor). Só conseguimos imaginar a idéia de um "contra-estado" como uma organização que recuse absolutamente o uso da força, mas, uma organização assim, não seria caracterizada como política, e não apenas nunca chegaria ao *status* de Estado, como teria como inimigo fundamental toda organização estatal, e nunca, enquanto tal, poderia participar de uma guerra ou uma revolução. Lembremos que para C. Schmitt "o político não desaparece do mundo pelo fato de que um povo não tenha já a força e a vontade de se manter na esfera do 'político': desaparece simplesmente um povo débil" in *El concepto de lo político*, Buenos. Aires, Folio Ediciones, 1984, p. 49. Consideramos que o conceito de "contra-estado" é errado. Talvez o autor estivesse pensando em "um Estado contra", o que, para acontecer no mesmo território já seria problemático.

Talvez entusiasmado por esta interpretação "genética" da guerra revolucionária em Cuba, nosso autor ousa inverter a fórmula clausewitziana parafraseando: "a política seria, sem jogo de palavras, um prolongamento da guerrilha por outros meios."[216] Possivelmente por acreditar na verdade desta aberração político-estratégica, ou ignorando o significado do conteúdo da mesma, pode pensar que este fenômeno (do desenvolvimento do Estado a partir da guerrilha) "...nos põe diretamente diante do nascimento do guerrilheiro como *homem político*."[217] Mas, nos perguntamos, qual seria, para Florestan Fernandes, a essência desse guerrilheiro antes de nascer como homem político? Por que lutava e por que morria antes de ser político? Sua própria atividade bélica não implica um inimigo a quem combate? Mas o fato de combater esse inimigo não pressupõe a decisão prévia entre "amigo" e "inimigo" que constitui a caraterística essencial do político? Ninguém inverte a fórmula clausewitziana impunemente.[218] No caso de Florestan Fernandes, achamos que ele perdeu de vista o verdadeiro desabrochar que estava acontecendo ante seus próprios olhos: o nascimento do homem político como guerrilheiro, isto é, *a canalização da violência política pela via armada*.

A afirmação de que do guerrilheiro nascera o político - cuja relevância antropológica ignoramos - é insustentável do ponto de vista da política. Ela pressupõe não apenas a autonomia da esfera estratégica com respeito à esfera política, mas sua anterioridade. Finalmente, a politicidade do guerrilheiro não pode ser apenas um aditamento que se conquista em alguma fase do desenvolvimento da

---

[216].- *Ibidem*, p. 81.

[217].- *Ibidem*, p. 82. (Itálicos do autor).

[218].- Veja-se de R. Aron, *Pensar a Guerra, Clausewitz: a era européia*, vol. I, op.cit. Especialmente o capítulo IV, 2.-, e a nota XXIX, onde afirma que "A inversão da fórmula, freqüente em nossa época, supõe ou que utilizamos a violência em tempos de paz - o que é incompatível com o pensamento de Clausewitz - ou que visamos os mesmos fins em tempos de paz ou em tempo de guerra - o que não sugere uma política de conquista" (p. 395).

guerra, já que é precisamente o forte conteúdo político de sua ação que o caracteriza definicionalmente. Como diz "Che" Guevara,

> "Temos que chegar à conclusão inevitável de que o guerrilheiro é um reformador social, que toma as armas respondendo ao protesto airado do povo contra o seus opressores e que luta para mudar o regime social que mantém a todos os seus irmãos desarmados no opróbio e na miséria."[219]

Florestan Fernandes parece ter sido obnubilado pelo mito da invencivilidade da guerrilha. Ele transformou a guerrilha, que é uma tática de guerra e que, enquanto tal *pode* ser instrumento da ação revolucionária, em princípio estratégico e fundamento político da revolução. Raymond Aron poderia estar pensando no nosso autor quando disse que: "Mais uma vez, os teóricos voltavam à sua eterna aberração: transfigurar uma forma geométrica, uma manobra estratégica ou um procedimento tático em uma verdade geral."[220]

III - CARACTERIZAÇÃO DEFINICIONAL

Na sua *Teoria do Guerrilheiro,*[221] Carl Schmitt tenta precisar alguns critérios e caraterísticas distintivos com o intento de apreender definicionalmente o conceito de "guerrilheiro." Para este autor, quatro são as principais caraterísticas que definem a singularidade deste tipo de combatente: a irregularidade, a mobilidade, o intenso compromisso político e o caráter telúrico. Seguiremos, em princípio, esta caracterização, mas sem nos comprometer com os conteúdos propostos pelo autor.

---

[219] - Ernesto "Che" Guevara, "*La esencia de la lucha, estrategia y táctica guerrilleiras*", in *Obras Completas*, Buenos Aires, Ediciones Metropolitanas, 1984, vol I, p. 40.

[220] - Raymond Aron. *Pensar a Guerra: Clausewitz*, vol. II, op.cit., p. 193.

[221] - Carl Schmitt. "*Teoria del Partisano*" in *El concepto de lo politico*. Buenos Aires, Folios Ediciones, 1984.

Tentaremos verter, em cada item proposto por C. Schmitt, além do que deste achemos que devemos conservar, os resultados de outras leituras e reflexões.

Façamos inicialmente uma reflexão geral sobre o seu trabalho. Talvez pela sua formação jurídica, C. Schmitt fique preso a um tipo de análise basicamente legalista da guerrilha. Porém, como ele não distingue conceitualmente guerra de libertação de guerra revolucionária, tampouco chega a compreender as diferentes relações que uma e outra mantém com a ordem legal vigente. A guerra revolucionária não combate apenas o exército e o domínio político da classe no poder, mas também a ordem jurídica que fundamenta e dá suporte à mesma. Como o direito internacional é o resíduo jurídico do reacomodamento político das forças vitoriosas da guerra imperialista, os conceitos emanados dessa ordem jurídica, como os de legal e ilegal, quando aplicados à guerra revolucionária, perdem completamente o sentido. Por isso, achamos que a ilegalidade que C. Schmitt predica da guerrilha não é uma característica intrínseca da mesma, mas um enquadramento legalista externo a ela imputado de um ponto de vista juridicamente definido.

Por outro lado, como R. Aron já tinha observado,[222] as quatro características não respondem à mesma ordem de coisas. Com efeito, a irregularidade e a mobilidade são caraterísticas táticas da guerrilha que se apresentam freqüentemente ligadas quando não indissociáveis: "A mobilidade - diz R. Aron - não implica irregularidade, mas esta última implica aquela: combatentes sem uniforme, sem formação, sem enquadramento, agem por surpresa e não sustentam por muito tempo o combate com uma tropa regular."[223] Em contrapartida, os outros dois elementos - o engajamento político e o caráter telúrico - às vezes apresentam-se como excludentes. O elemento telúrico explica o ingresso do combatente na guerrilha como forma de

[222] - Raymond Aron. Op.cit., vol. II, cap. V, 4.

[223] - *Ibidem*, pp. 198-9.

defender sua própria terra. O engajamento político supera essa instância e fornece um horizonte mais amplo à luta ao apontar uma causa universal como motivadora de sua ação: "nada se parece menos ao participante telúrico do *maquis* do que "Che" Guevara ou Régis Debray. De um lado, o camponês em seu campo, do outro, o intelectual vindo das cidades, revolucionário profissional."[224]

1 - Irregularidade

Analisada do ponto de vista técnico, podemos dizer que a tática de guerrilha é uma forma armada não regular, isto é, uma estrutura armada que deliberadamente não possui nenhuma das características identificadoras que tanto a convenção de La Haya quanto a convenção de Genebra exigem do exército regular, como uniforme reconhecido, exibição ostensiva do armamento, bandeiras identificatórias, hierarquia rígida, reconhecimento internacional (muitas vezes nem sequer o exército legal reconhece sua condição de exército),[225] e que por isso mesmo apresenta uma metodologia também diferente das tropas regulares.

Como a tática de guerrilha é caraterizada por uma forma "irregular" de guerra, ela se constitui definicionalmente como a negação da guerra regular. Daí que ela possa ser ancorada historicamente na existência do exército regular, isto é, no exército moderno como hoje é entendido. Portanto, embora todos reconheçam que a tática de guerrilha é tão antiga quanto a própria guerra, poder-se-ia datar a sua origem, enquanto exército irregular e por contraste definicional com o exército

---

[224] - *Ibidem*, p. 199.

[225] - A Junta de Governo militar que comandou a Argentina durante a última ditadura recusou-se sistematicamente a reconhecer a condição de exército guerrilheiro ou, ao menos, de parte beligerante, aos grupos que operavam no território nacional. Muito pelo contrário, eles eram caracterizados como delinqüentes comuns que "roban y matan", como "sediciosos" ou "terroristas". Por sua vez, o *Ejército Revolucionario del Pueblo* (ERP) intentou infrutuosamente o reconhecimento internacional na corte de Genebra de sua condição de parte beligerante.

regular, a partir da resistência armada e não regular ao exército moderno, ao exército napoleônico, pois é a partir do exército republicano francês que os exércitos assumem as características de regularidade e modernidade que tentamos apontar. Daí a consideração definitória de C. Schmitt,

> "O guerrilheiro combate como irregular. O conceito de combate regular e irregular depende, entretanto, de uma clara definição de "regular" e entra apenas nas modernas formas de organização bélica, surgidas nas guerras que se seguiram à Revolução Francesa, sua antítese real e por isso mesmo sua verdadeira definição."[226]

1.a - Ilegalidade

A primeira característica, em parte decorrente do dito anteriormente e em alguns casos considerada a mesma, é a ilegalidade própria da tática de guerrilha. Todavia, nela, podemos detectar duas fontes desta característica: uma pelos meios e a outra pelos fins. O primeiro caráter de ilegalidade, o decorrente dos meios utilizados por esta forma de luta, é o que caracteriza o guerrilheiro como um "*fora* da lei." O segundo decorre do objetivo declarado e óbvio[227] de quebrar a ordem institucional vigente que o declara como um "*contra* a lei". Analisemos separadamente estas duas ordens de ilegalidade.

Há uma característica de ilegalidade, pela utilização de certos meios, que é predicada da ação da guerrilha e que decorre da característica apontada acima, a saber, da irregularidade. Como vimos, o guerrilheiro não leva bandeiras, nem

---

[226] - C. Schmitt. Op.cit., p. 114.

[227] - Dizemos aqui que esse objetivo é "óbvio" pelo fato de que a essência da guerrilha constitui, de *per si*, uma reação contra o monopólio estatal da violência, uma disputa desse monopólio. Mas o objetivo desse confronto militar não é compartilhar a fonte de poder desse monopólio, mas dele se apropriar. O sentido de tomá-lo é impor uma nova ordem institucional. Com efeito, se fosse para manter a ordem institucional estabelecida não precisaria disputar o monopólio da violência, apenas ajudaria a mantê-lo e desse modo garantiria a permanência da ordem. Quem disputa esse monopólio quer quebrar a ordem institucional.

distintivos, nem uniformes, nem armamento à vista. Ele se esconde entre a população civil, aparece para golpear e se ocultar novamente no povo, não estabelece frente de combate, isto é, não assume nenhum dos comportamentos exigidos de um combatente regular, daí a característica de irregularidade. Concomitantemente a esse sentido de irregularidade há outro: o guerrilheiro combate como irregular no sentido de não se submeter a nenhuma das legislações vigentes que regulam os conflitos bélicos.

Aqui é necessário fazer uma distinção entre formações de combatentes irregulares, mas com um significado bélico totalmente diferente. Referimo-nos à diferença entre o guerrilheiro da resistência, que combate contra o exército de um Estado estrangeiro invasor, e o guerrilheiro revolucionário, que combate contra o inimigo de classe e sua ordem legal. Quase toda a legislação internacional sobre o direito de guerra, especialmente o regulamento de La Haya de 18 de outubro de 1907 e os resultados das convenções de Genebra de 12 de agosto de 1949, que tratam particularmente dos combatentes irregulares, refere-se exclusivamente ao combatente do primeiro tipo, isto é, ao guerrilheiro de resistência. Mas entre as duas convenções o *status* do guerrilheiro é essencialmente alterado. O regulamento de La Haya tinha colocado as milícias e os corpos de voluntários no mesmo plano que as Forças Armadas regulares, outorgando àqueles os mesmos direitos e prerrogativas que a estas. A partir das convenções genebrinas, o exército invasor tem o direito de estabelecer disposições à polícia local para manter a ordem e reprimir as ações dos irregulares e, como observa C. Schmitt, "o guerrilheiro neste sentido não goza dos direitos do combatente; é um criminoso comum e pode ser enquadrado com procedimentos sumários e medidas repressivas."[228]

---

[228] - C. Schmitt. Op. cit., p. 130.

Assim, o combatente irregular é considerado também um ilegal e é nesse sentido que a caracterização regular/irregular se funde na nossa época com a caracterização legal/ilegal. Na tensão entre a legalidade e a ilegalidade, ao guerrilheiro só resta atuar sabendo-se desamparado, no sentido de lutar por sua própria conta e risco. Com efeito, em principio[229] ele não tem por trás de si um Estado que possa defendê-lo, reclamando juridicamente para ele as mesmas prerrogativas de que goza o combatente regular/legal. Ele aceita a ordem legal institucional, apenas luta contra o invasor, mas este exerce seu domínio através daquela. Daí a encruzilhada do guerrilheiro que deve lutar pela manutenção da ordem e contra aquele que a impõe. O inimigo pode enquadrá-lo como criminoso dentro da ordem legal que o próprio guerrilheiro aceita. Por isso C. Schmitt diz que "Ele arrisca não apenas sua vida, como todo combatente regular; sabe, e tudo para ele depende deste fato, que o inimigo o considera fora de todo direito, honra e legalidade."[230]

Uma atitude totalmente oposta a esta é a assumida pelo guerrilheiro revolucionário que parte da caracterização do poder político de seu inimigo como ilegítimo, independentemente de estar no comando da ordem jurídica institucional enquanto invasor ou classe dominante. O combatente revolucionário, como observou C. Schmitt, "declara o inimigo um criminoso e considera um engano ideológico todas as convicções do inimigo sobre o direito, a lei e a honra."[231] O guerrilheiro

---

[229].- Dizemos "em principio" porque esta simplificação analítica, que considera o guerrilheiro na sua "forma pura" como jurídica e politicamente isolado, dificilmente se constata na realidade empírica. A história mostra que geralmente existe um "terceiro interessado" (quase sempre um Estado, mas pode ser um partido político, religioso ou étnico, ou ainda uma tendência sindical internacional, etc.) que não apenas o apóia politicamente e defende juridicamente, mas que também muitas vezes financia, arma, treina e organiza os guerrilheiros. Assim aconteceu com os guerrilheiro da OLP, apoiados pelo Irã, Iraque, Síria, Líbia; os guerrilheiros da Frente Sandinista na Nicarágua, apoiados por Cuba, e tantos outros grupos armados.

[230].- Carl Schmitt, op. cit., p. 135.

[231].- *Ibidem*, p. 135.

revolucionário combate não apenas o inimigo que ostenta o poder de executar a ordem jurídica institucional, mas também e fundamentalmente essa própria ordem. Esta atitude caracteriza o combatente revolucionário como ilegal no segundo sentido - como combatente *contra* a ordem legal, e, enquanto tal, um ilegal:

> "O guerrilheiro moderno não espera do inimigo nem direito nem piedade. Ele se coloca fora da inimizade convencional da guerra controlada e circunscrita, transferindo-se a outra dimensão: a da inimizade real que, mediante o terror e as medidas antiterroristas, cresce continuamente até a destruição recíproca."[232]

A própria existência da guerrilha, na medida em que seja revolucionária, manifesta sua oposição violenta ao regime legal vigente. O guerrilheiro é revolucionário na medida em que se insurge contra a legalidade burguesa. Seu confronto com o regime pela via armada é a expressão da luta pelo monopólio da violência definidora do Estado. Essa luta se faz necessária na medida em que é esse monopólio da violência que sustenta e garante a ordem legal dentro de um determinado território. Quem deseja a manutenção da ordem legal procurará reforçar o monopólio da violência e não sua derrocada. Referindo-se ao guerrilheiro, "Che" Guevara diz que ele "se lança contra as condições especiais da institucionalidade de um momento dado e dedica-se a quebrar, com todo o vigor que as circunstâncias permitem, os moldes dessa institucionalidade."[233]

O fato do guerrilheiro revolucionário ser um combatente contra a lei vigente lhe fornece uma característica de ilegalidade, o que não significa que o revolucionário proponha uma "a-legalidade." De fato, na substituição do Estado opressor no exercício do monopólio da violência, o governo revolucionário instalará

---

[232] - *Ibidem*, p. 120.

[233] - Ernesto "Che" Guevara. *Obras Completas*. Op.cit., vol. I, p. 40.

uma ditadura, a ditadura dos oprimidos, a "ditadura do proletariado", diria Marx para o caso da luta de classes. Essa ditadura, a partir do momento em que se instala, significa a implosão do sistema legal vigente, o que não significa o fim de toda ordem jurídica. A manifestação da ditadura é a instauração de uma ordem, não legal, mas sim jurídica, a partir de um processo decisionista.[234] Na medida em que decide, a ditadura ordena, na medida em que ordena, cria jurisprudência. Mas para criar as condições de possibilidade deste novo ordenamento jurídico revolucionário, deverá combater para derrotar as forças que mantêm a ordem anterior. Como essa ordem é uma ordem legal, o guerrilheiro revolucionário pode ser considerado um ilegal, mas apenas no sentido de ser *contra* a ordem legal e não por ser um mero contraventor da lei.

2 - O intenso compromisso político

A guerrilha é um meio para lograr um fim, e, como diria "Che" Guevara, "Esse fim, indispensável, inelutável para todo revolucionário, *é a conquista do poder político*"[235]. Esse fim é que determina que o meio, comum aos grupos de bandoleiros, não caracteriza, no caso do guerrilheiro, uma atividade criminosa. Com efeito, se analisarmos o modo de operar de Empecinado no seu confronto com as tropas napoleônicas, veremos que pouco ou nada diferia das técnicas utilizadas naquele momento pelos grupos de marginais conhecidos como "*asaltantes del camino*". Estes eram grupos de delinqüentes que se mantinham à espreita nos caminhos da montanha para emboscar as caravanas que passavam pelo "seu" território. A única (porém essencial) diferença entre o tipo de ação dos grupos de guerrilheiros e o dos grupos de delinqüentes - diferença muito sutil, mas que do ponto de vista

---

[234] - A Ditadura é a ferramenta de classe dos explorados para quebrar a ordem legal vigente, ainda assim, quebrar essa ordem legal não significa acabar com toda ordem, pois o próprio exercício da decisão cria uma ordem.

[235] - "Che" Guevara, "Guerra de guerrillas: un método", op.cit., p. 203.

definicional e político distingue perfeitamente ambos - é que o primeiro grupo justifica sua ação por motivos políticos, enquanto que o segundo pelo ânimo do lucro fácil. Apenas a formulação explícita do objetivo e a justificativa da ação, em um caso a tomada do poder e no outro o roubo, compõem dois campos irreconciliáveis: o político e o delitivo, respectivamente.

Este é um aspecto diferenciador que Carlos Marighela parece não ter percebido. Com efeito, quando procurava um fundamento para diferenciar conceitualmente entre a forma de luta da guerrilha e o acionar do banditismo, limitou-se a uma caraterização ingênua pelo alvo da violência de ambos: "Esta forma de luta armada dos revolucionários assemelha-se inevitavelmente às formas de luta de bandidos, mas a diferença fundamental entre uma e a outra é que os revolucionários jamais expropriam os trabalhadores e pessoas simples do povo."[236] Esta afirmação pode ser totalmente verdadeira do ponto de vista histórico, possivelmente necessária para efeito de propaganda entre os trabalhadores e pessoas simples do povo, mas é totalmente insuficiente do ponto de vista definicional. Ela não resistiria à mais elementar análise. Poderíamos, como exemplo, contrapor a este argumento diferenciador a situação atual do crime organizado no Rio de Janeiro.[237] Neste caso verifica-se que a organização criminosa substitui o Estado falido na imposição de uma ordem nas favelas, e que procura pagar a aceitação de sua autoridade de mando com serviços sociais básicos, favores e proteção à população, evitando contrariar os interesses da mesma. Poder-se-ia dizer que, com este tipo de ação, os grupos de delinqüentes armados "jamais expropriam os trabalhadores e

---

[236].- Carlos Marighela. *Acción Libertadora*, Paris, ed. François Maspero,1970, p. 58.

[237].- Tivemos, nos últimos tempos, diversas oportunidades de analisar e discutir o caso do crime organizado nas favelas da cidade de Rio de Janeiro. Acreditamos, entretanto, que não é este o lugar para discutir a questão. Para conhecer nossa visão sobre este particular remetemos aos artigos "Cadê a política nessa guerra?", jornal *O Estado de S. Paulo*, 08-12-94, p. 2, e "Muito a perder, nada a ganhar" jornal *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 16-01-95, p. 2.

pessoas simples do povo," mas nem por isso deixam de ser delinqüentes passando a ser revolucionários. No sistema jurídico burguês, a inserção social da vítima não afeta a natureza do crime.

É a ausência de objetivos políticos - concretamente o desinteresse pela tomada do poder para concretizar projetos políticos ou a instrumentalização daquele com objetivos meramente criminais - e não a seleção de suas vítimas, que os desqualifica como grupos revolucionários. Portanto, deve-se distinguir claramente o combatente da guerrilha revolucionária do "soldado" dos bandos armados do crime organizado, não pelo *modus operandi* (que nos dois casos pode ser o mesmo, isto é, a tática de guerrilha), mas porque este último, pela determinação de seu objetivo, caracteriza sua natureza como delitiva. Por outro lado, está o exemplo do grupo guerrilheiro revolucionário "Sendero Luminoso," que impõe sua autoridade nas zonas que controla através da violência e do terror sobre as populações locais, expropriando a produção dos camponeses pobres e chegando à execução sumária no caso de compactuarem com a repressão, sem por isso se transformar em bando de criminosos. Ainda assim, com esse tipo de ação contradizem um princípio revolucionário de fundamental importância, como ensina "Che" Guevara: "A conduta com a população civil deve estar regrada por um grande respeito a todas as tradições e normas da gente da região, para ir a uma demonstração efetiva, com os fatos, da superioridade moral do soldado guerrilheiro sobre o soldado opressor."[238] Por sua vez, a relação que o grupo senderista mantém com o narcotráfico é de prestação de serviços de "proteção" em troca do financiamento da revolução senderista. Os objetivos políticos do grupo guerrilheiro, neste caso, não se subordinam aos objetivos dos narcotraficantes, mas pelo contrário, os interesses destes últimos é que se submetem aos desígnios políticos daqueles, mantendo o

[238] - "Che" Guevara. Op.cit., p. 55.

acionar do guerrilheiro peruano na esfera do político. No caso da guerrilha colombiana, esta distinção não é tão nítida e em alguns casos se perdeu definitivamente.

A existência de uma intencionalidade política na guerrilha revolucionária abre um abismo conceitual intransponível entre ela e a delinqüência, o que leva Aron a afirmar que: "A pequena guerra dos guerrilheiros não equivale ao banditismo, mesmo que ela se lhe assemelhe no início ou no fim."[239] Por esse motivo os grupos de bandoleiros, quando pegos pelas tropas regulares são aprisionados como qualquer ladrão, mas os guerrilheiros, nas mesmas condições, são sumariamente executados. Sua morte não se lhes impõe por serem mais cruéis ou mais terríveis que os delinqüentes, mas por colocar essa tecnologia da violência a serviço de uma causa política. "Este caráter intenso do guerrilheiro deve ser tido muito em conta - diz C. Schmitt -, justamente porque permite distingui-lo do delinqüente comum e do ladrão, que são impulsionados pelo único fim do lucro pessoal."[240]

3 - Mobilidade tática

Desde o começo da história da guerra, a formação das guerrilhas se caracterizou por ser constituída por tropas de grande mobilidade tática. Diferentemente do exército regular que deve considerar cada um dos seus passos em função da capacidade da linha de abastecimentos e das facilidades do terreno para dispor a tropa, o guerrilheiro se caracteriza pelo mínimo de apetrechos bélicos, o que lhe permite uma grande mobilidade. Ele pode, quando menos se espera, irromper abruptamente no meio das fileiras inimigas, provocar o caos pela sua ferocidade e surpresa e novamente sumir, acobertado pelo nevoeiro bélico, sem deixar rastros

---

[239] - Raymond Aron. Op.cit., p. 250.

[240] - Carl Schmitt. "*Teoria del Partisano*", op.cit., p. 123.

atrás de si. Não precisa de grandes estradas para se locomover, nem de grandes acampamentos para descansar, nem de grandes linhas de abastecimento para comer. A selva, o monte e a montanha são o cenário que supre todas as necessidades do guerrilheiro. O guerrilheiro deve estar preparado física e moralmente para retirar seu sustento do meio que escolheu para à luta.

Os guerrilheiros vietnamitas, pertencentes ao Exército Popular Vietminh, contavam com uma estrutura organizativa que proporcionava grande mobilidade sem perder eficiência no cumprimento das ordens. A célula ternária era para eles a unidade básica de comando e de combate. Um conjunto de três grupos, por sua vez, formavam o grupo de assalto. A seção estava constituída por três grupos, tendo cada um deles um chefe. Esta estrutura facilitava a repartição de tarefas, mantinha de maneira exemplar o princípio de flexibilidade e mobilidade, e, sob o fogo inimigo, permitia uma dispersão mais eficaz.[241]

Para "Che" Guevara esta característica era de importância crucial para o desenvolvimento da guerrilha. Ela lhe fornecia grande versatilidade de movimento, permitindo compensar a sua baixa potência de tiro em relação ao Exército regular:

> "Característica fundamental de uma guerrilha é a mobilidade, o que lhe permite estar em poucos minutos longe do teatro específico da ação e em poucas horas longe da região mesma, se for o caso, que lhe permite mudar constantemente de frente e evitar qualquer tipo de cerco."[242]

---

[241] - Ver de Le Duan, *La Revolución Vietnamita*. Buenos Aires, ed. La Rosa Blindada, 1971.

[242] - "Che" Guevara. Op.cit., vol. I, p 48.

4 - Caráter telúrico

Desde o Empecinado, a guerrilha tem sido um tipo especial de guerra que, sem prejuízo de sua grande mobilidade, caracterizou-se por ser defensiva. O objetivo fundamental do guerrilheiro consistia em defender sua terra do inimigo invasor. O apelo à defesa territorial é da maior eficácia motivacional. Com a distribuição de terras, a Revolução Francesa criou um vínculo entre o camponês e o governo revolucionário: a pátria. A defesa da pátria tinha agora para o camponês um sentido muito mais claro, era a defesa de sua própria terra. A eventualidade de uma invasão das monarquias européias, levou-o a lutar longe de sua terra, mas a pátria, como abstração, o remetia permanentemente àquela. A guerrilha espanhola de resistência ao invasor francês articulou-se quando o exército regular já tinha sido derrotado. O motivo alegado foi a restauração da coroa espanhola, mas inegavelmente a defesa do território nacional também deve ter pesado. Sentir sua própria terra sendo pisada pelas botas do invasor tem a singularidade de galvanizar indelevelmente a figura do inimigo: o estrangeiro, o outro, aquele que com uniforme e bandeira de outro Estado vem tomar minhas terras, minha casa e minha família. A hostilização até o aniquilamento que a população russa propiciou às tropas napoleônicas depois de deixá-las penetrar profundamente no seu território, teve o mesmo fundamento, o apego a sua terra e sua defesa incondicional. É assim que, conforme esta característica, o guerrilheiro sempre luta no seu território, nunca no estrangeiro, pois nesse caso ele perderia o fundamento de sua moral bélica.

"Che" Guevara, que simboliza a superação da caraterística telúrica da guerrilha ao projetar a frente de combate revolucionária sobre toda a face da Terra e substituir o elemento motivacional da pátria pelo "amor revolucionário," ainda percebia a importância desta característica ao reconhecer que:

> "Interessa-nos o caso de um grupo armado que vai progredindo na luta contra o poder constituído, seja colonial ou não, que se estabelece como base única e que vai progredindo nos meios rurais. Em todos estes casos, qualquer que seja a estrutura ideológica que anime a luta, a base econômica está dada pela aspiração à posse da terra."[243]

No seu "Informe à Assembléia Nacional da República Democrática do Vietnã", Ho Chi Min enfatiza a importância do elemento telúrico para a guerra revolucionária ao mostrar a relação dialética existente entre a reforma agrária e a potencialização das forças revolucionárias: "Devemos nos esforçar em acelerar a guerra de resistência para garantir o êxito da reforma agrária. Devemos realizar todos nossos esforços para instrumentalizar a reforma agrária a fim de assegurar a vitória total da guerra de resistência..."[244] e, reforçando esta relação entre o elemento telúrico e a guerra, agrega mais adiante: "Levar a cabo a reforma agrária é assegurar a vitória para a guerra de resistência. Lutar contra o inimigo e aniquilar as forças do inimigo é assegurar o êxito da reforma agrária"[245] Em função destas considerações e à luz da experiência revolucionária do povo chinês, Ho Chi Min elabora seu projeto político de alianças no terreno agrário para garantir o desenvolvimento da luta de libertação do povo vietnamita:

> "A linha e a política geral são de confiar totalmente nos camponeses sem terra ou com pouca terra, unir-se estreitamente com o camponês médio, reunir-se com o camponês rico, acabar passo a passo com a exploração feudal e com a discriminação, desenvolver a produção e acelerar a guerra de resistência."[246]

---

[243].- *Ibidem*, p. 41.

[244].- Ho Chi Min. "Informe a la Asamblea Nacional de la República Democrática de Vietnam" in *Sobre la Revolución*. México, ed. Siglo XXI, 1973, p. 189.

[245].- *Ibidem*, p. 204.

[246].- *Ibidem*, p. 199.

Com o estabelecimento desta estratégia política para o setor agrário a revolução vietnamita logrou solidificar uma frente combativa numerosíssima, já que os camponeses constituíam 90% da população total do Vietnã. Mas, por outro lado, com essa manobra os revolucionários visavam também corroer as bases de sustentação política do imperialismo colonial, isto é, a classe dos proprietários feudais. Com efeito, através daquela aliança de classes camponesas, os vietnamitas quebraram as fileiras colonialistas, separaram o inimigo, cooptando para as fileiras da revolução os camponeses médios e ricos e isolando o proprietário feudal aliado ao colonialismo. Dividiam a força do inimigo e concentravam a própria para descarregá-la seletivamente sobre a parte da tropa adversária que naquele momento apresentasse o maior perigo. Assim, o imperialismo colonial foi ficando sem bases de sustentação e isolado num território hostil e, como diria Ho Chi Min,"...por mais moderno que seja um exército, é impotente frente à atitude decidida de todo um povo."[247] Tempos mais tarde, outro importante dirigente vietnamita, Le Duan, comentaria o êxito que significou para a revolução essa decisão, ao subordinar as forças camponesas à direção da vanguarda proletária:

> "Graças a esta medida [de reforma agrária], a energia combativa e a força de milhões de camponeses puderam ser galvanizadas, o bloco operário-camponês foi reforçado, o poder popular e a Frente nacional unidos e consolidados, as forças combatentes do exército popular cresceram como nunca antes, todas as atividades da resistência receberam um forte impulso (...) Empreender a reforma agrária em plena guerra de resistência é uma das medidas mais sensatas que testemunham o espírito criador de nosso Partido."[248]

---

[247] - *Ibidem*, p. 145.

[248] - Le Duan, *La Revolución Vietnamita*, Buenos Aires, ed. La Rosa Blindada, 1971, pp. 17-18.

O caso de "Che" Guevara, argentino e cubano, assassinado na Bolívia é um caso extraordinário, não apenas no sentido da exemplaridade de seu comportamento revolucionário que o levou a encarnar emblematicamente a figura do guerrilheiro universal de profissão, mas também porque exportando as idéias e ações revolucionárias criou uma fissura na caracterização clássica do guerrilheiro. Ele inaugura uma nova etapa na teoria da guerrilha, ao transformar o mundo num gigantesco teatro de operações e, desse modo, a guerrilha perde sua caracterização telúrica. Para "Che" Guevara, a guerra é universal e a frente de combate está onde mais doer para o inimigo imperialista. Sua estratégia para a revolução mundial era defensiva, desgastar as forças inimigas, desmoralizá-las combatendo em todas as circunstâncias que se apresentassem favoráveis para a revolução. Dentro dessa estratégia, a tática da guerrilha mostrava-se, para ele, como a mais adequada. Se a guerra era generalizada e a frente mundial, o elemento telúrico mostrava-se insuficiente como motivador preferencial. O intento de universalizar a revolução exigia um catalisador sem referências nacionais ou regionais: uma causa universal. Em suas palavras:

> "E que se desenvolva um verdadeiro internacionalismo proletário; com exércitos proletários internacionais, onde a bandeira sob a qual se lute seja a causa sagrada da redenção da humanidade, de modo tal que morrer sob o ensinamento do Vietnã, da Venezuela, da Guatemala, do Laos, da Guiné, da Colômbia, da Bolívia, do Brasil, para nomear apenas os cenários atuais da luta armada, seja igualmente glorioso e apetecível para um americano, um asiático, um africano e, ainda, um europeu."[249]

[249] - "Che" Guevara. "Crear dos, tres... muchos Vietnam es la consigna", op.cit., vol I, pp. 73-74.

IV - A PROFUNDIDADE DO CAMPO

A característica tática fundamental que a guerrilha incorpora à teoria da guerra é a de abrir uma dimensão nova no teatro de operações: a profundidade. Pelas características anotadas, e pelo fato de contar com grandes contingentes de soldados, os exércitos regulares dispõem-se no teatro de operações tendo em conta as duas dimensões do mesmo: o comprimento e a largura. Com a teoria balística da artilharia e, mais recentemente, com a incorporação da força aérea, incrementou-se outra dimensão, a verticalidade do campo.

Porém, a dimensão que incorpora a guerrilha é *essencialmente* diferente. Assim como a guerra submarina introduz um elemento totalmente novo na guerra naval, o guerrilheiro o faz na guerra regular. Na guerra naval o perigo emerge das insondáveis profundezas oceânicas, inesperadamente. Só se pode reagir quando o ataque foi iniciado. Quando a frota naval agredida tem condições de iniciar o contra-ataque ele novamente submerge, sem deixar rastros, reservando sua carga letal para uma próxima oportunidade. O guerrilheiro, como o submarino, parece emergir abruptamente através da trama fechada do tecido social, golpear onde mais dói o inimigo fardado com toda fúria e, antes que este possa articular uma defesa, desaparecer de repente nas profundezas do campo de batalha. Antes que o inimigo regular consiga localizar o perigo, o combatente irregular já voltou a submergir e se diluir mimeticamente na quotidianeidade social.

A profundidade do campo de combate é a própria do tecido social. Assim como o combatente irregular que atua no âmbito rural se mimetiza, através da camuflagem, com o meio em que desenvolve sua luta, na cidade, o guerrilheiro urbano assume as caraterísticas típicas dos seus habitantes. Ele procurará não apresentar qualquer elemento que possa distingui-lo da população na qual se encontra e atua. Por isso os

exércitos invasores alemães durante a Segunda Guerra Mundial, ante a impossibilidade de prender os guerrilheiros da resistência que desgastavam a moral de suas tropas com surpreendentes ataques da profundidade, manifestavam sua impotência fuzilando sumária e aleatoriamente parte da população civil. Além de satisfazer o ânimo de vingança da tropa, procuravam provocar uma cisão entre a população e a guerrilha através do terrorismo, dessa maneira esperavam retirar da resistência o apoio logístico que obtinha do povo. Por estas características especiais e por sua analogia com a guerra submarina, Carl Schmitt denominou "dimensão de profundidade" esta ruptura do campo de batalha.[250]

[250] - Diz Carl Schmitt que "com a luta guerrilheira surge um novo espaço de ação completamente estruturado, dado que o guerrilheiro não combate em campo aberto e não se encontra no mesmo plano da guerra regular com suas frentes. Obriga em contrapartida o adversário a entrar num espaço diferente. Deste modo agrega à superfície do regular teatro de guerra tradicional outra dimensão, mais obscura, uma dimensão da profundidade, na qual quem veste um uniforme está condenado." *In Teoria del partisano*. Op.cit., p 168.

V - A FUNÇÃO TÁTICA DA GUERRILHA

A guerrilha, embora constitua um dispositivo importantíssimo para a guerra revolucionária, tem sempre um valor tático, a função estratégica corresponde ao exército revolucionário conjuntamente com os movimentos de massa urbanos. Referindo-se a esta questão, Trotsky afirmava que "se a guerra tem por finalidade, falando de modo geral, aniquilar o adversário, a guerrilha por sua vez, aplica-se a provocar dificuldades e danos ao inimigo."[251] A guerrilha tem como objetivo desestabilizar, dar apoio ao exército revolucionário, desgastar as forças inimigas, cortar as linhas de comunicação e transporte, fustigar o exército inimigo, desmoralizar suas tropas. Mas as guerrilhas dificilmente têm condições de tomar o poder, de ocupar militarmente o território. Como nota "Che" Guevara,

> "Fica bem estabelecido que a guerra de guerrilhas é uma fase da guerra que não tem de *per si* oportunidade de obter o triunfo, é, além disso, uma das fases primárias da guerra e se desenvolverá e crescerá até que o Exército Guerrilheiro no seu crescimento constante, adquira as caraterísticas de um Exército Regular. Nesse momento, estará pronto para aplicar golpes definitivos ao inimigo e se apropriar da vitória. O triunfo será sempre o produto de um Exército Regular, ainda que suas origens sejam as de um Exército Guerrilheiro."[252]

A maioria dos especialistas em assuntos militares afirma que a guerra de guerrilha é incapaz de, por si só, alcançar resultados estratégicos e que sua função principal seria de apoio às forças regulares como aconteceu na Rússia. Mas alguns exemplos contrariam esta afirmação como os casos da Iugoslávia, Cuba e Nicarágua. O marechal Tito conseguiu mostrar na Iugoslávia que as forças de guerrilheiros, na medida em que estejam bem adestradas e articuladas, podem se organizar durante o

---

[251] - L. Trotsky. "Guerrilla y Ejército Regular" in *Escritos Militares, Ejército, Milicias, Guerrilhas*. Buenos Aires, Ed. Amaicha, 1973, p. 116.

[252] - "Che" Guevara. "La esencia de la lucha...", op.cit., vol. 1, p. 43.

combate e criar todas as peças das forças regulares necessárias para hostilizar o inimigo e libertar o território.[253] Para que isto seja possível uma sintonia muito forte deve ser verificada entre a guerrilha e a população local, o que significa que a guerrilha neste caso só pode funcionar como força libertária de uma força invasora, longe ainda da "exportação" da guerra revolucionária. Como diz o general Bonnet, "isto, naturalmente, só é admissível se a população, em conjunto, for progressivamente arrastada à luta e se a ação militar vier complementar e rematar a ação psico-política, sob todas as formas. Este foi o caso da guerra de guerrilheiros, na Iugoslávia."[254]

Dentro da estratégia geral da guerra revolucionária a guerrilha constitui basicamente um método, uma tática. Pela enorme disparidade de forças existente entre as forças da repressão e o movimento revolucionário, impõe-se uma estratégia defensiva. O primeiro princípio da tática de guerrilha é a auto-preservação dos quadros para que possam treinar guerrilheiros e formar outros quadros. Por isso, a primeira tarefa da guerrilha é localizar uma região onde possa montar sua base de treinamento com absoluta segurança, onde possa contar com o apoio da população, onde o acesso das forças repressoras seja dificultado. O objetivo estratégico da guerra revolucionária ficará como tarefa do Exército Revolucionário que se desenvolverá a partir da tarefa tática da guerrilha.

---

[253] - Este fato, somado às características geográficas da região, é de fundamental importância para compreender a profundidade e extensão do conflito atual na ex-Iugoslávia e para justificar o temor das grandes potências de intervir no mesmo. A estrutura do exército criado pelo gênio do marechal Tito foi articulado a partir da formação de guerrilhas e milícias, mantendo a população armada de prontidão, o que fornece permanente fôlego a todas as partes implicadas na atual guerra civil. Analisamos estes aspectos em "*A guerra e a ética*" no jornal *O Estado de S. Paulo*, 19-02-94, p. 2.

[254] - Gabriel Bonnet. *Les guerres insurrectionnelles et révolutionnaires*. Paris, ed. Payot, 1958, pp. 174-175.

VI - O DEBATE LATINO-AMERICANO: FOQUISMO OU POLÍTICA DE MASSAS.

Um dos debates que agitou a esquerda latino-americana dizia respeito ao procedimento que a guerra revolucionária deveria assumir no continente: se deveria assumir a tarefa de desenvolver uma política de massas, através basicamente da inserção no movimento sindical e no movimento estudantil, ou se deveria concentrar-se na formação de células armadas a partir de cujo desenvolvimento buscar-se-ia a criação de um exército revolucionário. A questão confrontava duas posições que na década de 60 comoveram os grupos revolucionários do continente. O foquismo era uma delas e afirmava a impossibilidade do movimento de massas se armar espontaneamente. O argumento principal era que o alto grau de especialização requerido pela guerra revolucionária, a formação do guerrilheiro profissional, requeria um trabalho preparatório que devia ser desenvolvido independentemente da tarefa de organização política das massas. Não se podia esperar a maturação política ideal das massas para organizar sua estrutura militar, mas esta devia esperar, inclusive precipitar aquela.

Por sua vez, os que defendiam o desenvolvimento da política de massas acreditavam que a organização da mesma forneceria as condições para transformar a luta de classes em guerra revolucionária. Achavam que as condições subjetivas necessárias para detonar a luta armada surgiriam da consciência das massas, sempre que as outras formas de luta se mostrassem, na prática, impotentes para resolver as "contradições" fundamentais da sociedade capitalista. A crítica que dirigiam contra o foquismo tinha basicamente dois aspectos: um, de índole estratégica, que apontava para a possível "decolagem" da vanguarda em relação ao movimento de massas; e outro de índole tática, que temia que o surgimento do foquismo desencadeasse um maior grau de repressão das forças das classes dominantes contra o movimento de

massas, retardando ou mesmo aniquilando sua organização. "Che" Guevara, considerado o mais importante formulador do foquismo, criticava este debate por considerá-lo um pseudo-problema. Para ele, tratava-se de métodos que não apenas não eram excludentes, mas que deviam ser compreendidos como complementares:

> "Critica-se aqueles que querem fazer a guerra de guerrilhas, aduzindo que se esquecem da luta de massas, quase como se fossem métodos contrapostos. Rejeitamos o conceito que encerra essa posição; a guerra de guerrilhas é uma guerra do povo, é uma luta de massas. Pretender fazer este tipo de guerra sem o apoio da população é o prelúdio de um desastre inevitável."[255]

Depois da vitória militar da guerrilha castrista e da instalação do governo popular, ficou claro que aquela não tinha completado o horizonte político da revolução. Eliminada a ditadura nacional, ficava à vista o inimigo principal: o imperialismo que, personificado nos EUA, se agigantava ameaçadoramente sobre a ilha. A necessidade de distrair e desestabilizar esse perigo levou a perceber a urgência de abrir novas frentes de combate no continente latino-americano. A "exportação" da guerra revolucionária de Cuba visava completar o horizonte político que a guerrilha não podia satisfazer na frente interna: o inimigo se encontrava fora da ilha. Por outro lado, a desproporção militar entre o regime castrista e a potência norte-americana, desalentou qualquer intento de confronto direto, limitando-se a rechaçar as ofensivas e intentos de invasão financiados e apoiados logisticamente pelos norte-americanos. A crise dos mísseis que abalou o mundo durante o governo Kennedy foi o ponto final às pretensões de que com a presença de um "terceiro interessado" na região se pudesse alterar a correlação de forças no Caribe.

---

[255] - "Che" Guevara. "Guerra de guerrillas: un método", op.cit., vol. 1, p. 204

Dentro desse quadro, a única estratégia possível para completar o objetivo político da revolução era criar uma retaguarda de instabilidade no quintal dos EUA: uma América-Latina solidária, socialista e revolucionária que tirasse a atenção do gigante americano de Cuba. A tática consistia em que a maturação da experiência da luta de classes em Cuba arrebentasse como um fruto maduro e lançasse seus esporos revolucionários para todo o continente. Esses esporos seriam as células guerrilheiras revolucionárias: unidades político-militares revolucionárias. A teoria do foco entrava na sua etapa de formulação.

"Che" Guevara desenvolve a tese da disseminação da guerra revolucionária através do foquismo, da dinâmica evolutiva que, para ele, devia tomar a revolução no continente, por analogia com as abelhas e a formação de novas colméias:

> "A guerrilha, no seu processo de crescimento, chega a um instante em que sua capacidade de ação cobre uma determinada região para cujas medidas sobram homens e há demasiada concentração. Aí começa o efeito colméia, no qual um dos chefes, guerrilheiro destacado, pula a outra região e vai repetindo a cadeia de desenvolvimento da guerra de guerrilhas, sujeito, isso sim, a um mando central."[256]

A urgência da hora para colocar fogo em todo o continente deixou a porta aberta para as distorções políticas. Apenas como um exemplo destas distorções que aconteceram em quase todas as experiências de luta armada, podemos lembrar as considerações dos Tupamaros,[257] que aceitaram a tese de Régis Debray de que "o decisivo para o futuro é a abertura de focos militares e não de 'focos' políticos". A iminência de um conflito generalizado levou a cometer um pecado capital para a guerra revolucionária: subordinar a formação política do militante à formação militar

---

[256].- *Ibidem*, p. 220.

[257].- Carlos Nuñez. *Tupamaros: la única vanguardia*, Montevideo, Ediciones Provincias Unidas, 1969. Especialmente p. 56 e ss.

do quadro guerrilheiro. Dessa maneira acabaram simplificando a tarefa da repressão, pois ao aniquilar militarmente a guerrilha, eliminavam também a resistência política que poderia manter viva a luta de classes e a esperança da revolução até que houvesse condições objetivas mais propícias.

VII - GUERRILHA URBANA E GUERRILHA RURAL

Outra questão que ocupou os debates contemporâneos dos revolucionários latino-americanos foi a que diz respeito à formação da guerrilha revolucionária: se ela deveria começar no campo ou na cidade. Para "Che" Guevara não havia dúvidas, o meio rural era o mais propício para o desenvolvimento da guerrilha, fornecendo o espaço para a formação do exército revolucionário. A guerrilha urbana teria apenas a função tática de distrair as forças da repressão, através do terrorismo e da sabotagem, com o objetivo de tirar sua atenção do campo onde desenvolveriam a função estratégica. No Brasil, Carlos Marighela proporá uma estratégia bastante parecida com a de "Che": "diversificamos as ações da guerra revolucionária, começando pela guerrilha urbana e a guerra psicológica, em lugar de iniciar a luta pela guerrilha rural que teria atraído a concentração das forças inimigas."[258]

Por sua vez, outros grupos de combatentes armados defendiam a decisão estratégica de sua luta em função das características específicas dos países nos quais se implementava a guerra revolucionária. O desenvolvimento da guerrilha nos centros urbanos, acreditavam estes, permitiria uma aproximação dos setores proletarizados e de estudantes mobilizados, a partir dos quais se proveriam de quadros que ingressassem na luta armada. Os Tupamaros no Uruguai foram uma das

[258] - Carlos Marighela. "El papel de la acción revolucionária en la organización". op.cit., p. 12.

primeiras experiências bem desenvolvidas de estratégia de guerrilha urbana no continente. Com operativos espetaculares, impecavelmente realizados, eles conseguiram ganhar a confiança e simpatia dos setores populares da sociedade uruguaia. A decisão estratégica pela guerrilha urbana sobre a rural é explicada nos seguintes termos:

> "Não temos lugares inexpugnáveis no território como para instalar um foco guerrilheiro que perdure, embora tenhamos lugares de difícil acesso no campo. Em compensação temos uma grande cidade com mais de 300 quilômetros quadrados de edifícios, que permite o desenvolvimento da luta urbana. Isto quer dizer que não podemos copiar a estratégia daqueles países que por suas condições geográficas podem instalar um foco guerrilheiro nas montanhas ou selvas com possibilidade de se estabilizar (...) Se nosso campo não pode servir para instalar um foco permanente pelo menos pode servir para manobras de dispersão das forças repressivas."[259]

VIII - A DINÂMICA DA GUERRILHA

O objetivo da tática de guerrilha na guerra revolucionária consiste em criar focos político-militares de resistência que, a partir da propagação e da criação de uma base fixa, consiga se desenvolver e crescer até formar um exército regular que possa buscar a decisão através do combate. "Che" Guevara descrevia o desenvolvimento da guerrilha, desde sua fundação até o desborde e a tomada do poder, em três momentos fundamentais:

> "A guerra de guerrilhas ou guerra de libertação terá em geral três momentos: o primeiro, da defensiva estratégica, onde a pequena força que foge e morde o inimigo não está refugiada para fazer uma defesa passiva

[259].- *Apud* Carlos Nuñez. Op.cit., pp. 51 e 52.

> em um círculo pequeno, senão que sua defesa consiste nos ataques limitados que possa realizar. Passado isto, chega-se a um ponto de equilíbrio em que se estabilizam as possibilidades de ação do inimigo e da guerrilha e, logo, o momento final do desbordamento do exército repressivo que levará à tomada das grandes cidades, aos grandes encontros decisivos, ao aniquilamento total do adversário."[260]

Referindo-se ao mesmo desenvolvimento, mas pensando na realidade brasileira, Carlos Marighela dizia que a estratégia revolucionária no Brasil devia percorrer três fases: "planificação e preparação da guerrilha, seu desencadeamento e, por último, transformação da guerrilha em uma guerra de manobras, com a formação e aparição do exército revolucionário de libertação nacional."[261] O caminho que Marighela propunha era guerrilha urbana, guerra psicológica e guerrilha rural. A coincidência com a tese de "Che" Guevara consiste em admitir que sem o espaço físico, que apenas o meio rural pode proporcionar, tanto para treinar quanto para agrupar as forças, a construção de um exército que possa equilibrar as forças da reação e procurar a batalha decisiva é impossível. Dessa maneira, para Marighela, a guerrilha urbana tinha fundamentalmente um sentido tático, como forma de viabilizar a guerrilha rural, cuja função era estratégica: "a cidade é a área da luta complementar (...) a luta decisiva é a que se trava na área estratégica, isto é, na área rural."[262]

Uma questão importante na dinâmica da guerrilha é o momento no qual ela pode se transformar em exército regular para procurar a decisão pelo combate. Este momento encerra uma decisão da qual pode surgir a vitória na guerra ou seu fracasso definitivo. O Exército Branco, por exemplo, na sua luta contra a revolução

---

[260].- "Che" Guevara. "Guerra de guerrilhas: um método", op.cit., vol I, p. 221.

[261].- Carlos Marighela. "El papel de la acción revolucionaria en la organización", op.cit., p. 16.

[262].- CarlosMarighela. "Sobre problemas y principios estratégicos", op.cit., p. 27.

bolchevique. conseguiu se manter no combate contra o Exército Regular Revolucionário empregando a tática de guerrilhas durante bastante tempo, mas, quando imaginaram que poderiam procurar a decisão e passaram a combater como exército regular foram derrotados.

IX - O CASO DA GUERRILHA DE CHIAPAS

No primeiro dia de 1994, uma guerrilha formada basicamente por índios e camponeses pobres se insurgia na província mais miserável do México. Quando as autoridades mexicanas ainda estavam comemorando não apenas o novo ano, mas as primeiras horas de funcionamento do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (TLC ou NAFTA, entre México, E.U.A. e Canadá), que credenciava o México para ingressar no primeiro mundo, o último dos mundos, da região mais esquecida do país, levantava-se para indicar qual era o único caminho que restava para canalizar tanta indignação e postergação. Já naquele momento[263], chamamos a atenção para o fato de que, justamente aquele país que apresentava os melhores índices econômicos do continente latino-americano, que estava entrando no "Mercado do Norte" (NAFTA) com a parceria dos dois gigantes do Norte - os EUA e o Canadá -, mostrava toda a pestilência de suas vísceras expostas violentamente por um exército "brancaleônico" que reclamava justiça.

---

[263] - No artigo "México: as veias reabertas?" publicado no Jornal *O Estado de S. Paulo* do 08-01-94, p. 2, dizíamos: "Na cabeça ainda aturdida de Salinas de Gortari, certamente retumbava a sentença de Norberto Bobbio: 'Num mundo assim, julgar que a esperança da revolução se desgastou, e acabou exatamente porque a utopia comunista fracassou, é sinônimo de fechar os olhos para não ver.' Mas não ver o quê? Que as necessidades que o chamado "socialismo real" não conseguiu satisfazer e as esperanças não concretizadas não caíram com o Muro, mas ainda estão aí, como o grande desafio deste século que teima em não acabar."

Embora alguns indícios apontassem para a precariedade do movimento (como os fuzis de madeira, a falta de uniformes, etc.), era óbvio que uma longa preparação tinha antecedido os acontecimentos. A expressão militar do movimento zapatista surgiu como essas coisas que sucedem de repente, no meio do cenário neo-liberal, para mostrar que há quem não se disponha a pagar o custo dos "ajustes" econômicos. Como não o conseguiram fazer os intelectuais nas suas prolongadas tertúlias acadêmicas, os zapatistas mostraram o limite da contradição do programa neo-liberal. Com a força de um "buraco negro." ameaçando devorar tudo a sua volta, irromperam na modorra política do continente chamando a atenção para uma forma de luta que se acreditava morta e sepultada. Com coragem ousaram gritar, para quem quisesse ouvir, que o rei estava nu e o capitalismo em mais uma crise. Nos primeiros comunicados do Comitê Clandestino Revolucionário Indígena (CCRI), ficou manifesto o novo estilo político: com uma linguagem metafórica e dialética, própria de una cultura ancestral e sofisticada, eles tornaram arcaico o "pós-moderno" Jorge Castañeda, e seu compromisso de "esquerda-neo-liberal-bem-comportada" teve como destino a prateleira dos renegados. Sua "utopia desarmada" tinha sido atropelada, no seu próprio país, pela crua "realidade armada."

O caso da guerrilha de Chiapas incorpora à teoria da guerrilha uma série de novidades. O primeiro fato a ser considerado é que se trata da primeira insurreição desse tipo no mundo "pós-muro", o primeiro arranhão na "nova ordem" mundial. O segundo pode ser detectado no nível simbólico (muito bem trabalhado pelos zapatistas), entre outras coisas, ao fazer coincidir o levante de índios e miseráveis reclamando "pão, saúde, educação, autonomia e paz" com o primeiro dia em que entrava em vigor o TLC. Mas os elementos que consideramos mais importantes, que podem apresentar conseqüências para a concepção estratégica da guerra revolucionária, são três alterações operadas pelos zapatistas nos diferentes níveis

desta, isto é, no âmbito da política, da estratégia e da tática. Em primeiro lugar, o fim político deixa de ser a mudança *de* sistema e apenas propõe algumas alterações *no* sistema; em segundo lugar, e em conseqüência do primeiro, no nível estratégico é abandonado o objetivo de *aniquilar* as forças das classes dominantes, e, em seu lugar, procura-se *forçar o diálogo* com o governo; no nível tático, incorpora-se a utilização de símbolos visando potenciar o efeito do uso das armas e às vezes substituí-lo, e a aplicação em larga escala do sistema de comunicação via *Internet* como forma de contrarrestar o efeito da relação de força completamente adversa.

A - Nível Político: Reforma

Obviamente, o objetivo político dos zapatistas não é, ao menos pelo que têm mostrado até agora, a tomada do poder. Seu objetivo não é aniquilar as estruturas repressivas do Estado nem pretendem revolucionar o sistema. Sua pretensão política limita-se a obter algumas reformas dentro do próprio sistema, mas não sua derrubada. A exigência de lisura nas eleições não nos parece suficiente para lançar uma luta armada, neste caso os meios seriam exagerados em relação aos fins. Nem sequer pretendem acabar com o governo nacional, mas apenas abrir canais de diálogo com o mesmo. Tínhamos dito que uma das caraterísticas da guerrilha revolucionária era justamente sua dupla ilegalidade, uma no sentido de estar fora da legislação de guerra pela sua irregularidade, outra por ser contra a ordem legal vigente, por ser contra a legalidade institucional. Em função destes critérios, a guerrilha zapatista fica fora do âmbito definicional da guerra revolucionária. Com efeito, embora ela se mantenha dentro da irregularidade própria da tática de guerrilhas, ela não se propõe o embate contra a legislação vigente, isto é, ela cumpre com o primeiro critério mas fica fora do segundo.

Todavia, não devemos nos apressar em caracterizar o movimento zapatista como sendo meramente reformista: podem estar exigindo o diálogo apenas como um argumento para ganhar tempo, de maneira tal que o diálogo, enquanto objetivo, seja apenas tático, visando estrategicamente a ampliação militar e política do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) para procurar, como objetivo estratégico, a decisão pelas armas. Uma declaração do subcomandante Marcos, talvez um pouco vaga, nos permite manter *ainda* essa hipótese:

> "E este vento de baixo, o da rebeldia, o da dignidade, não é apenas resposta à imposição do vento de cima, não é apenas brava contestação, leva em si uma proposta nova, não é apenas a destruição de um sistema injusto e arbitrário, é sobretudo uma esperança, a da conversão de dignidade e rebeldia em liberdade e dignidade."[264]

Ainda assim, pode-se notar que a palavra "igualdade" não figura entre as exigências, muito menos "socialismo." Por sua vez "liberdade" e "dignidade" poderiam ser garantidas pelo correto funcionamento do sistema domocrático-burguês (e este parece ser o cerne das exigências zapatistas), que também tolera, até certo ponto, a "rebeldia." Pelo que observamos até o momento, o objetivo da guerrilha zapatista parece limitado a forçar a abertura do diálogo e da negociação com o governo do Partido Revolucionário Institucional (PRI). Esta atitude procura, através da sua participação no diálogo e nas negociações, o reconhecimento do EZLN como ator político, mas, por outro lado, significa o reconhecimento do governo do PRI como um interlocutor válido, conferindo-lhe legitimidade.

---

[264].- Subcomande Insurgente Marcos. EZLN. "Chiapas: el Sureste en dos Vientos. Una Tormenta e una Profecía" in C. De Lella e Ana Maria Ezcurra (compiladores) *Chiapas: entre la tormenta y la profecía*, Buenos Aires, Lugar editorial, 1994, p 43.

B - Nível Estratégico: a procura do diálogo

O movimento de índios e camponeses, comandados militarmente pelo EZLN, parece implementar, desde o começo, uma nova função estratégica para a violência armada: a utilização da tática de guerrilha não como uma procura de espaço para estabelecer um exército revolucionário, mas apenas para forçar o governo a abrir o diálogo com o movimento zapatista. Talvez este objetivo não tenha sido deliberadamente procurado, pois conforme as declarações do subcomandante Marcos,

> "nós passamos muito rápido a uma fase para a qual não estávamos preparados: o diálogo. Estávamos preparados para um processo longo de guerra de desgaste, de choques militares, de disputa política pelos povoados, de luta ideológica..."[265]

Seja como for, o aniquilamento das Forças Armadas mexicanas, enquanto instrumento de poder das classes dirigentes, não consta como objetivo declarado nos documentos que tivemos oportunidade de analisar.[266] Este fato denuncia uma definição (ou uma indefinição) estratégica que compromete o perfil revolucionário do movimento. Já tentamos mostrar em outro lugar[267] a estreita imbricação entre concepção estratégica e política, no sentido de que uma política revolucionária exige e se complementa com uma estratégia revolucionária e, como diz Trotsky, "a guerra civil começa antes de tudo por destruir o exército, que não nasceu da guerra civil,

---

[265].- Subcomandante Marcos, *apud* A.M. Ezcurra "El Ejército Zapatista de Liberación Nacional: 'Democracia, Justicia y Libertad'" in C. De Lella e A.M. Ezcurra , Op.cit., p. 162.

[266].- Como prova da "revolução" tecnológica desta insurreição, é possível receber de maneira simultânea, via *Internet*, todos os documentos emitidos pelos zapatistas e outros grupos de direitos humanos e de solidariedade, boletins periódicos, denúncias sobre os atentados aos direitos humanos perpetrados pelo exército mexicano e sobre o andamento das negociações entre o governo e o EZLN. O acesso a esta informação foi possível através do endereço eletrônico: "MEXPAZ@UIBERO.UIA.MX"

[267].- No artigo "Adequação entre concepção estratégica e modelo de Estado" in revista *Política e Estratégia*, SP., ed. Convívio,vol. VIII, números 2 a 4, abr-dez-1990.

mas que a precedeu".[268] Toda política revolucionária tem como concepção estratégica adequada o aniquilamento das forças repressivas do Estado, se a concepção estratégica não tiver claramente definido este objetivo é porque a política que a comanda não é revolucionária. Este é mais um aspecto que justifica nosso receio de classificar a insurreição zapatista e o movimento político gerado por ela como revolucionários.

C - Nível tático: Símbolos e informática em lugar de armas e relações de força.

A maior novidade que se manifestou neste levantamento foi no nível tecnológico das comunicações: a utilização generalizada[269] dos micro-computadores no contato entre a guerrilha e a opinião pública internacional através do correto uso da *Internet*. Os zapatistas conseguiram se manter permanentemente em contato por este meio com numerosos grupos políticos, acadêmicos, de direitos humanos e de solidariedade do mundo todo. Esta comunicação simultânea permitiu ações articuladas de apoio internacional. Mensagens de socorro denunciando o genocídio que as tropas governamentais realizavam no contra-ataque, provocaram uma avalanche de *fax* e mensagens eletrônicas dirigidos ao presidente mexicano pedindo o imediato cessar-fogo. Como culminação desta "corrente cibernética," os zapatistas conseguiram reunir um grande movimento internacional que pressionou na capital mexicana para deter os bombardeios da aviação do governo. Como informou José Steinsleger,

---

[268] - L. Trotsky. "Hacia un sistema de milicia: El programa de milicia y su crítica académica" in *Escritos militares*.... op.cit., p. 156.

[269] - Durante o confronto entre o Executivo e o Legislativo russo, que acabou com o bombardeio do Congresso, como também durante o intento de golpe de Estado contornado por Yeltzin, também foi usado este meio de comunicação, mas basicamente por intelectuais e de forma quase espontânea. No caso de Chiapas, foi premeditadamente integrado como meio aos recursos táticos da guerrilha. Neste sentido, pela primeira vez

> "O aniquilamento das bases sociais do EZLN e os ataques da Força Aérea à população civil pôde ser conjurada por 100.000 pessoas que a 12 de janeiro realizaram uma gigantesca concentração na capital. Este mesmo dia, Salinas ordenou, para desgosto das Forças Armadas, a cessação unilateral do fogo."[270]

A detecção e divulgação dos planos para executar a segunda contra-ofensiva generalizada das tropas do governo, que muito provavelmente aniquilaria a resistência armada da guerrilha, dada a desproporção exagerada de forças, provocou outro movimento na opinião pública internacional cuja repercussão no governo acabou abortando também este grande operativo militar.

Os zapatistas conseguiram montar uma rede de comunicação internacional via *Internet* que fez a diferença na guerra. A utilização bélica destes elementos de ação por parte de um grupo guerrilheiro, parece indicar que nos encontramos frente a outro tipo de guerra, "... esta guerra - como disse Yvon Le Bot -, posterior à queda do Muro de Berlim, onde os símbolos importam mais que as armas, a comunicação mais que a correlação de forças."[271] Se bem que certamente esta guerrilha, até o momento e pelas suas declarações, pretende manter suas exigências dentro da ordem institucional, não quer dizer que os métodos testados com êxito por ela não possam ser implementados na guerra revolucionária. Por isso achamos que este confronto bélico trouxe duas novidades importantes para o estudo da guerra revolucionária: em primeiro lugar, a utilização da guerrilha como tática para forçar a abertura do diálogo com objetivos meramente reformistas; e, em segundo lugar, a incorporação de novas técnicas de comunicação que certamente revolucionam a história da guerra

---

a comunicação via *Internet* é implementada estrategicamente como elemento tático por um movimento popular.

[270] - José Steinsleger. "La guerra del sexto sol (crónica de Chiapas)" in C. De Lella e A.M. Ezcurra . Op.cit, p. 18.

[271] - Ivon Le Bot. "Marcos y los olvidados de Chiapas" in revista *Proceso*, México, 3 de abril de 1995, p. 28.

em geral e da guerra revolucionária em particular. Se, como dizia Engels, cada desenvolvimento técnico produz novas formas de guerra, a revolução da informática, sem dúvidas, provocará alterações substanciais também no desenvolvimento da luta de classes que, talvez, permitam evitar sua expressão mais dramática.

CAPITULO V

TERRORISMO E REVOLUÇÃO

I.- NATUREZA DO TERRORISMO

O terrorismo é uma forma de luta cujo âmbito de realização se dá no nível psicológico do indivíduo. Seu efeito, procurado ou não (pode acontecer que esse efeito não seja procurado e até indesejado pelo ator), é uma disposição psicológica e portanto íntima: o terror, isto é, um pavor incontrolável. Neste sentido, o objetivo visado nunca é a vítima direta, aquele que morre no atentado, mas aqueles que, embora ausentes no atentado, se identificam de alguma maneira com a vítima, as vítimas indiretas: aquelas que por alguma característica identificatória com a vítima direta (ou porque esta não tem qualquer identificação específica e, portanto, se identifica com todos) sentem-se expostas e vulneráveis ao próximo atentado. De maneira que, quando menos identificável seja a vítima direta, quanto mais geral sejam suas características identificatórias, quanto mais comum seja, maior será o número de vítimas indiretas e, conseqüentemente, maior o objetivo atingido.

Noutros casos, entretanto, o objetivo visado pode ser procurar uma identificação negativa, isto é, ver na vítima direta o "outro", aquele que é odiado, de maneira a procurar uma cumplicidade tácita entre o grupo terrorista e parte da população, na medida em que esta sinta a ação terrorista como a realização empírica de seus desejos de justiça ou de mera vingança. Neste caso, a vítima deve ser muito bem escolhida, procurando que a característica que a torna o "outro", o inimigo, seja clara e suficientemente conhecida e odiada pela maioria da população, pois essa característica deverá representar "simbolicamente" a linha divisória entre "nós" e

"eles". Assim, este tipo de ação visa mais uma eficácia simbólica que tática ou estratégica. Quando atua desta maneira o terrorismo procura, por um lado, demarcar nitidamente os campos políticos em que a sociedade se divide e, por outro, determinar com seu gesto o modo especial de relacionamento que deve existir entre ambos, isto é, reivindicar a violência como a única forma possível de relação política entre os campos antagônicos. Este tipo de atentado pode ter por objetivo chamar a atenção da opinião pública para um grupo armado em formação ou criar simpatia por parte da população com relação a sua "causa", "justiçando" alguma personagem muito notória e odiada, como foi o caso do assassinato do general Aramburu pelos Montoneros na Argentina que, dos pontos de vista tático e estratégico, não tinha nenhuma importância, mas que, do ponto de vista político, serviu para soldar esse grupo armado com o movimento peronista de esquerda. Porém, a advertência de Lenin não pode ser desconsiderada:

> "Os 'economistas' e os terroristas prestam culto a dois pólos opostos da corrente espontânea: os 'economistas' à espontaneidade do 'movimento nitidamente operário' e os terroristas à espontaneidade da mais ardente indignação dos intelectuais, que não sabem ou não têm a possibilidade de ligar num todo o trabalho revolucionário e o movimento operário (...) A atividade política tem a sua lógica, que não depende da consciência dos que, com as melhores intenções do mundo, exortam, ou ao terror, ou a que se imprima à própria luta econômica um caráter político"[272]

Poderíamos dizer que normalmente, o terrorismo procura impactar à opinião pública em geral, mas também pode visar apenas um grupo específico de pessoas como alvo definido ou preferencial da ação, constituindo o que poderíamos chamar de "grupos de risco", como determinados grupos religiosos, étnicos, classes sociais, funcionários do governo, militares, homosexuais, prostitutas, etc. Este tipo de ação

---

[272] - V.I. Lenin. *"Que fazer?"* Op.cit., pp. 132-133

pode ser utilizada com fins políticos ou não, podendo ser orientada, também, a fins religiosos, como a explosão do prédio da AMI (Asociación Mutual Israelita) onde funcionavam oficinas judias na Argentina por motivos político-religiosos, ou mais recentemente o atentado com o gás venenoso "sarim" no metrô de Tóquio com características milenarista-religiosas; econômicos, como os seqüestros; político-eleitorais, como o assassinato do principal candidato nas eleições da Colômbia ou, mais recentemente, no México, etc.

Pela simplicidade operativa, o terrorismo pode ser executado por uma única pessoa ou um grupo maior ou menor de pessoas com graus de complexidade e organização variáveis.[273] Como exemplos de terrorismo individual podemos lembrar os casos dos crimes seriados (*serial killer*), freqüentes nos EUA, ou o caso recente, no mesmo país, do "terrorista epistolar" (conhecido como o *Unabomber* por atacar preferentemente universidades para descarregar sua "tecnofobia"), que atingia suas vítimas através de cartas explosivas. Como caso de organização complexa, o mais notório é o terrorismo de Estado, tristemente encarnado pelo Estado nazista, mas também pelo estalinismo na URSS, pelo macartismo nos EUA, e pela prática intervencionista deste país na sua área de hegemonia, como a invasão de Granada, o apoio logístico ao golpe de Pinochet no Chile, sua ação em El Salvador com a participação de "assessores" militares e na Nicarágua, onde minaram os portos mais importantes, transportaram material bélico e deram apoio logístico aos contras, o seqüestro do General Noriega em Panamá, etc., e também pelas várias ditaduras militares na América Latina, entre inúmeros exemplos.

---

[273] - Cristopher Dobson & Ronald Payne realizaram uma análise detalhada de ações terroristas de seqüestro de avião durante duas décadas e, segundo eles, "a mais eficiente composição de um grupo de seqüestradores é um líder e quatro ou cinco cúmplices" in *The terrorists, their weapons, leaders and tactics*", N.Y., ed. Facts on File, Inc., 1982, p. 7. É de destacar o fato de que estes autores não fazem distinção entre terrorismo e ação armada revolucionária e, obviamente, não consideram o terrorismo de Estado,

Um caso especial deste tipo de terrorismo muito recente, desta vez a serviço do nacionalismo separatista, foi a ameaça de atentados nucleares e bactereológico por parte dos "rebeldes" tchechenos em território russo. Note-se que, neste caso, há uma ação terrorista óbvia e explícita: a própria ameaça de atentado nuclear contra o território russo. Mas, por outro lado, fica claro o fato de que nem o governo russo, nem suas forças armadas, têm condições de determinar inequivocamente se os tchechenos possuem ou não algum artefato nuclear que justifique sua ameaça, o que revela a perda de controle do seu gigantesco arsenal atômico. Isto quer dizer que, assim como os tchechenos ameaçam a Rússia, porque é possível e razoavelmente provável que os guerrilheiros tenham conseguido comprar ou roubar alguma ogiva nuclear, outros grupos terroristas podem ameaçar outros países ou grupos políticos com o mesmo argumento. Se isto acontecer, ninguém terá condições de determinar, sem margem de erro, se se trata de uma ameaça real ou apenas de um blefe, e precisamente nesta indeterminação, na impossibilidade de saber com certeza onde se encontram todas as ogivas no mundo e se todas estão sob controle institucional, residirá o terror que pode, em princípio, ser aplicado em qualquer ponto da face da Terra.

Outro tipo particular de terrorismo de Estado é utilizado pelos exércitos regulares durante a guerra contra as populações locais, como no caso da guerra civil da Bósnia-Herzegovina. Trata-se de uma ação de propaganda sobre as atrocidades que realiza o próprio exército na sua ofensiva para provocar o pânico na população local e forçar sua retirada apavorada da região que está sendo ocupada. Isto não é novidade na história da guerra (o que não o justifica), as notícias sobre a crueldade com que tratava as populações conquistadas antecipavam sempre o avanço das

---

freqüentemente realizado pelo seu país na sua área de influência, como um caso de terrorismo.

tropas comandadas por Átila, o rei dos hunos, evitando a eventual resistência que as populações poderiam opor a seu passo. O mesmo acontece na guerra da Bósnia com uma justificação a mais: a composição das forças armadas da ex-Iugoslávia, estruturada por formações de guerrilha, impedem distinguir com precisão a população civil do combatente. Dessa maneira, com o terror disseminado pela difusão dos estupros e assassinatos em massa de mulheres e crianças, o exército que avança sobre o território vai provocando o êxodo apavorado da população civil, dificultando dessa forma, a possibilidade de deixar nas suas costas bolsões de resistência guerrilheira. Esta tática é utilizada por todos os exércitos confrontados na região quando chega sua vez de passar à ofensiva.

Muitas vezes a ação revolucionária é chamada pejorativamente de "terrorismo" com o objetivo claro de depreciá-la, outra vezes por ignorância definicional. Se é verdade que o terrorismo é uma forma de luta que pode ser implementada por movimentos revolucionários, não é correto definir estes últimos por aquele tipo de ação que, na estratégia revolucionária, é sempre secundário (quando não é rejeitado por princípio), às vezes acessório, mas nunca o principal. Para desfazer a associação politicamente instrumentalizada entre o conceito de ação revolucionária e o de terrorismo, basta-nos fazer uma consideração quase trivial, ou ainda, tautológica:[274] toda ação revolucionária é política, porém, nem toda ação terrorista é política.

Outra distinção que deve ser feita em função da instrumentalização operativa é entre o terrorismo e a sabotagem. A sabotagem é normalmente um operativo de guerra, isto é, que se inscreve dentro da planificação estratégica geral da guerra, realizado na retaguarda do inimigo, atrás da frente de combate. Toda ação de

[274] - Dizemos que é tautológico porque a própria definição de ação revolucionária exige a presença do elemento político, isto é, a ação revolucionária é um tipo especial de ação política.

sabotagem, se levada a cabo com êxito, representará uma grave perda para o inimigo, o que lhe fornece sua coerência bélica. Ela normalmente se destina a desestabilizar a tropa inimiga na sua sustentação moral, ao gerar no soldado que combate na linha de frente a sensação de insegurança na retaguarda, ou logística, como nas suas bases de abastecimento, de suprimento, de arsenal, linhas de comunicação ou vias de acesso como pontes, vias férreas, etc., ou ainda ao destruir qualquer infra-estrutura que lhe possa ser útil. Quando se trata de uma guerra revolucionária ou guerra civil, o objetivo visado pode ser desestabilizar o governo que está no poder, seja nas suas bases administrativas, impedindo, através de atentados, seu funcionamento normal, ou atingindo suas bases econômicas com atentados contra indústrias, bancos, bolsas de valores, etc., seja finalmente visando suas fontes energéticas, como hidroelétricas, redes de alta tensão, gasodutos, oleodutos, centrais nucleares, etc. A propósito, é esclarecedora a seguinte passagem de "Che" que transcrevemos na íntegra:

> "Muito importantes são os atos de sabotagem. É preciso distinguir claramente a sabotagem, medida revolucionária de guerra, altamente eficaz, em geral e o terrorismo, medida bastante ineficaz, em geral, indiscriminada em suas conseqüências, pois, em muitos casos, faz vítimas de seus efeitos a gente inocente e que custa grande número de vidas valiosas para a revolução. O terrorismo deve ser considerado como fator valioso quando se o utiliza para justiçar algum renomado dirigente das forças opressoras, caracterizado pela sua crueldade, por sua eficiência na repressão, por uma série de qualidades que fazem de sua supressão algo útil; mas nunca é aconselhável a morte de pessoas de pouca qualidade que trazem como conseqüência um desborde da repressão com sua seqüela de mortes."[275]

---

[275] - "Che" Guevara. "Esencia de la lucha, estrategia y táctica guerrilleras", op.cit., pp. 51-52.

II.- TIPOLOGIA DO TERRORISMO

É possível distinguir vários tipos de terrorismo obedecendo a diferentes critérios classificatórios. Em função do sujeito do terrorismo, por exemplo, poderíamos tipificá-lo a partir da pergunta "quem é o terrorista?" Nesse caso poderíamos agrupar as ações como ***individuais***, quando o atentado é realizado por um indivíduo isolado e sem ligação com nenhuma organização; ***grupais***, quando a autoria do atentado é atribuído a organizações que podem ser políticas, religiosas, étnicas, etc.; finalmente ***estatais***, quando na origem do terrorismo e como seu autor material se encontra o próprio Estado. Conforme o âmbito no qual o terrorismo espalhe o terror, pode se falar de terrorismo *Nacional* (seja este terrorismo de Estado ou "contra-Estado", este último também chamado de "terrorismo revolucionário"), quando realizado no âmbito do próprio Estado, ou terrorismo ***Internacional***, quando atua num contexto político internacional, como no caso das guerras de libertação contra as formas de ocupação do inimigo.[276]

Tendo em conta a modalidade do atentado, pode se distinguir o terrorismo sexual, psicológico, econômico, militar, etc. Pela consideração dos meios, o terrorismo pode ser perpetrado com qualquer tipo de armas, desde as brancas como nos simbólicos degolamentos na Argélia, até bombas de diferente poder de explosão. Além disso, com o atentado no metrô de Tóquio, ficou claro que as armas químicas não estão excluídas nas ações do terrorismo, e, seguindo esta lógica, podemos concluir que armas biológicas e também atômicas possam fazer parte do arsenal do terror.[277]

---

[276].- Para uma visão mais pormenorizada desta classificação ver de Luigi Bonanate o verbete "*Terrorismo Político*" in Bobbio N. *et alli*: *Dicionário de Política*. Brasília, ed. UnB, 1986.

[277].- Já foram desmantelados vários intentos de contrabandear material nuclear, em pequenas doses, para a Europa aparentemente vindos da ex-URSS. Em maio de 1992 já

Em função dos objetivos procurados, ordenados pela pergunta "para quê?", poderíamos falar de terrorismo patológico, quando não há um objetivo claro, mas o motivo da ação é de ordem psico-patológica, como na maioria dos atentados individuais; religioso, quando o objetivo é aniquilar um grupo religioso ou provocar a adesão religiosa através do medo; econômico, quando o efeito procurado é nessa área, como no caso do terrorismo contra os turistas, em países onde o turismo é a principal fonte de rendas, ou contra fontes de energia, etc.; e político, quando o objetivo visado são as relações de força, como quando se mata uma personagem política importante, como no assassinato de J. F. Kennedy em 1963, quando este era presidente dos EUA.

Para os objetivos do nosso trabalho nos interessa outra distinção, para a qual propomos um critério classificatório baseado na seleção da vítima, conforme essa seleção procure intencionalmente precisão identificatória ou não. Trataremos de analisar mais detidamente a classificação originada pelo critério proposto, em função do qual podemos distinguir dois tipos de terrorismo diferentes: o indiscriminado ou aleatório e o discriminado ou sistemático.

a.- Terrorismo indiscriminado ou aleatório

O terrorismo é aleatório ou indiscriminado quando sua vítima não é definida antecipadamente nem obedece a qualquer seleção sistemática ou política. Ele procura deliberada e indiscriminadamente fazer vítimas inocentes, em grande número e com a maior diferenciação social possível. O atentado terrorista ideal é

---

advertíamos para esta possibilidade: "O gelo da guerra fria derreteu e sua água radioativa penetrou a porosidade ideológica do mundo (...) O controle nuclear do Leste, caraterizado pela "racionalidade" burocrática, hoje se dilui em vários gatilhos nas mão de líderes tão populistas quanto imprevisíveis" in "A nova (des)ordem mundial", *O Estado de S. Paulo*, 19-05-92, p. 2. As armas nucleares e biológicas já estão ao alcance dos grupos terroristas, nada impedirá, chegado o caso, que estes grupos as usem. O exemplo do metrô de Tóquio e também o do prédio de Ocklahoma são a constatação de que o terrorismo não tem limites éticos para atingir seus objetivos.

aquele que mata homens e mulheres, velhos, jovens e crianças, brancos e negros, militares e sacerdotes, mas sobretudo, pessoas comuns. Para este tipo de terrorismo, poderíamos dizer, não há "grupo de risco": qualquer um pode ser a próxima vítima. Não há atividade, idade, profissão, credo, cor, ideologia que esteja isento da possibilidade de ser o alvo do atentado terrorista.

A universalidade da vítima é a característica principal do terrorismo aleatório, outra é a espetacularidade do atentado. O momento escolhido é normalmente a plena luz do dia e quando o movimento de pessoas é maior. O lugar às vezes é representativo da ordem social imperante, como tribunais, supermercados, lojas, prédios onde funcionam repartições públicas, meios de transporte coletivos (como o metrô de Tóquio), enfim, lugares de grande concentração ou circulação de pessoas. A morte de crianças, como no atentado no edifício de Ocklahoma onde funcionava uma creche, permite mostrar que não há limite para a crueldade, que o terror não recua ante nada, ele é inclemente e precisa manifestá-lo. Seu objetivo é criar um terror incontrolável e generalizado. O cidadão vê em qualquer outro o possível terrorista inimigo. Quando o terrorismo aleatório é eficaz, todo mundo é suspeito, e, como não há identificação política nem ideológica, sua repressão é muito difícil.

Em contrapartida, os adeptos do terrorismo aleatório normalmente não têm o preparo militar e político do guerrilheiro profissional, o que às vezes os leva a cometer erros que facilitam, em algumas oportunidades, sua captura. O efeito principal deste tipo de terrorismo é a sensação de isolamento do cidadão em relação ao Estado, o que chamamos de *desamparo aprendido*[278], por induzir o cidadão a

[278] - Tomamos esta expressão de um modelo animal usado para estudar doenças mentais, especialmente a depressão. O modelo é construído a partir do sujeição do animal à técnica do choque incontrolável, isto é, à aplicação de choques elétricos de intensidade e freqüência variáveis, mas inescapáveis. Depois de se debater por algum tempo e procurar a fuga por todos os meios, o animal desiste da fuga, *aprendendo* que qualquer intento é inútil. Esse é o momento em que o animal aprende que está desamparado, constituindo-se no modelo de depressão. O notável é que, a partir desse

aprender que não tem proteção possível para os atentados, que não há nenhuma atitude que possa tomar para se defender, que ele não tem qualquer controle sobre sua situação. O cidadão sente-se desprotegido e vulnerável ao ataque imprevisível e indiscriminado do terrorismo. Ele sente que aquele Estado, com todas suas estruturas repressivas e preventivas, é absolutamente impotente para protegê-lo. Se esse Estado, que ele ajuda a manter com pesados tributos, não é capaz de afastar o perigo que paira como uma espada pronta a cair sobre qualquer cabeça, então quem poderá protegê-lo? Se o soberano, que é o depositário de todas as vontades e todas as forças, não pode cumprir a única contrapartida que o contrato social dele exige, a saber, a proteção da vida do cidadão, então o Estado se mostra impotente, perde o elemento de coesão e o tecido social se abre até deixar o cidadão sozinho e aterrorizado. O terrorismo não tem como objetivo direto a tomada do poder, nem poderia tê-lo. Seu objetivo direto é a desestabilização do regime vigente através do terror induzido na população. Por isso, quanto mais irracional e aleatório seja seu acionar, mais eficiente será.

b.- Terrorismo sistemático ou discriminatório

O terrorismo sistemático ou discriminatório é aquele que escolhe suas vítimas por alguma característica identificatória, seja esta a religião, a profissão, a cor, a etnia, a classe social, etc. Atentados terroristas com esta característica são os cometidos pelo movimento separatista basco (ETA) contra os militares de alta patente, especialmente comprometidos com a repressão e a tortura; pelo Exército

momento, o animal não procurará a fuga inclusive em situações em que esta seja possível. Veja-se entre outros de M.S. Faria and N.A. Teixeira, "Reversal of learned helplessness by chronic lithium treatment at a prophylactic level" in *Brasilian Journal*, 26: 1201-1212 (1993). No caso que estamos analisando, o terrorismo funcionaria como os choques elétricos, seus atentados são aleatórios, de intensidade variável e de freqüência incerta; como o Estado não tem condições de garantir a segurança do cidadão, para este a situação apresenta-se como "inescapável". Como o cidadão não pode fazer nada para se salvar do atentado, para garantir sua exclusão da possibilidade de ser a próxima vítima, ele cai em desamparo.

Republicano Irlandês (IRA), contra os soldados do exército inglês ou militantes protestantes; pelos argelinos pertencentes ao braço armado da Frente Islâmica de Salvacão (FIS) especialmente contra jornalistas e formadores de opinião; pelos comandos islâmicos egípcios, contra turistas, visando a principal atividade econômica do Egito; pelos comandos palestinos da Hammad, contra postos militares israelitas; pelos ataques da aviação israelita sobre acampamentos palestinos; pela guerrilha colombiana, contra companhias petroleiras estrangeiras; pelos atentados da guerrilha dos Tutsis, contra os campos de refugiados Hutus e por estes, contra aqueles em Ruanda.

Diferentemente do aleatório, este tipo de ação terrorista baseia sua eficácia na correta precisão da identificação da vítima, pois é a partir dessa identificação que os campos da amizade e da inimizade assumem seus contornos políticos com maior nitidez, obrigando a sociedade a tomar partido por um ou outro dos campos. Este é o tipo de terrorismo que pode ter alguma função tática na guerra revolucionária.

III.- A FUNÇÃO TÁTICA DO TERRORISMO NA GUERRA REVOLUCIONÁRIA.

O que todas estas ações têm em comum é que, ainda que esses grupos procurem em última instância a tomada do poder, em nenhum caso essas operações são decisivas. Porém, todas elas se revestem de uma significação muito clara: identificar o inimigo; tornar nítida a frente de combate; manifestar abertamente a opção desse grupo pela luta armada; levar seu inimigo a tomar consciência de que sua posição não é invulnerável; disseminar a intranqüilidade e o terror entre seus membros para forçar a deserção pelo medo e a perda de prestígio da instituição. A diferença entre este terrorismo sistemático e aquele aleatório é que se com a

discriminação do inimigo no primeiro estabelecem-se os campos da inimizade, no segundo o inimigo não é identificado, não estabelece campos de confronto, não há frente de combate, ele apenas provoca uma comoção social desintegradora: o espanto.

O terrorismo sistemático, diferentemente do aleatório, pode ser uma ferramenta para a luta política na medida em que galvaniza o âmbito social em campos de combate, mas, em contrapartida o risco que corre é de desvincular o grupo armado revolucionário da mobilização popular. Como nota Carlos Nuñez,

> "um princípio revolucionário e uma exigência prática: suas ações [dos Tupamaros] golpeiam o sistema e os interesses que ele representa, mas evitam provocar vítimas inocentes com o que ganhariam a rejeição da população."[279]

Com efeito, em determinadas circunstâncias o terrorismo pode ser contraproducente na medida em que pode desatar uma violência maior e indiscriminada por parte das forças da repressão. O castigo descarregado sobre os movimentos populares como forma de retaliar os atentados terroristas, acompanhados de uma profusa campanha de propaganda, pode levar a direção política desse movimento a colocar-se contra o acionar terrorista. Ainda que isto não se concretize, as forças repressivas podem tomar os atentados terroristas como pretexto para reprimir e desarticular a organização das forças populares que, à força de sacrifícios e muito tempo, foram organizadas. As ações terroristas revolucionárias devem vir a fortalecer o acionar das organizações populares, auxiliar na sua defesa, apoiá-las nas negociações, mas sempre evitando que sua ação possa ser utilizada como motivo ou justificativa da repressão. Ela deve contribuir com as formações populares para fomentar o ódio, necessário para manter acesa a chama revolucionária, mas evitar a todo custo

[279].- Carlos Nuñez. Op. cit., p. 63.

espalhar o medo entre elas. Esta é a difícil tarefa da peculiar função do terrorismo para a revolução: fornecer segurança, coesão e ódio às forças populares e terror às fileiras do aparelho repressivo. Este fato tampouco foi negligenciado por "Che" Guevara:

> "Há um ponto sumamente controvertido na apreciação do terrorismo. Muitos consideram que ao se usar e exacerbar a opressão policial, impede todo contato mais ou menos legal ou semi-clandestino das massas e impossibilita sua união para as ações que seriam necessárias em um momento determinado. Isto, em si, é exato, mas sucede também que, nos momentos de guerra civil e em determinadas populações, a repressão do poder governante é tão grande que, de fato, está suprimida toda classe de ação legal e é impossível uma ação de massas que não seja apoiada pelas armas."[280]

[280] - "Che" Guevara. "Essencia de la lucha, estrategia y táctica guerrilleras". Op.cit., p. 52

CAPITULO VI

DA GUERRA À REVOLUÇÃO

1.- A DIREÇÃO POLÍTICA NAS RELAÇÕES DE FORÇA.

Maquiavel dedica *O Príncipe* fundamentalmente ao tipo de ação que leva à tomada do poder. Ainda assim, poderíamos dizer, sintetizando drasticamente o conteúdo do texto, que, para ele, a política do Príncipe se resume a duas direções possíveis da ação: conquistar o poder, quando não se o possui, ou conservá-lo, quando já se o conquistou. Se referindo à atividade política parlamentar, Max Weber[281] propõe caracterizá-la em função das duas direções possíveis que a ação pode assumir nesse contexto. Para este autor, a política pode ser positiva quando, contando com a maioria parlamentar, deve-se decidir e administrar os negócios públicos, ou negativa, quando, contando com uma minoria de representantes, deve jogar seu peso político procurando obstruir as decisões da maioria que realiza a administração positiva da política. É o que poderíamos chamar respetivamente de política da situação e política da oposição.

Assim como a ação política pode ser caracterizada como tomada ou conservação, em relação ao poder, ou como positiva ou negativa, em relação à administração político-parlamentar, achamos que, do ponto de vista das relações de força, a política pode ser caracterizada pela sua posição em relação ao equilíbrio do sistema de força. Neste sentido, a ação política pode ser orientada na procura da

---

[281] - Ver deste autor "Parlamento y gobierno en el nuevo ordenamiento alemán", in *Escritos políticos*, 2 vol., México, Folio Ediciones, 1982, pp. 93 e ss.

estabilidade das relações de forças, para os que querem manter o *status quo* garantido por esse equilíbrio, ou a *instabilidade*, para os que desejam mudá-lo.

Como que orientado por uma certa "inércia" estabilizadora, todo sistema tende a sua conservação: o sistema procura "naturalmente" a estabilidade. Toda irrupção nessa estabilidade só pode ser temporária porque o sistema, comportando-se como um giroscópio, não se mantém no desequilíbrio. A ação política, enquanto desestabilizadora, funciona como um "ruído" dentro do sistema de relações de força, como uma "perturbação" do mesmo que, enquanto tal, será transitória: o sistema não pode permanecer eternamente perturbado. O que se procura com o "ruído" é uma perturbação no equilíbrio das relações de forças para que, no seu retorno à estabilidade, se estabeleça um novo ponto de equilíbrio de forças diferente do inicial, isto é, para que o retorno ao equilíbrio resulte num estado de coisas novo em relação às condições iniciais. Por sua vez, a ação política orientada pela estabilidade não tem como objetivo o retorno à estabilidade, mas *evitar* a instabilidade, impedir que o sistema perca seu ponto de equilíbrio. O retorno à estabilidade é uma condição intrínseca ao próprio sistema. A política da estabilidade, na medida em que atua *sobre* o sistema, procurará eliminar os focos que possam alterar o equilíbrio do mesmo, isto é, sua ação objetivará impedir e em última instância contrarrestar a ação da política desestabilizadora.

Tendo como pano de fundo o sistema das relações de força que tensiona a superfície do mundo da política, poderíamos definir a ação política revolucionária como aquela que visa mudar as relações do sistema de forças para impor seus objetivos políticos; e a ação política contra-revolucionária, como aquela que intenta impedir a perturbação das relações de força para garantir a manutenção do *status* político que resulta de - e justifica - a correlação de forças existente.

Esta situação, por si só, define os objetivos gerais de ambas políticas, da contra-revolucionária, que orientará a ação procurando pelos meios a seu alcance[282] evitar o surgimento de focos de instabilidade no sistema, e da revolucionária, que colocará todo seu dispositivo a serviço da desestabilização do mesmo.

A primeira vista pode parecer que o primeiro tipo de ação, aquele que procura a manutenção do equilíbrio de forças, deverá desenvolver uma estratégia defensiva, já que seu objetivo consiste em conservar uma situação dada. Em contrapartida, o segundo tipo de ação, por tentar desestabilizar a ordem, pode induzir a pensar que só possa admitir uma concepção estratégica ofensiva. Porém, embora a ação estabilizadora, *do ponto de vista político*, seja defensiva, ela pode, e muitas vezes deve assumir, *do ponto de vista estratégico*, uma atitude ofensiva tendente a abafar a emergência de focos de desestabilização no sistema[283]. Por sua vez, ainda que, *do ponto de vista político*, a ação desestabilizadora deva assumir uma posição ofensiva, porque deve deixar claro seu propósito de modificar a relação de forças, ela pode, e muitas vezes deve, *do ponto de vista estratégico*, desenvolver uma atitude defensiva, não apenas pela disparidade de forças, mas também porque o ataque exige um

---

[282] - Em muitos casos, a política da estabilidade poderia evitar o surgimento de focos de instabilidade por meios não militares, por exemplo, satisfazendo algumas demandas sociais que reduziriam o espaço de ação da política desestabilizadora. Mas a satisfação dessas demandas sociais significaria distribuir a riqueza acumulada pela classe cujos interesses orientam a força estabilizadora, a qual prefere correr o risco de ter que usar a força militar para reprimir os focos de instabilidade a ferir seus interesses distribuindo sua riqueza para evitar que esses focos surjam. Não é outra coisa o que acontece atualmente com o movimento dos "sem terra" no Brasil. Sem entrar no mérito da questão, é fácil reconhecer que se o governo distribuísse as terras improdutivas anularia o argumento principal da condução do movimento evitando a desestabilização no campo. Porém, essa atitude feriria os interesses da oligarquia fundiária, que declara não ter condições para pagar os impostos que recaem sobre sua propriedade, mas que tem condições de armar "pequenos" exércitos privados de mercenários aumentando ainda mais a tensão no campo com a conseqüente desestabilização política.

[283] - Como no caso dos EUA no seu espaço de interesse: mantêm uma política defensiva do *status quo*, da "democracia" e do livre mercado e uma estratégia ofensiva, para eliminar no próprio nascedouro aqueles focos que possam se transformar em forças de instabilidade.

dispêndio maior de energia do que a defesa. As táticas. tanto num caso como no outro, podem ser defensivas ou ofensivas dependendo da situação concreta.

Deve-se ter presente que nem todos os elementos que atuam sobre as relações de força dependem da vontade humana. são de índole política ou foram conscientemente orientados. A tormenta. inequívoco fenômeno da natureza que devastou a "Armada Invencível" do império espanhol. teve uma incidência sobre as relações de força do século XVI que mudou a configuração política do mundo. A destruição de grande parte da frota espanhola foi a condição de possibilidade da vitória da armada inglesa em Trafalgar e seu posterior domínio marítimo. Mas outras vezes pode acontecer que decisões políticas para agir numa certa direção das relações de forças produzam um resultado diferente do esperado quando não totalmente contrário. Foi justamente para evitar essa possibilidade que o presidente Busch deteve o avanço das tropas internacionais comandadas pelos EUA sobre Bagdá. dando ouvidos surdos aos argumentos dos seus generais que se baseavam na "lógica da guerra": ele percebeu que uma eventual derrota do governo de Sadam Hussein poderia provocar uma alteração imprevisível no equilíbrio das relações de força da região. criando uma instabilidade politicamente mais desastrosa que o decorrente da permanência de Sadam no governo do Iraque. Se a sensibilidade política fosse um atributo aperfeiçoável pelo desenvolvimento da técnica da "engenharia política", o Pentágono não cometeria os erros históricos a que nos tem acostumado; felizmente para os EUA, a brutal desproporção de forças a seu favor consegue minimizá-los, não sem deixar alguns exemplos antológicos de sua insensibilidade política para compreender tanto a história quanto a natureza específica das guerras, entre os quais podemos lembrar como o mais notório e emblemático a guerra do Vietnã.

As relações de força se reproduzem tanto no nível internacional quanto no intraestatal, embora sejam, em ambos casos, de natureza diferente.[284] Atento a este fato, Raymond Aron reconhece que "não há dúvida de que a luta pelo poder e o exercício do poder, dentro das coletividades, guardam certos traços em comum com a rivalidade de potência entre unidades políticas autônomas"[285]. Em realidade, ambos sistemas de relações de força, o internacional e o estatal, são fenômenos interligados que acontecem no mesmo mundo, podendo determinar relações recíprocas de estabilidade/instabilidade. Pode acontecer que o desequilíbrio das forças internas a um Estado provoque um foco de instabilidade no sistema internacional das relações de força,[286] como também o inverso, isto é, que um desequilíbrio das forças internacionais provoque (ou seja motivo de, ou aproveitado para) uma instabilidade nas relações de forças internas a um Estado.[287] De maneira tal que, a partir da

---

[284] - No caso estatal (como reconhecem Weber, Lenin, Trotsky e Aron apenas para mencionar alguns pensadores de diferentes correntes políticas) o exercício da força se dá em regime de monopólio, embora esse monopólio possa ser a "resultante" de relações de forças internas e que ele próprio possa ser disputado. No caso das relações internacionais o exercício da força se dá, em princípio, em regime de "livre concorrência". Raymond Aron também aponta para o fato de que, "a potência no cenário internacional difere da potência no cenário interno de cada país: não tem a mesma envergadura, não emprega os mesmos meios, não se exerce sobre o mesmo terreno". *Paz e Guerra entre as Nações*. Brasília, UnB, 1986, p. 104.

[285] - Raymond Aron. *Paz e Guerra entre as Nações*. Brasília, UnB, 1986, p. 103.

[286] - Como aconteceu na Ex-Iugoslávia depois da morte do seu líder máximo Tito. Tratava-se, num primeiro momento, de um caso típico de convulsão interna, uma desestabilização dentro das fronteiras do Estado como resultante do confronto armado pela disputa do monopólio legítimo da força para impor uma ordem jurídica unívoca para todo o território (habitado por pessoas pertencentes a nacionalidades, etnias, religiões e histórias diferentes). Essa guerra civil, por si só, dada sua localização geoestratégica, constituía a possibilidade da abertura de um foco de instabilidade para as relações de forças internacionais. Mas para agudizar o conflito (propositalmente ou não), o governo alemão se precipitou a reconhecer a Cróacia e a Eslovênia como Estados independentes, com o risco de transfomar a guerra civil em guerra internacional.

[287] - O caso emblemático é a ruptura da frente internacional, durante a Primeira Guerra Mundial, e sua transformação em revolução sob os auspícios do partido bolchevique russo que daria surgimento à URSS. Mas um exemplo mais próximo (tanto espacial quanto temporalmente) foi o resultado que teve para as relações de forças internas à Argentina a guerra internacional que este país manteve contra a Inglaterra pelas Ilhas Malvinas. O fracasso militar frente aos ingleses foi o fator decisivo que, somado à crise econômica, política e social em que o governo militar tinha submergido

construção de um modelo de equilíbrio das relações de forças poder-se-ia analisar tanto o fenômeno das relações internacionais quanto o relacionamento político entre os grupos ou as classes sociais dentro do Estado, mas também as possíveis relações mútuas entre ambos os sistemas. Esse modelo poderia auxiliar na demarcação de regiões mais o menos estáveis no âmbito internacional e permitir a previsão do surgimento de focos desestabilizadores, tanto para evitá-los ou reprimi-los quanto para atiçá-los e generalizá-los.

A partir do modelo de estabilidade/instabilidade do equilíbrio do sistema de relações de força, poder-se-ia decidir em que momento uma situação de conflito interno às fronteiras de um Estado pode assumir proporções internacionais, perturbando o sistema internacional de relação de forças, assim como, em que situação, um desequilíbrio das relações de forças internacionais pode ser aproveitado para provocar uma ruptura da frente externa e transformar o confronto bélico internacional em guerra civil para resolver um conflito interno. Pode acontecer que, em algumas circunstâncias, não seja uma situação de desequilíbrio do sistema, mas precisamente o seu equilíbrio, que favoreça a decisão sobre um conflito interno. Referimo-nos ao caso em que o perigo de provocar um desequilíbrio nas relações de força internacionais dissuada as potências extrangeiras de intervir no conflito interno. Finalmente, pode acontecer que a ameaça de intervir no conflito interno de um país estrangeiro desate uma crise política no país interventor e, ante a possibilidade de gerar um desequilíbrio nas relações de forças internas, este desista da intervenção. O medo de isto aconter, foi o que retardou a intervenção norte-americana na crise do Haiti.

à Argentina, fez com que as relações de forças internas se alterassem para derrubar a feroz ditadura.

Por outro lado, o desequilíbrio de forças provocado pela Primeira Guerra Mundial foi aproveitado pelo partido bolchevique para acelerar o processo revolucionário na Rússia. Outro exemplo deste tipo de aproveitamento interno de um desequilíbrio provocado por um conflito internacional foi o da invasão da China pelo exército japonês, que demandou uma duplicação do esforço do exército nacionalista do Kuomintang, comandado por Chian Kai-Sheck, facilitando a vitória revolucionária do exército vermelho de Mao-Tze-Tung.

II - GUERRA INTERNACIONAL E GUERRA REVOLUCIONÁRIA

A guerra internacional é um conflito bélico onde os atores beligerantes são dois ou mais Estados. Essa guerra pode ser travada entre dois Estados, como no caso da guerra entre Iraque e Irã; pode ser levada a cabo por um Estado contra vários outros, como no caso da Alemanha no início da Segunda Guerra Mundial; ou de um grupo de Estados contra um outro, como no caso da Guerra do Golfo; ou de um bloco de Estados contra outro bloco, como aconteceria segundo todas as hipóteses de guerra durante a "guerra fria" entre a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e o Pacto de Varsóvia.

Mas a guerra pode ser empreendida dentro de um mesmo Estado por duas facções ou partidos que dividam o país e que disputem entre si o monopólio legítimo da violência para o mesmo território. Neste caso, o conflito bélico é chamado de "guerra civil". Nela, a maioria das vezes, se confrontam compatriotas com a mesma nacionalidade, cultura, língua, tradições, etc. Entre os exemplos mais notórios podemos lembrar a guerra civil norte-americana, as guerras civis na França, a guerra civil na Espanha. Esta última constituiu um caso particular pela participação direta e explícita de outros países e das brigadas internacionais.

Finalmente, a Guerra Revolucionária é uma guerra civil na qual o fundamento último do conflito, sua caracterização política, é a agudização bélica da luta de classes. Se todas as guerras revolucionárias são guerras civis, nem todas as guerras civis são guerras revolucionárias, assim como nem todas as guerras são guerras civis. Portanto, a guerra revolucionária é um conflito armado do tipo da guerra civil onde o que está em jogo é o domínio político de uma classe social.

Raymond Aron percebeu a estreita imbricação entre a guerra internacional e a guerra civil, apontando a facilidade com que se pode passar de uma para a outra e vice-versa. Diz ele: "a guerra entre Estados transforma-se em guerra civil quando cada um dos campos que se defrontam está ligado a uma fracção do outro campo..."[288] e um pouco mais adiante agrega que, "retrospectivamente, a maior parte das guerras parecem guerras civis, porque colocam em oposição unidades políticas destinadas a fundir-se numa unidade política de ordem superior".[289]

Por sua vez, a guerra e a guerra revolucionária são fenômenos que historicamente mostraram-se inter-relacionados, tanto porque as guerras internacionais ou de libertação acabam propiciando guerras civis revolucionárias, quanto pelo fato de que as guerras revolucionárias acabam provocando, como conseqüência de sua política interna, o desenvolvimento de guerras internacionais. As expedições napoleônicas que levaram o exército republicano francês a combater os exércitos monárquicos europeus foram a conseqüência natural do desenvolvimento político da Revolução Francesa: a própria lógica interna da política revolucionária exigia essas campanhas defensivo-ofensivas. A guerra contra o Japão propiciou na Rússia a revolução de 1905, quase como uma antecipação premonitória da Revolução de Fevereiro que aconteceria durante a Primeira Guerra Mundial.

---

[288] - Raymond Aron, *Paz e Guerra entre as Nações*, Brasília, UnB, 1986, p. 164.

[289] - *Ibidem*, p. 165.

Esta imbricação entre a guerra entre Estados e a guerra revolucionária não passou inadvertida a Hannah Arendt. Para ela, a freqüência com que as guerras internacionais provocam revoluções e a facilidade com que estas desencadeiam aquelas, se deve, principalmente, ao fato de a violência ser "uma espécie de denominador comum entre ambas". Neste particular podemos concordar com a autora, mas não com sua conclusão:

> "não devemos deixar de observar que o simples fato de as revoluções e as guerras não serem concebíveis fora do domínio da violência é suficiente para que as consideremos à parte de todos os outros fenômenos políticos."[290]

Embora Hanna Arendt possa ter razão em que tanto a guerra como a revolução possuem sua própria especificidade política - como todo fenômeno político -, é necessário ter sempre presente que a guerra - nunca é demais repetir - não é algo inteiramente diferente da política. A guerra é a própria política travestida com toda a violência de sua força. A política pode se manifestar pacífica ou violentamente, através da diplomacia ou da guerra, *mas em todos os casos amparada nas relações de força.*[291] Com a guerra não acabam as relações políticas, apenas é através daquela que estas mostram qual é o seu ponto extremo e definidor. Há quem pense que a guerra é irracional porque sua utilização significa abandonar os caminhos "racionais" da política; muito pelo contrário, a guerra *pode* ser irracional porque é a manifestação bélica de uma política irracional. Não há guerras racionais e guerras

---

[290] - Hannah Arendt, *Da revolução*, ed. Ática/UnB, S.P., 1988, p. 15.

[291] - Raymond Aron afirmava que "A negociação é, para a diplomacia, o mesmo que a batalha é para a estratégia", e advertia que, "A preparação diplomática conduz à conferência de negociação da mesma forma como a preparação militar leva à prova das armas. Mas a margem de manobra dos negociadores é limitada pela força potencial das coalizões (quando não ocorreram ainda hostilidades), ou pelos fatos militares (quando a guerra já ocorreu)" Op. cit., p. 115. Este autor dizia que a geografia das relações diplomáticas era determinada pela relação de forças.

irracionais, apenas há guerras como prolongamento de políticas racionais ou irracionais.

O que caracteriza a guerra não são os meios, mas a política para cujos objetivos aquela guerra serve. Portanto, uma guerra será revolucionária se estiver a serviço de uma causa revolucionária, se ela for a manifestação bélica de uma política revolucionária. Por isso, equivocam-se aqueles que apressadamente classificam uma guerra de revolucionária apenas porque seus meios "são revolucionários". Em primeiro lugar, não há meios revolucionários ou meios contra-revolucionários. Apenas há meios empregados para fazer prevalecer uma política revolucionária ou uma política contra-revolucionária. Em segundo lugar, outro equivoco freqüente é chamar a guerrilha de "pequena guerra" ou inclusive de "guerra de guerrilhas", como se o fato de utilizar-se de guerrilhas determinasse a caracteristica principal dessa guerra - o que significaria admitir que os meios classificam a guerra, o que é falso. Por isso, utilizamos exclusivamente a denominação de "tática de guerrilhas", que define estritamente um meio especifico de luta. A guerrilha pode ser utilizada tanto na guerra revolucionária quanto na contra-revolucionária (como a guerrilha czarista que combateu o Exército Vermelho na URSS ou a guerrilha dos "contras" que combateu ao Exército Sandinista na Nicarágua) e não será ela que caracterizará essa guerra, mas a política que constitui sua essência.

Em conformidade com este raciocínio, a guerra revolucionária será uma guerra conduzida por uma política revolucionária, independentemente dos meios que empregue. Toda guerra revolucionária é uma guerra de classes, a qual consiste em substituir, dentro das relações da luta de classes, sua manifestação "pacífica" pela via armada. Enquanto existam classes sociais antagônicas haverá luta de classes. Havendo luta de classes está colocada a possibilidade de, em determinado momento, o próprio desenvolvimento da luta indicar, como o caminho mais adequado para essa

situação concreta, o confronto armado. Se a luta armada é possível, isto é, se a guerra revolucionária é uma possibilidade teórica, as partes envolvidas devem se preparar para quando as circunstâncias históricas a tornem provável. Deverão estar atentas para perceber o momento histórico que transforme a mesa de negociação no teatro de operações onde se desenvolverão os combates. Esta percepção, extremamente aguçada, foi o que elevou Lenin à máxima liderança da maior revolução de nosso século.

III - FIM POLÍTICO E OBJETIVO ESTRATÉGICO NA GUERRA REVOLUCIONÁRIA

A guerra internacional e a revolução tiveram historicamente vários momentos de enlace. Referimo-nos à situação na qual um país está em guerra externa com outro e, simultaneamente, vive momentos de convulsão política e social interna. Lenin analisou este fato extraindo da experiência da Primeira Guerra Mundial todas as conseqüências possíveis para o andamento da revolução soviética. A estratégia revolucionária que Lenin propôs para ser executada por todos os partidos social-democratas da Europa naquela época é o que denominamos "fratura da frente externa". Diz Lenin:

> "A revolução russa de Fevereiro-Março de 1917 foi o começo da transformação da guerra imperialista em guerra civil. Esta revolução deu o *primeiro* passo para a cessação da guerra. Apenas um *segundo* passo pode garantir a sua cessação, a saber: a passagem do poder de Estado para o proletariado. Isto será o começo da 'ruptura da frente' em todo o mundo - da frente dos interesses do capital; e só tendo rompido *esta*

frente o proletariado *pode* libertar a humanidade dos horrores da guerra, dar-lhe os benefícios de uma paz duradoura."[292]

Abusando da simplificação, diríamos que a estratégia revolucionária leninista consistia basicamente em transformar a guerra imperialista internacional em múltiplas guerras nacionais que, por sua vez, acabassem resultando em guerras revolucionárias pelo confronto armado das classes sociais. Para isso propunha:

1 - Quebrar a coerção social, baseada no princípio do "patriotismo", das frentes imperialistas que se opunham como unidades políticas, em função dos interesses de classe;

2 - Agudizar a contradição de classes interna aos conglomerados imperialistas para destruir sua unidade política;

3 - Aproveitar a situação de beligerância e o armamento do proletariado para utilizá-los numa guerra de libertação, numa guerra civil onde as classes se confrontassem pelos seus interesses "contraditórios".

Resumidamente: transformar a guerra imperialista em guerra revolucionária.

A genialidade de Lenin que, a nosso ver, o inscreve como o principal formulador da teoria da guerra revolucionária, consistiu em elaborar uma concepção estratégica na qual conseguiu soldar, de maneira original, a teoria marxista da luta de classes, com a teoria clausewitziana da Guerra. Com essa síntese, por um lado, ele enriquece a teoria da guerra revolucionária com os elementos teóricos desenvolvidos pelo general prussiano quando este pensou na natureza da guerra e, por outro, coloca como fundamento político para caracterizar a natureza da guerra o reconhecimento das classes sociais como sujeitos e partes do conflito, assim como seu posicionamento dentro do confronto armado. Quais os interesses econômicos que

[292].- V.I. Lenin: "As tarefas do proletariado na nossa revolução" in Obras escolhidas, ed. cit., V. 2, p. 30.

promovem uma guerra? Quem defende esses interesses? Que significado tem essa guerra para a luta do proletariado? Estas são as perguntas que Lenin formula para classificar politicamente as guerras.

Lenin herda da teoria marxista dois elementos fundamentais para sua teoria da guerra revolucionária. Por um lado, a idéia de um sujeito ao mesmo tempo universal e concreto: o proletariado; e, por outro, um teatro de guerra com as mesmas características: as relações sociais de produção do sistema capitalista. Estes dois elementos se transformarão em alicerces de sua teoria política e em instrumentos para a ação na sua concepção da estratégia revolucionária. Através desses dois elementos históricos ele traduzirá a teoria da guerra de Clausewitz, apropriando-se com desembaraço dos conceitos desenvolvidos por este autor na sua obra maior: *Da Guerra*. A fórmula clausewitziana de que "a guerra não é outra coisa que a continuação da política por outros meios" levou Lenin a pensar no momento em que dever-se-ia processar a mudança dos meios na luta de classes, isto é, elaborar uma concepção estratégica para o momento da ruptura histórica reconhecendo que, chegado esse momento, a luta armada podia ser inevitável:

> "Quem reconhece a luta de classes - afirmava Lenin - não pode deixar de reconhecer as guerras civis, que em qualquer sociedade de classes representam a natural, e em determinadas circunstâncias inevitável, continuação, desenvolvimento e agudização da luta de classes. Todas as grandes revoluções o confirmaram. Negar as guerras civis ou esquecê-las significaria cair num oportunismo extremo e renegar a revolução socialista."[293]

A partir dos conceitos clausewitzianos fundamentais, ele integrará aqueles elementos marxistas que lhe permitirão o salto qualitativo na compreensão do fenômeno da guerra. Sua preocupação com a revolução o levará a superar os limites

---

[293] - *Idem "O programa militar da revolução proletária"* in op.cit , vol I, p. 680.

da guerra interestatal circunscrita pelo direito internacional, dentro dos quais pensara o general prussiano, e, com a idéia do proletariado como sujeito universal, ele colocará a guerra numa dimensão também universal e irrestrita. Em suas palavras:

> "No plano teórico seria totalmente errado esquecer que qualquer guerra não é mais do que a continuação da política por outros meios; a atual guerra imperialista é a continuação da política imperialista de dois grupos de grandes potências, e esta política é gerada e alimentada pelo conjunto das relações da época imperialista. Mas esta mesma época deve necessariamente gerar e alimentar também a política de luta contra a opressão nacional e de luta do proletariado contra a burguesia e, por isso, a possibilidade e a inevitabilidade, em primeiro lugar, das insurreições e guerras revolucionárias nacionais, em segundo lugar das guerras e insurreições do proletariado contra a burguesia, em terceiro lugar da unificação de ambas as espécies de guerras revolucionárias, etc."[294]

O postulado do sujeito universal permitirá pensar em uma hostilidade também universal: no confronto de classes, o inimigo é absoluto e a guerra só pode ser de aniquilamento. O inimigo absoluto para Lenin é concreto: o inimigo de classe. Daí que a tarefa mais importante para a estratégia revolucionária consistirá em identificar em cada situação concreta a manifestação também concreta desse inimigo absoluto. A tese da ruptura da frente durante a guerra imperialista, para transformar esta em guerra revolucionária generalizada[295], é perfeitamente coerente com esta argumentação.

---

[294] - *Ibidem*, p. 681.

[295] - Lenin defendeu as decisões dos congressos de Stuttgart, de Copenhagen e de Basiléia, que "obrigavam os socialistas de todos os países a lutar contra o chauvinismo em todas e quaisquer condições, que obrigavam os socialistas a responder a qualquer guerra desencadeada pela burguesia e pelos governos com a redobrada propaganda da guerra civil e da revolução social" in "A guerra e a social-democracia da Rússia" op.cit., vol I. p. 562. Ver também "O programa militar da revolução proletária", op.cit., vol. I.

Do ponto de vista técnico, a ação revolucionária que leva à tomada do poder pode ser analisada em três momentos diferentes. Estes momentos são comuns a toda tomada do poder violenta e a todo confronto armado: a preparação, o assalto e a consolidação. O momento preparatório é aquele no qual se formula a concepção estratégica global do processo revolucionário, mas também no qual se definem as alianças políticas e se consolida o grupo de vanguarda que comandará as ações: é o momento da conspiração. O segundo momento é o do ataque, o momento do assalto em que serão tomados os pontos considerados estratégicos para o êxito da operação, em que as forças revolucionárias passam para a ofensiva para tomar os pontos sensíveis do sistema do inimigo: é o momento em que se procura a decisão. Finalmente o momento de consolidação, que consiste em eliminar os bolsões de resistência evitando que o inimigo possa se reagrupar e reordenar suas forças para intentar um contragolpe. Cada um destes momentos requer cuidados especiais já que apresentam riscos variados.

Na guerra convencional, por exemplo, o momento da preparação exige cautela para evitar que os planos de ação possam cair nas mãos do inimigo, mas não apresenta perigo especial para as próprias forças. O momento do assalto, em compensação, leva quase todas as energias do operativo e nele se correm os maiores riscos de fracasso, é quando se produzem os combates decisivos e, por isso, normalmente os mais encarniçados. É normalmente neste momento que se verifica o maior número de baixas. Finalmente o momento da consolidação se realiza na forma de desmantelamento, perseguição e eliminação dos restos da tropa inimiga, além de exigir que as próprias tropas estejam dispostas defensivamente.

No caso da guerra revolucionária, pelo contrário, o momento mais perigoso é o da conspiração, pois é nesse momento que as forças revolucionárias ficam mais vulneráveis (pela necessidade de criar alianças que dividam a frente do inimigo) à

infiltração por parte dos serviços de inteligência contra-revolucionários, tornando-se mais vulneráveis ao aniquilamento por constituir ainda um grupo relativamente pequeno e frágil. Se a conspiração e preparação do golpe são realizados minuciosamente, o momento do assalto será facilitado. Poderíamos dizer que o êxito da preparação se revela na facilidade com que o assalto é perpetrado. Finalmente a consolidação do processo revolucionário é normalmente cruento (a chamada etapa do "terror revolucionário" que visa reprimir as eventuais intentonas contra-revolucionárias ou impor a "justiça revolucionária"), assumindo muitas vezes as características da guerra civil, como foi o caso da Rússia, ou de invasões armadas do exterior como o intento de invasão a Cuba, financiado e apoiado pelos EUA e o ataque dos "contras", com o mesmo financiamento e apoio logístico, na Nicarágua sandinista.

A guerra revolucionária, como qualquer outra guerra, tem uma gramática específica. Sua gramática é a mesma da guerra (as batalhas e os confrontos armados), mas sua lógica, como a lógica que orienta todas as guerras[296], é sempre a lógica da política. Se a guerra, como queria Clausewitz e aceitou o marxismo[297], é a continuação da política por outros meios, sua consistência lhe será fornecida por esta, conseqüentemente a lógica da política dominará as ações bélicas do início ao fim. A guerra não tem lógica própria e em momento algum é autônoma em relação à política[298].

---

[296] - Para Clausewitz o específico da guerra era sua gramática, pois para ele a guerra não tem lógica própria: "A verdade é que ela [a guerra] tem sua própria gramática, mas não a sua própria lógica". Ver de Carl von Clausewitz, *Da guerra*, op.cit, p. 737.

[297] - Ver nota 52.

[298] - Isto ficou claro na recente guerra entre Iraque e a aliança internacional comandada pelos EUA que mencionamos mais acima. Quando todas as resistências iraquianas tinham sido vencidas pelos bombardeios sistemáticos e "inteligentes" e as tropas aliadas se dirigiam, sem esforço, para Bagdá, o presidente dos EUA, G. Busch, mandou parar a ofensiva dando por terminado o operativo. Quando quase todos os analistas, induzidos pela "lógica" da guerra, davam como certa a batalha decisiva que

A política não apenas determinará o objetivo estratégico da guerra, como também será um juízo político o que avaliará o peso ético e as conseqüências políticas da utilização de certos meios. Ninguém poderá defender seriamente que a decisão sobre a necessidade de utilizar a luta armada como o meio mais adequado para a revolução, ou a utilização da bomba atômica como meio de diminuir perdas humanas em uma guerra, possa ser meramente técnica. A política, então, não apenas determina os objetivos da guerra, mas também julga a correção moral dos meios e deverá assumir as conseqüências das ações. Daí a importância do esclarecimento político do fim da guerra revolucionária e do juízo sobre a adequação do objetivo estratégico.

O *fim político* da revolução socialista é a eliminação do Estado como conseqüência da supressão das classes: sem antagonismo de classes o Estado não se justifica nem se mantém. Em decorrência daquele fim, o *objetivo estratégico* adequado só pode consistir em criar as condições para sua realização: destruir os mecanismos de manutenção da ordem injusta - em termos leninistas, eliminar as "formações armadas especiais". Daí que, para o planejamento da ação revolucionária que leve as classes exploradas ao poder, seja necessário distinguir perfeitamente o fim político do objetivo estratégico como dois atos ou momentos do processo revolucionário. O esforço estratégico da guerra revolucionária deve se concentrar no seu primeiro ato, isto é, na destruição do aparelho repressivo do Estado da classe dominante[299], no ataque, no assalto ao Estado burguês. Com efeito, é neste ato que a

---

aniquilaria o regime iraquiano, o comando político se manifestou para lembrar que "a guerra é demasiado séria para deixá-la em mãos dos generais". Mas, por outro lado, foi uma forte advertência de que, onde quer que os interesses econômico dos americanos se infiltrem, os EUA preferirão, independentemente de sua retórica em defesa da "democracia" no mundo, uma ditadura conhecida a uma democracia incerta.

[299].- Embora a revolução socialista se complete com a destruição total dos aparelhos do Estado burguês, o objetivo da guerra se limita à eliminação do aparelho repressivo. Uma vez destruída a máquina bélica da classe dominante, e instalada com segurança a ditadura do proletariado, esta encarregar-se-á de eliminar todos os vestígios da velha

burguesia articulará sua defesa e lutará para conservar seus privilégios[300], é nele que se travarão os combates às formações especiais de repressão das classes dominantes. "Nestas palavras: 'destruir a maquinaria de Estado burocrática e militar' - segundo Lenin -, encerra-se, numa expressão curta, a principal lição do marxismo sobre a questão das tarefas do proletariado relativamente ao Estado na revolução."[301]. O segundo ato revolucionário, a substituição do Estado burguês pela ditadura da classe vitoriosa, a desapropriação e a monopolização dos meios de produção pelo novo Estado em nome de toda a sociedade, realiza-se quando a antiga classe dominante já perdeu (nos combates do primeiro ato) sua vontade de domínio e sua capacidade de reagir ante a imposição da vontade revolucionária, quando o domínio militar e político da revolução estiver definitivamente consolidado.

O objetivo estratégico da revolução será destruir o Estado burguês. Para usar o termo preciso, *aniquilar* as forças de resistência do velho Estado, isto é, retirar dele toda sua capacidade militar, sua vontade de combater e resistir. Diferentemente de outras guerras, nas quais o objetivo estratégico pode variar gradativamente entre os limites da paz imposta, por um lado, e da paz negociada, por outro, na guerra revolucionária *o objetivo só pode ser o aniquilamento total do inimigo*[302]. É

---

ordem burguesa de maneira repressiva, como força e não como violência, em obediência à ordem política proletária emanada de sua expressão política: a ditadura.

[300] - Ainda que neste ato se configure a batalha decisiva, a resistência pode se prolongar durante muito tempo e, em alguns casos, depois de uma aparente derrota, a restauração capitalista pode se instalar apoiada nas relações mercantis que sobrevivam à revolução. O caso da URSS é paradigmático, embora se deva ter em conta o fato de que, neste caso, a revolução se realizou apenas em uma parte do mundo, tendo que "conviver" com o mundo capitalista, e dentro de um sistema de direito internacional também burguês.

[301] - V. I. Lenin. "*O Estado e a Revolução*" in Op. cit., p. 247.

[302] - "Aniquilamento do inimigo" não quer dizer aqui carnificina ou genocídio. Aniquilar significa retirar do inimigo a potência de fogo, sua vontade de resistir. Sem estas características não há inimigo. Inimigo é aquele que nos ameaça. A palavra deriva do latim *inimicus* que significa adversário ou concorrente, mas seu sentido deriva do grego *Pólemos*, ou do latim *hostes* que significa combatente. Com o adversário, compete-se ou não, o inimigo combate-se até a morte.

inimaginável, e definicionalmente contraditório, a existência de um Estado com duas fontes antagônicas de poder armado: a definição do Estado exige o monopólio legítimo da força.[303] Daí que o objetivo de toda guerra civil, a revolução incluída, só pode ser a destruição total da capacidade militar de um dos contendentes e sua rendição incondicional.[304]

Para realizar aquele objetivo estratégico, a classe revolucionária deverá canalizar o caudal da violência dos oprimidos com paixão revolucionária (confiança na justiça da "causa"), objetividade estratégica (clara identificação do inimigo e do objetivo), e domínio tático (conhecimento e desenvolvimento técnico dos meios necessários). A sensibilidade para perceber estes princípios e sua genialidade prática para distinguir no calor da ação os dois atos, elevaram Lenin à posição de comando da revolução soviética. É importante notar que, embora enfatize a necessidade da violência revolucionária, sob seu comando, a Revolução de Outubro, no período do assalto, contou apenas dez vítimas, o que mostra sua capacidade conspirativa, de organização, articulação e comando. A virtude do general que poupa sacrifícios para suas tropas já tinha sido destacada cinco séculos a.C. pelo célebre estrategista chinês Sun Tzu. Ele assegurava que "combater e vencer em todas as batalhas não é o mérito máximo; o mérito máximo consiste em quebrar a resistência do inimigo sem

---

[303] - Entre as definições de Estado a de Max Weber é considerada clássica, não por ser original, mas por reunir de maneira clara e sumária todos os elementos que inquestionavelmente concorrem nas definições correntes: "por Estado - diz Weber - deve entender-se um *instituto político* de atividade continuada, quando e na medida em que seu quadro administrativo mantenha com êxito a pretenção ao *monopólio legítimo* da coação física para a manutenção da ordem vigente", in *Economia y sociedad*. Mexico, ed. Fondo de cultura Económica, 1979, pp 43-44. E também "Estado é aquela comunidade humana que, dentro de um determinado território (o "território" é o elemento distintivo), reclama (com êxito) para si o monopólio da *violência física legítima*" in *El político y el científico*. Madrid, Alianza editorial, 1975, p 83.

[304] - Lenin dizia que "num Estado *não podem existir* dois poderes. Um deles tem que ser reduzido a nada" in "As tarefas do proletariado na nossa revolução", *Obras Escolhidas*, Vol 2, ed. cit., p. 26. (enfatizado pelo autor).

combater".[305] Ainda assim, é recomendável lembrar a advertência do general prussiano Clausewitz:

> "As almas filantrópicas poderiam então facilmente julgar que existe uma maneira artificial de desarmar e derrotar o adversário sem verter demasiado sangue, e que é para isso que tende a verdadeira arte da guerra. Por mais desejável que isso pareça, é um erro que é preciso eliminar. Num assunto tão perigoso como é a guerra, os erros devido à bondade da alma são precisamente a pior das coisas".[306]

Lenin também foi enfático com respeito à necessidade de compreender a guerra revolucionária como a continuação da luta de classes. Como corolário dessa compreensão, ele achava que o proletariado deveria estudar as questões relativas à guerra e a estratégia assim como familiarizar-se com o uso das armas. Vejamos sua crítica aos socialistas pacifistas que, segundo o próprio Lenin, não tinham percebido a gravidade da hora, analisando ingenuamente a guerra que se avizinhava na Europa:

> "Os padres "sociais" e os oportunistas estão sempre prontos a sonhar com o futuro socialismo pacífico, mas aquilo que os distingue dos social-democratas revolucionários é exatamente eles não quererem pensar e sonhar com a encarniçada luta de classes e com as *guerras* de classes para tornar realidade este futuro maravilhoso (...) Uma Classe oprimida que não aspire a aprender a manejar as armas, a possuir armas, tal classe oprimida mereceria apenas ser tratada como são tratados os escravos. Pois não podemos esquecer, sem nos transformarmos em pacifistas burgueses ou oportunistas, que vivemos numa sociedade de classes e que dela não há nem pode haver outra saída que não seja a luta de classes."[307]

---

[305] - Sun Tzu, "El arte de la guerra" in *El ejercito y la Guerra*, Buenos Aires, Emecé editores, 1982, p. 51.

[306] - Carl von Clausewitz, *Da Guerra*, op.cit., p. 74. Robin Blackburn faz referência a este fator: "Guerras de classes, como nos lembrou a Sra. Tatcher, eram habitualmente conduzidas com mais rancor de cima que de baixo" in "Barbarie: o guia do usuário" in Emir Sader (org.) *O mundo depois da queda*, S.P., ed. Paz e Terra, 1995.

[307] - V.I. Lenin, *"O programa militar da revolução proletária"*, op.cit., vol. I, p. 681.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como adiantamos na introdução deste trabalho, nos concentramos especificamente na parte mais "dura" da luta revolucionária, isto é, no momento em que toda a violência social é organizada e canalizada estrategicamente para a guerra revolucionária. Nossa intenção com este trabalho foi apenas refletir sobre o significado político-estratégico dos meios utilizados pela luta armada, desde seus primórdios espontâneos até a mais sofisticada técnica da informática. Talvez tenham razão Alvin e Heidi Toffler[308] quando dizem que não será lutando da maneira que o fizeram os que ganharam a última guerra que a próxima será vencida, mas também é certo que apenas estudando as formas como se lutou historicamente é que podemos conhecer as novas alternativas tecnológicas utilizadas como meios bélicos e, fundamentalmente, compreender o significado político das numerosas guerras atuais.

A Guerra do Golfo popularizou o conceito de "guerra inteligente", o que não significou que a guerra tornou-se "mais humana" ou menos cruel, muito pelo contrário, parece que cada passo no desenvolvimento tecnológico nos aproxima mais da barbárie. No contexto da Guerra Fria, Raymond Aron dizia que a guerra era improvável mas que a paz era impossível. Ainda assim, para ele a paz devia ser perseguida como um princípio normativo. Se a guerra parece inevitável, talvez devêssemos procurar os meios jurídicos para que seja o menos cruel possível. Humanizar as guerras, procurando normatizá-las juridicamente, embora difícil, deve ser um objetivo a ser perseguido. Mas não devemos esquecer que não há forma

---

[308] - Alvin e Heidi Toffler, *Guerra e antiguerra, sobrevivência na aurora do terceiro milênio*, R.J., ed. Record, 1994.

incruenta de fazer a guerra, muito menos a revolucionária, onde até a tortura foi utilizada e justificada pelas forças contra-revolucionárias.

Só resta, então, premeditar a política, a estratégia e os meios táticos que consigam evitar a guerra ou, pelo menos, que levem rapidamente a seu término com o menor número de vítimas humanas. Poder-se-ia considerar esta postura como "belicista" ou "militarista", e que teorizar sobre a luta armada significa aceitá-la ou até mesmo propô-la. Só podemos lembrar que o otimismo é compreensível e até desejável no líder, assim como uma virtude no *condottieri*, naqueles que devem inculcar o ânimo e o espírito de luta nos seus seguidores, mas esse mesmo otimismo, no estrategista, constitui um pecado mortal. O político deve procurar, por todos os meios, evitar a guerra, particularmente quando pertence ao campo popular - quase sempre em inferioridade de fogo em relação à disponibilidade de meios das classes dominantes. Mas não pode desconsiderar a eventualidade de que a luta, no seu processo de agudização e agravamento, possa tornar inevitável o confronto armado.

Aqueles que tenham como valor fundamental o princípio da igualdade social e que, coerentes com ele, decidam colocar suas vidas a serviço da revolução deverão estar cientes de que, chegada a hora, talvez não possam eludir a responsabilidade de canalizar estrategicamente o acúmulo de forças revolucionárias para a ruptura institucional. Deverão saber que isto significa aceitar a possibilidade de ter que matar ou morrer, ainda que muitas vezes resulte num sacrifício inútil. Para tentar evitar que essa canalização acabe em um fracasso militar certo e em um retrocesso político incalculável, o projeto revolucionário deverá contar com uma concepção estratégica adequada às relações de força que definam a situação. Mas uma concepção estratégica não se improvisa da noite para o dia, muito menos uma concepção estratégica revolucionária que deve equacionar um número muito grande de variáveis, muitas delas levantadas com a imprecisão própria da clandestinidade.

Por isso, a questão da estratégia revolucionária deverá ser estudada, refletida e deliberada por todos aqueles que considerem entre os cenários futuros prováveis a revolução.

Tentamos mostrar ao longo deste trabalho que não são os meios historicamente utilizados nas guerras revolucionárias os que conferem a estas sua característica. Uma guerra não será revolucionária por utilizar tais ou quais meios: a guerra é apenas um meio da política e é esta que a caracteriza e define. Se a guerra revolucionária é "apenas" um meio da política revolucionária, não devemos esquecer que é o mais drástico e que se não é sabiamente deliberado quanto a sua oportunidade, planificação e conseqüências, pode contribuir para levar rapidamente à eliminação de toda uma geração de revolucionários, como aconteceu em vários países latino-americanos nas últimas décadas. Ante esta constatação histórica, renova-se a advertência de Lenin lembrada nas palavras de João Quartim de Moraes: "A questão decisiva é sempre a de saber se um determinado método de luta, numa dada situação, contribuirá com a organização ou com a desorganização da força revolucionária, se contribuirá para seu fortalecimento ou para seu debilitamento."[309]

Toda guerra, incluída a revolucionária, é uma experiência marcante e trágica. Muitas vezes seus efeitos ficam extremamente longe dos desejados, quando não, seu resultado é totalmente contrário às expectativas depositadas. Os riscos configurados ante a eventualidade de um conflito bélico, seja este do tipo que for, exigem a consideração de todas as variáveis intervenientes e, sobretudo, das conseqüências que possam resultar dos acontecimentos desatados. Na guerra, matar ou morrer é inevitável, mas ante a derrota, toda morte é estúpida. Um quadro revolucionário é um elemento político sofisticado e raro da luta revolucionária, sua formação leva

---

[309].- João C. K. Quartim de Moraes, "Prefazione all'edizione italiana" in *Brasile: Dittatura e resistenza*, Milano, Gabriele Mazzotta editore, s.d., p. 14.

muito tempo e seu valor político-estratégico é incalculável como para jogá-lo numa aposta incerta. Diferentemente dos confrontos político-eleitorais ou político-parlamentares, nos quais a derrota é apenas a passagem à oposição, mas que em todos os casos significa a permanência no "jogo" político, no caso da guerra revolucionária, a derrota pode significar a exclusão política e, portanto, um retrocesso histórico da luta.

Se a luta é provável, dever-se-ão reavaliar e aperfeiçoar todos os meios para qualquer eventualidade que a política proponha. A luta armada, pela sua complexidade e periculosidade, é um meio que deve ser evitado, sem esquecer que não pode ser improvisado e, por isso mesmo, não se deve negligenciar. O caminho revolucionário muitas vezes passa pela ruptura institucional, e não estar preparado política, estratégica e taticamente para essa alternativa pode resultar em um suicídio coletivo. Lançar-se à luta armada quando as condições objetivas não estão suficientemente amadurecidas pode significar um "salto no escuro" ou uma "loucura coletiva", como dizia o coronel Gabriel Bonnet[310], mas não estar preparado para o momento em que as trombetas de Marte anunciarem a chegada da hora pode significar uma irresponsabilidade histórica imperdoável e a tardia constatação de não haver estado à altura dos acontecimentos.

---

[310] - Colonel Gabriel Bonnet, *Les Guerres Insurrectionnelles et Révolutionnaires*, Paris, Payot, 1958.

BIBLIOGRAFIA

ADLER Max: *La concepción del Estado en el marxismo*, Siglo veintiuno editores, Mexico, 1982.

ALONSO, Manuel Moreno: *La generación española de 1808*, Madrid, Alianza Editorial, 1989.

ANCONA, Clemente (org.): *Clausewitz en el pensamento marxista*, Cuadernos de Pasado y Presente, ed. Siglo XXI, México, 1979.

ANDERSON, Perry e outros: *Crítica Marxista - A Estratégia Revolucionária na Atualidade*, ed. Joruês, SP, 1986.

ARAUJO OLIVEIRA, Hermes de: *Guerra Revolucionária*, ed. Biblioteca do Exército, R.J., 1965.

ARENDT, Hannah: *Da Revolução*, ed. Ática & UnB, SP, 1988.

----------: *Da Violência*, ed. UnB, Brasília, 1985.

ARON, Raymond: *Les dernières années du siècle*, Éditions Julliard, 1984.

----------: *Les Guerres en Chaîne*, Paris, 1951.

----------: *Paix et Guerre entre les Nations*, Éditions CALMANN-LÉVY, 1962.

----------: *Penser la Guerre, Clausewitz*, Éditions Gallimard, 1976. (2 vol.)

BAECHLER, Jean: *Los fenómenos revolucionarios*, Ed. Península, Barcelona, 1974.

BAHIA, Luiz A.: *Soberania, Guerra e Paz*, Zahar Editores, RJ, 1978.

BAILY, Samuel: *Movimiento obrero, nacionalismo y política en la Argentina*, Paidos, Buenos Aires, 1984.

BAKUNIN Mijail: *Escritos de Filosofia Politica* (Compilación de G.P. Maximoff), Alianza Editorial, Madrid, 1978.

----------: *O Princípio do Estado - Três conferências feitas aos operários do vale de Saint-Imier*, Novos Tempos Editora, Brasilia, 1989.

BAÑON, Rafael y OLMEDA, José Antonio (comps.): *La institución militar en el Estado contemporáneo*, Madrid, Alianza Editorial, 1985.

BEAUFRE, Andre: *Dissuasion et strategie*, Libraire Armand Colin, Paris, 1964.

----------: *Introduction a la strategie*, Libraire Armand Colin, Paris, 1965.

----------: *Strategie de l'Action*, Libraire Armand Colin, Paris, 1966.

BLACKBURN, Robin (org.): *Depois da Queda*, ed. Paz e Terra, SP, 1993.

BLACKBURN, Richard: O vampiro da Razão, ed. UNESP, SP, 1992.

BOBBIO, Norberto: *As ideologias e o poder em crise*, ed. Polis e UnB, 1988.

----------: *O conceito de sociedade civil*. ed. Graal, R.J., 1987.

---------- e outros: *Dicionário de Política*, ed. UnB, 1986.

----------: *Direita e Esquerda*, ed. UNESP, S.P., 1995.

BOITO, Armando:

BONNET Gabriel: *Les guerres insurrectionnelles et révolutionnaires*. Payot, Paris, 1958.

BOURDET, Yvon: *Teoria Politica dell'autogestione*, ed. Nuove Edizione Operarie, Roma, 1977.

BOUTHOUL, Gastón: *La Guerre*, Paris, PUF, 1953.

----------: *Avoir la Paix*, Édition Bernard Gasset, paris, 1967.

BRUIT Héctor: *Revoluções na américa latina*, Atual editara, SP. 1988.

CALVEZ, Jean Y.: *La pensée de Karl Marx*, Éditions du Seuil, Paris, 1956.

CAREW HUNT, R.N.: *The Theory and Practice of Communism*, The Macmillan Company, New York, 1958.

CARR, E. H.: *El ocaso de la Comintern 1930-1935*; Madrid, alianza Editorial, 1986.

CARR, Raymond: *La tragedia española*; Madrid, Alianza Editorial, 1986.

CASTAÑEDA, Jorge G.: *La utopia desarmada (intrigas, dilemas y promesa de la izquierda en América Latina)*, Compañía Editora Espasa Calpe Argentina S. A. / Ariel. Buenos Aires, 1993.

CAVAGNARI FILHO, Geraldo Lesbat: *A experiência revolucionária chilena*, editado na CEME. RJ., 1979.

CHOMSKY, N. E HERMAN, E.: *Banhos de sangue*, ed. DIFEL, SP-RJ. 1976.

CLAUSEWITZ, Karl: *Da Guerra*. Ed. Martins Fontes, S.P., 1979.

COGGIOLA, O.: *El Trotskismo en la Argentina* (2 vol.). Centro Editor de America Latina, Buenos Aires. 1986

DEBRAY, Régis: *Essais sur l'amérique latine*, ed. François Maspero, Paris, 1967.

DE LELLA C. e EZCURRA A.M.(compiladores): *Chiapas: entre la tormenta y la profecia*, Lugar Editorial, Buenos Aires, 1994.

DEUTSCHER, Isaac: *Marxismo, Guerras e Revoluç_es*, ed. Ática, SP, 1991.

DOMARCHI, Jean: *Marx et l'Histoire*, Éditions de L'Hermes, Paris, 1972.

DROZ, Jacques: *Europe between Revolutions 1815-1848*, Collins Clear-Type Press, London, 1967.

ENGELS Friedrich: *Anti-Dühring*, Editora Paz e Terra, RJ, 1976.

FERNANDES, Florestan: *Da Guerrilha ao Socialismo: A Revolução Cubana*, ed. T.A. Queiroz,ltda, São Paulo, 1979.

FREUND, Julien: *L'essence du politique*, Éditions Sirey, Paris,

FULLER, John Frederick Ch.: *A Conduta da Guerra (de 1789 aos nossos dias)*, ed. Biblioteca do Exercito, Rio de Janeiro, 1966.

GARAUDY, Roger: *Pour um modèle français du socialisme*, Éditions Gallimard, Paris, 1968.

GODECHOT, Jacques: *Les Révolutions (1770-1799)*, Presses Universitataires de France, Paris, 1963.

GOLDAR, Ernesto: *John William Cooke y el peronismo revolucionario*, Centro Editor de America Latina, Buenos Aires, 1985.

GOODSPEED, D.J.: *Conspiração e Golpe de Estado*, ed. Saga, RJ, 1966.

GRAMSCI Antonio: *Concepção dialética da história*, ed. Civilização brasileira, RJ, 1986.

----------: *Maquiavel, a política e o Estado moderno*, ed. Civilização brasileira, RJ, 1984.

----------: *Los intelectuales y la organización de la cultura*, ed. Nueva visión, Buenos Aires, 1984.

GRUPPI Luciano: *O conceito de hegemonia em Gramsci*, edições Graal, RJ, 1978.

GUILLERM, Alain e BOURDET, Ivon: *Autogestão: Uma Mudança Radical*, ed. Zahar, Rio de Janeiro, 1975.

HABERMAS, Jürgen: *La reconstrucción del materialismo histórico*, Ed. Taurus, Madrid, 1981.

HO CHI MINH: *Sobre la revolución*, ed. Siglo veintiuno, México, 1973.

HOBSBAWM, Eric J.: *The Age of Revolution - Europe 1789-1848*, Weidenfeld and Nicolson, Londres, 1962.

----------: *Era dos extremos - O breve século XX (1914-1991)*, ed. Companhia das Letras, S.P., 1995.

HOROWITZ, Irving L.: *La Idea de la Guerra y la Paz en la Filosofia Contemporánea*, ed. Galatea/Nueva Visión, Baires, 1960.

HOROWITZ, David (org.): *Revolução e Repressão*, ed. Zahar, RJ, 1969.

HOWARD, Michael (editor): *Teoria y Practica de la Guerra* (dois volumes), ed. Circulo Militar, Buenos Aires, 1968.

HUNT, R.N. Carew: *The Theory and Practice of Communism*, ed. The Macmillan Company, New York, 1958.

HYAMS, Eduard: *Terrorists and Terrorism*, ediç_es J.M. Dent & Sons Ltd., London, 1975.

KAROL K.S.: *Les Guérrilleros au pouvoir - L'itinéraire politique de la révolution cubaine*. Éditions Robert Laffont, Paris, 1970.

KAUTSKY Karl: *O caminho do poder*, Editora Hucitec, São Paulo, 1979.

---------- : *Etica e concepção materialista de la historia*, ed. Cuadernos de Pasado y Presente, número 58, Córdoba, 1975.

KONSTANTINOV, F.V.: *El Materialismo Histórico*, Ed. Grijalbo, México, 1957.

KRUIJT, Dirk: *La Revolución por Decreto: Perú durante el gobierno militar*, ed. FLACSO, Costa Rica, 1991.

LE DUAN: *La Revolución vietnamita*, ediciones La Rosa Blindada, Buenos Aires, 1971.

LENINE, Vladimir I.: *L'État et la Révolution*, Ed. Sociales, Paris/Ed. du Progrés, Moscou, 1969.

----------: *A falência da II Internacional*, Kairós Editora, SP, 1979.

----------: *Cartas sobre táctica*, Editorial Anteo, Baires, 1976.

----------: *La cuestión militar y el trabajo politico en las fuerzas armadas*, Editorial Anteo, Baires, 1973.

----------: *Obras Escolhidas* (3 vol.), Editora Alfa-Omega, SP, 1980.

LICHTHEIM, G: *Breve historia del socialismo*. Alianza Editorial, Madrid, 1979.

LIDELL HARDT, B.H.: *As Grandes Guerra da História*, ed. IBRASA. São Paulo, 1963.

LOSURDO, Domenico: *La catastrofe della germania e l'immagine di Hegel*, Edizioni Angelo Guerini e Associati. Milano, 1987.

LÖWY, Michael: *El marxismo en América Latina (De 1909 a nuestros dias) Antología*. Ed. Era. México, 1982.

LUTTWAK, Eduard: *Golpe de Estado, um manual prático*, ed. Paz e Terra. RJ, 1991.

LUXEMBURGO, Rosa: *A Questão nacional e a autonomia*. Ed. Oficina de Livros, Belo Horizonte. MG, 1988.

----------: *Huelgas de masas, partido y sindicatos*, Editora Siglo XXI, México, 1978.

MALATESTA Errico: *Escritos revolucionários*, ed. Novos Tempos, SP, 1989.

MAO TZE-TUNG: *Selección de Escritos Militares*, Ediciones en Lenguas Extranjeras, Pekin, 1967.

----------: *Obras Escolhidas* (4 vol.), Ediç_es em línguas Estrangeira, Pequim 1975; Editora Alfa-Omega, SP, 1979.

MAC EOIN, G: *A las puertas de la revolución*, ed. Tiempo Nuevo, Buenos Aires, 1973.

MARIGHELA C.: *Acción Libertadora*, Ed. François Maspero, Paris, 1970.

----------: *Escritos de Carlos Marighella*, Editorial Livramento, SP, 1979.

MARINI, Alberto: *De Clausewitz a Mao Tse-Tung*. Editorial Pleamar, Baires, 1969.

MARTINS, D. e WALCOTT, J.: *Best Laid Plans - The inside story of America's war against terrorism*, Harper & Row, Publishers, N.Y., 1988

MARX e ENGELS: *Ecrits militaires*, Éditions de L'Herne, Paris, 1970.

----------: *Obras Escolhidas* (3 vol.). Ediç_es "Avante!", Lisboa, 1982.

MOREIRA Adriano: *Ciência Política*, ed. Livraria Bertrand, Lisboa, 1979.

OLLIER, Maria: *El fenómeno insurreccional y la cultura política (1969-1973)*, Centro Editor de América Latina, Buenos Aires, 1986.

PHILONENKO, Alexis: *Essais sur la philosophie de la guerre*, Éditions J. Vrin, Paris, 1976.

POULANTZAS, Nico: Hegemonia y Dominación en el Estado Moderno, Siglo XXI, Buenos Aires, 1973.

PRÉLOT, Marcel: *As doutrinas políticas*, 4 vol., ed. Presença, Lisboa, 1974.

QUARTIM DE MORAES, J. C. K.: *Brasile: Dittatura e resistenza*, Gabriele Mazzottra editore, Milano, 1972.

----------: "A justificação do tiranicidio no pensamento proto-liberal de Juan de Mariana", in *Primera Versão*, ed. IFICH/UNICAMP, número 51-1993, Campinas.

----------: *A esquerda militar no Brasil*, vol I e II, ed. Siciliano, S.P., 1994.

----------, *et alli*: *História do marxismo no Brasil*, ed. Paz e Terra, R.J., 1991.

RICHIR, Marc: *Du sublime en politique*, Éditions Payot, Paris, 1991.

RIDENTI Marcelo: *O fantasma da revolução brasileira*, ed. UNESP, SP, 1993.

ROBESPIERRE, M: *La Razón del Pueblo*, ed. La Bastilla, Buenos Aires, 1972.

SADER, Emir (org.): *O mundo depois da queda*, ed. Paz e Terra, S.P., 1995.

SAES, Décio: *Estado e Democracia: Ensaios Teóricos*, ed. IFICH/UNICAMP, Campinas, 1994.

SAINT-JUST: *O Espírito da Revolução*, ed. Unesp, SP, 1989.

SCHAMA Simon: *Cidadãs - uma crônica da Revolução Francesa*, ed. Companhia das Letras, SP, 1989.

SCHMITT, Carl: *El concepto de lo "político" - Teoría del partisano*, Folios Ediciones, Baires, 1984.

----------: *La Dictadura - Desde los comienzos del pensamento moderno de la soberanía hasta la lucha de clases proletaria*, Ed. Revista de Occidente, Madrid, 1968.

----------: *Théologie Politique - 1922, 1969*. Éditions Gallimard, paris, 1988.

SCKOCPOL, Theda: *States and Social Revolutions - A Comparative Analysis of France, Russia and China*, Cambridge University Press, USA, 1979.

SCHUMPETER, Joseph A.: *Imperialismo. Clases Sociales*, Ed. Tecnos, Madrid, 1986.

SOREL, Georges: *Reflexões sobre a Violência*, ed. Martines Fontes, São Paulo, 1992.

TRIAS Vivian: *Imperialismo y Geopolitica en America Latina*, Ed. El Sol, Montevideo, 1967.

TROTSKY, León: *A Revolução Permanente*, ed. Antídoto, lisboa, 1977.

----------: *El Fascismo*, ed. Cepe, Buenos aires, 1972.

----------: *Escritos militares - Ejército, Milicias, Guerrillas*, Ediciones Amaicha, Baires, 1973.

----------: *Moral e Revolução*, ed. Paz e Terra, RJ., 1978.

----------: *O pensamento vivo de Karl Marx*, ed. cadernos ensaio, SP, 1990.

----------: *Programa de transição - a agonia mortal do capitalismo e as tarefas da Quarta Internacional*. Proposta Editorial Ltda., SP, 1980.

----------: *Resultados y perspectivas: las fuerzas motrices de la revolución*, ed. CEPE. Buenos aires, 1972.

ULAM, Adam B.: *La Revolución Inconclusa*, ed. Universitaria de Buenos Aires. Baires, 1981.

VARIOS: *La Revolución Permanente. El Gran debate (1924-1926)*. Cuadernos de Pasado y Presente, Córdoba, 1972. Com artigos de Trotsky L., Procacci G., Bujarim N. e Zinóviev G..

VARIOS: *Contribution a une étude sur la guerre insurrectionnelle*. Escola Superior de Guerra, Paris, 1955.

VARIOS: *Consejos obreros y democracia socialista*, Cuadernos de Pasado y Presente, Córdoba 1972. Com artigos de Gramsci A., Garavini S., Collotti E., Foa L., Ferri F., Bourdet Y., Salvatori M., Magri L., Gerratana V.,

VARIOS: *Debate sobre la huelga de masas*, Cuadernos de Pasado y Presente, Córdoba, 1975. Com artigos de Parvus, Kautsky K., Luxemburgo R., Mehring F., Valdervelde E., Frölich P..